U.PORTO
FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DO PORTO

Reabilitação do Património Edificado Corrente

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NA CASA BURGUESA DO PORTO

JOAQUIM AUGUSTO FERREIRA PIMENTA DE ALMEIDA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA
À FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM
ARQUITETURA

Realizada sob a orientação científica do Professor Doutor
Joaquim José Lopes Teixeira

Agradecimentos

Desde o início desta Dissertação contei com o apoio de várias pessoas a quem desejo expressar os meus profundos agradecimentos. Sem os seus contributos esta investigação não teria sido possível.

Ao Professor Doutor Joaquim José Lopes Teixeira, por todo o apoio, disponibilidade e valiosas contribuições que prestou na orientação desta Dissertação. Acima de tudo, obrigado por todo o conhecimento e entusiasmo que me transmitiu na defesa do nosso património edificado. Tenho a convicção que enquanto homem e Arquiteto, serei mais capaz com o seu saber.

Aos vários Arquitetos que me receberam na primeira fase da investigação e que se prontificaram a mostrar as suas obras e a discutir sobre as suas Estratégias de intervenção.

Aos Autores que nas Conferências e Debates em que participei, mostraram interesse pelo tema em estudo, se disponibilizaram para expor as suas perspectivas e dúvidas e me incentivaram a avançar.

Aos Arquitetos João Moura, Bernardo Amaral e Nuno Grande pela disponibilização de todo o material projetual dos Casos de estudo, assim como pela cooperação e entusiasmo pelo tema, demonstrado na realização das entrevistas.

A todos os meus amigos que ao longo do percurso nesta Faculdade me acompanharam e partilharam momentos inesquecíveis. A partilha de saber e o interesse comum pela Arquitetura em muito me enriqueceram.

Ao Diogo Rego e ao Joaquim Barroso pela compreensão demonstrada pela minha ausência, que muito me ajudou a conseguir finalizar este trabalho.

Ao Pedro Ricardo, pela companhia e discussão durante largos meses. A sua alegria e ânimo foram muito importantes.

À Sara Santos e à Teresa Oliveira pelo incentivo, pelo carinho e por sempre acreditarem no meu trabalho e no meu valor.

Ao Luís Fernandes, meu amigo de largos anos, por toda a ajuda, apoio e paciência para me ouvir a qualquer hora e em qualquer dia. Sem o seu contributo e o seu indiscutível valor esta Dissertação não seria a mesma.

À minha família pelo amor, apoio e sustento ao longo destes anos. Obrigado Mãe, por estares sempre presente e por me apoiares em todos os momentos. Obrigado Raquel, por me mostrares que só com esforço e vontade é possível alcançar os objetivos. Obrigado Pai, por me teres transmitido o interesse e todo o teu conhecimento na Reabilitação de edifícios antigos. Obrigado Avô e Avó, por todos os dias me ligarem e me ajudarem com palavras curtas, mas carinhosas.

A toda a família Pisa. O carinho e o incentivo que sempre me deram e toda a alegria que me transmitiram foram fundamentais. Os vossos valores e convicções, constituíram uma aprendizagem para mim enquanto pessoa.

À Filipa Pisa, minha namorada, ouvinte atenta de dúvidas, desânimos e sucessos, pela sua compreensão inesgotável, pelo seu suporte e pelas suas palavras entusiastas de motivação. Todos os dias de dedicação, todas as noites de incentivo, todo um ano de paciência foram imprescindíveis. A sua força e o seu contributo nunca serão esquecidos. A culpa que sinto pelo tempo que lhe subtraí é grande, mas a força que sinto para recuperá-lo é muito maior.

Resumo

A Casa Burguesa do Porto constitui uma tipologia de incalculável valor no âmbito do património edificado corrente em Portugal.

Este modo de construir, apesar de dominante na cidade histórica, não tem merecido a dignificação que lhe é devida. Na atualidade, apesar do número considerável de intervenções em curso, persistem imensos exemplos de edifícios degradados, demonstrativos do elevado grau de negligência, decorrente do abandono ou da falta de manutenção. Derivada desta situação preocupante, surgiu a aceitação, pela opinião pública, de toda e qualquer intervenção, como se em todos os casos de uma mais-valia se tratasse. No entanto, a multiplicidade de intervenções pouco qualificadas, que hoje são regra, têm provocado uma descaracterização e uma destruição dos valores essenciais das casas.

Neste contexto, é essencial analisar e difundir a forma possível de salvaguardar os valores arquitetónicos e construtivos desta tipologia.

Nesta Dissertação, pretende-se evidenciar o contributo que as Estratégias de intervenção, informadas pelos Princípios enunciados nos documentos internacionais, conferem ao objetivo da salvaguarda do património. As Estratégias, chave no processo de intervenção, constituem uma mais-valia capaz de pôr fim a esta espiral decadente, desde que o esclarecimento das suas decisões tenha como premissa a aplicação dos Princípios.

De forma a contextualizar e a fundamentar o tema da Dissertação, faz-se uma breve abordagem à evolução da tipologia funcional e construtiva da Casa Burguesa do Porto, bem como uma análise dos conceitos e teorias dirigidos para o edificado corrente, plasmados nos documentos internacionais. A constatação da insuficiência das ações levadas a cabo pelas instituições públicas em prol da salvaguarda deste património, bem como a ausência de Estratégias e da aplicação dos Princípios de intervenção, motivaram a persecução deste estudo.

A partir de uma seleção de três Casos de estudo exemplares de intervenções em Casas do Porto, procura-se validar a importância dos Princípios no processo de intervenção neste edificado. A análise dos Casos de estudo confrontada com as Teorias da salvaguarda do património, demonstrou a valia e a universalidade dos Princípios consagrados nos documentos internacionais, bem como a sua aplicabilidade ao caso concreto da Casa Burguesa do Porto.

Palavras-Chave

Património; Arquitetura tradicional; Edifícios antigos; Casa Burguesa; Salvaguarda; Processo de intervenção; Estratégias; Princípios de intervenção

Abstract

The Bourgeois House of Porto is an invaluable typology within the current built heritage, in Portugal.

Although this way of building is dominant in the City it has not received the dignification it deserves. Nowadays, despite the considerable number of ongoing interventions, there are lots of decay buildings, showing a high degree of negligence, consequence of abandon or lack of maintenance. Owing to this concerned situation, arised the idea, by the public opinion, that every intervention were an added value. However, the multiplicity of unskilled interventions, that are now prevalent in the City, has resulted in loss of character and the destruction of the essential values of the houses.

Given this situation, it is essential to analyze and disseminate ways to safeguard the architectural and constructive values of this typology.

In this Dissertation, I intend to highlight the contribution of intervention Strategies, informed by theoretical consensus set out in international documents, to the goal of heritage conservation. Strategies, which are key in the intervention process, are an asset capable of halting this downward spiral, as long as the clarification of decisions is premised on the application of Principles.

In order to contextualize and support what I propose to briefly attest in this Dissertation, it was considered extremely important to conduct an evolutionary synthesis of the functional and constructive typology of Porto's Bourgeois House, as well as an analysis of the concepts and theories, targeted towards the current built, embodied in international documents. The insufficient actions of public institutions regarding the heritage's safeguard, as well as the absence of Strategies and the application of Principles in the intervention, motivated this study persecution.

From a selection of three exemplary Case studies of interventions in Porto's houses, I seek to validate the importance of the Principles in the intervention process in these buildings. The analysis of Case studies faced with the Theories of heritage safeguard, demonstrated the value and universality of the Principles embodied in international documents, as well as its applicability to the concrete case of Porto's Bourgeois House.

Keywords

Heritage; Traditional architecture; Old buildings; Bourgeois House; Safeguard; Intervention process; Strategies; Intervention principles

ÍNDICE

I - INTRODUÇÃO

1.1 - Objeto / Objetivo 14

1.2 - Metodologia / Estrutura 16

1.3 - Motivação 19

II - A CASA BURGUESA DO PORTO ENTRE OS SÉCULOS XVII E XIX

2.1 - Introitos 23

2.2 - Contextualização e Evolução da Tipologia Funcional 25

2.2.1 - A Casa Burguesa no *Porto Mercantilista* 26

2.2.2 - A Casa Burguesa no *Porto Iluminista* 29

2.2.3 - A Casa Burguesa no *Porto Liberal* 32

2.3 - Evolução da Tipologia Construtiva 37

2.3.1 - A Casa Burguesa no *Porto Mercantilista* 39

2.3.2 - A Casa Burguesa no *Porto Iluminista* 42

2.3.3 - A Casa Burguesa no *Porto Liberal* 44

III - INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO EDIFICADO CORRENTE

3.1 - Conceitos e Teorias de Intervenção 49

3.1.1 - Carta de Veneza 51

3.1.2 - Carta de Amesterdão 52

3.1.3 - Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a sua Função na Vida Contemporânea e Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas 53

3.1.4 - Carta de Nara 54

3.1.5 - Carta de Cracóvia 55

3.1.6 - Cartas e a Contemporaneidade 57

3.2 - Intervenção na Casa Burguesa do Porto 59

3.2.1 - Os Antecedentes 62

3.2.2 - Estudo de Renovação Urbana do Barredo 64

3.2.3 - CRUARB 67

3.2.4 - SRU - Porto Vivo 70

3.2.5 - Reabilitação Hoje 76

IV – ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

4.1 - Processo de Reabilitação 81

4.1.1 - Diagnóstico 83

4.1.2 - Definição da Estratégia 85

4.1.3 - Projeto de Execução 86

4.1.4 - Execução da Obra 88

4.2 - A Estratégia como Elemento Fundamental 89

4.3 - Princípios de Reabilitação - A Validação das Estratégias 93

4.3.1 - Conhecimento da Preexistência 96

4.3.2 - Preservação do Existente 96

4.3.3 - Adaptação ao Existente 96

4.3.4 - Integração com o Existente 97

4.3.5 - Melhoria das Condições Existentes 97

4.3.6 - Reversibilidade 97

4.3.7 - Preservação das Alterações Previamente Introduzidas 98

4.3.8 - Compatibilidade de Materiais e Sistemas Construtivos 99

4.3.9 - Visibilidade da Intervenção 99

V – CASOS DE ESTUDO

5.1 - Enquadramento 103

5.1.1 - Critérios de Seleção 105

5.1.2 - Estrutura e Parâmetros de Análise 107

5.2 - Análise de Casos de Estudo

5.2.1 - Edifício na Rua de S. Miguel 111

5.2.2 - Edifício na Rua Pinheiro 119

5.2.3 - Casa do Conto 127

5.3 - Discussão de Resultados 137

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS 144

VII - REFERÊNCIAS

7.1 - Bibliográficas 148

7.2 - Fonte de Imagens 154

VIII – ANEXOS

8.1- Entrevistas

8.1.1 - Arquiteto João Moura 160

8.1.2 - Arquiteto Bernardo Amaral 164

8.1.3 - Arquitetos Nuno Grande e Luís Sobral e Engenheira Alexandra Grande 169

8.2- Cartas e Recomendações Internacionais

8.2.1 - Carta de Veneza 178

8.2.2 - Carta de Cracóvia 181

O presente documento foi redigido segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor desde 2009, tendo-se procedido, a fim de garantir a coerência formal do texto, à atualização das diferentes transcrições usadas.

INTRODUÇÃO

1.1 | Objeto/Objetivo

A descaracterização e a perda de valores que têm marcado as intervenções na tipologia da Casa Burguesa do Porto, bem como a degradação de que tem sido alvo, constituem as razões pelas quais é necessário fazer uma análise crítica de Estratégias de intervenção reconhecidas como exemplares, com o intuito de compreender e divulgar as atuações que poderão constituir exemplos de "boas práticas".

De acordo com Teixeira [2004], no século XVII assistiu-se ao início do modo de construir o edificado corrente da cidade do Porto, que progressivamente, através da sua repetição, foi formando o coração da Cidade, tal como hoje o reconhecemos. Desde a sua formação até à sua consolidação, no século XIX, a Casa Burguesa do Porto, objeto de estudo desta Dissertação, tornou-se um elemento típico, sinónimo de valor histórico, arquitetónico e urbano.

Este modo de construir, um dos principais fatores que motivou a Classificação do Centro Histórico do Porto enquanto Património Mundial da Humanidade pela UNESCO, constitui uma autêntica herança patrimonial, de grande relevância no âmbito do edificado corrente em Portugal [Loza, 2000]. A preservação de uma imagem unitária da Cidade, revela a urgência pela salvaguarda deste edificado.

É possível constatar, na atualidade, uma perda dos valores essenciais da Casa, representada por uma mancha de degradação, expressa pelos inúmeros edifícios devolutos e negligenciados (figura 77, 78, p. 74, 75), que hoje marcam particularmente a área classificada da Cidade. A falta de atenção de que esta tipologia tem sido alvo está a colocar em risco a sua própria existência, transportando-a, dentro de pouco tempo, apenas para memórias e registos históricos [Costa, 2012].

A par desta inércia, tem-se verificado uma diversidade de abordagens e de interpretações aquando a existência de intervenções no património, não sendo possível aferir um contributo generalizado para a sua salvaguarda [Lopes, 2006]. A regra instaurada de descaracterização das casas, concretizada em ações fachadistas que barbaramente esventram os interiores dos edifícios, mantendo apenas as suas fachadas, origina o desmantelamento e destruição das suas características tipológicas [Aguiar, 2011]. Os estuques, os trabalhos de marcenaria, os fingidos, parte das cantarias, a própria matriz funcional e o seu sistema construtivo, entre outros, têm vindo a desaparecer devido a estas intervenções que só podem ser apelidadas de reconstruções danosas, pouco informadas, com uso de mão-de-obra desqualificada e, tudo isto, com a conivência dos organismos responsáveis, nomeadamente da Autarquia.

A hipótese desta situação ser travada pelas instituições públicas com responsabilidade na salvaguarda do património, nunca foi realmente concretizada. Ao longo dos tempos, várias foram as razões para o seu insucesso: a falta de consideração pelo valor do património corrente, nas ações higienistas, do início do século XX; a não efetiva concretização das propostas, devido à conjuntura política, no Estudo de Renovação Urbana do Barredo; e o diminuto alcance e dimensão da ação do Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo, CRUARB [Pinho, 2009].

Na atualidade, apesar da disponibilidade de meios, ainda não é possível verificar uma política de salvaguarda consistente. As intervenções de responsabilidade das instituições públicas, ao invés de constituírem um exemplo de "boas práticas", são o oposto. As questões relacionadas com a salvaguarda são preteridas por questões do foro económico, conduzindo a resultados desastrosos [Bismarck, 2013]. A este propósito, são exemplo as recentes intervenções da Sociedade de Reabilitação Urbana, SRU - Porto Vivo, nos quarteirões Calos Alberto, Corpo da

Guarda e Cardosas, caracterizadas pela destruição indiscriminada da matriz fundiária, alterações das tipologias funcionais, demolição integral dos interiores dos edifícios, expulsão dos antigos habitantes e novos usos caracterizados por uma gentrificação forçada [Grande, 2013].

Perante este quadro de decadência, justificativo desta investigação, é preciso travar este descarrilamento de atitudes, procurando esclarecer sobre como se poderá intervir no património edificado corrente, mantendo-o em funcionamento, adequado às exigências da atualidade, sem deixar de preservar a sua identidade e autenticidade. A sensibilidade, complexidade e especificidade inerentes ao tema impõem uma responsabilidade e atenção acrescida, que deve ser acarretada pelas instituições públicas e todos os demais intervenientes.

Nesta Dissertação, entende-se que um dos caminhos para a inversão desta realidade passa por uma consciencialização, dos profissionais relacionados com a ação sobre o património, do contributo que as Estratégias, fase aceite pela comunidade científica enquanto parte integrante do processo de intervenção em edifícios existentes, conferem a todo o processo. Por constituir a fase onde são digeridas as condicionantes, propósitos e se a delineiam as diretrizes que dirigem e orientam a intervenção, este passo chave, deverá recorrer aos Princípios, enunciados nos documentos internacionais, como meio de esclarecimento e qualificação, tão necessários para garantir a salvaguarda do edificado [Freitas *et al.*, 2012]. Estes consensos maturados no seio da comunidade científica, modelos para garantir o respeito e salvaguarda do edificado, deverão adquirir o papel de norteador das Estratégias, contribuindo para tornar o processo mais seguro e claro, fundamental para instruir decisões.

Esta Dissertação tem como objetivo discutir as Estratégias de intervenção, teoricamente consideradas e analisadas no estudo de Casos exemplares, e inevitavelmente a importância dos Princípios enquanto premissas das mesmas, verificando a influência e a mais-valia a que corresponde a sua consideração na salvaguarda do caso específico da Casa Burguesa do Porto.

1.2 | Metodologia/Estrutura

Esta investigação iniciou-se com uma vasta consulta bibliográfica, de âmbito geral, direcionada para o património edificado. A procura foi-se, gradualmente, focalizando no património edificado corrente, tema que se revelou mais apelativo pelo seu domínio na paisagem urbana. A determinação da tipologia da Casa Burguesa do Porto como objeto de estudo desta Dissertação, ocorreu naturalmente devido à sua extrema relevância no contexto nacional e, principalmente, pela sua presença predominante na malha urbana da Cidade.

A delimitação do objeto determinou a pesquisa de bibliografia específica sobre o tema. Dentro deste campo, à medida que a investigação avançava, foi-se tornando possível a identificação de pontos estruturantes e determinantes, que se revelaram posteriormente basilares para a realização desta Dissertação. Primeiramente, a verificação de uma carência de análise das práticas de intervenção aplicadas à Casa Burguesa do Porto, foi um dos pontos determinantes para a definição da problemática a tratar. Consequentemente, a percepção, nesta fase de investigação, da existência residual de Estratégias de intervenção direcionadas para a salvaguarda do património, alertou para a necessidade de compreensão de qual o procedimento a ter conta, de maneira a garantir esse propósito. Através da leitura de bibliografia específica acerca da intervenção sobre o património edificado, foi de rápida conclusão o contributo que o conteúdo das Cartas e Recomendações internacionais poderiam conferir ao delineamento de Estratégias, visto que os Princípios enunciados nos documentos internacionais definem-se como modelos para a salvaguarda do património edificado [Cracóvia, 2000].

Todo o estudo desta Dissertação tenta responder ao objetivo final da comprovação de que, através de Estratégias de intervenção, informadas pelos Princípios, como premissas das mesmas, será possível a inversão da descaracterização e destruição dos valores patrimoniais e arquitetónicos, de que a Casa Burguesa do Porto tem sido alvo.

Definido o objetivo, foram consultadas, maioritariamente, obras de referência sobre diversas temáticas relevantes, designadamente: história e caracterização da tipologia da Casa Burguesa do Porto; evolução das teorias de salvaguarda do património; ação das instituições públicas com participação na intervenção sobre o património; bibliografia técnica relativa à constituição do processo de intervenção sobre o edificado corrente, publicações com exemplos de intervenções nesta tipologia; etc.

Este percurso foi complementado com a participação em várias Conferências[1] sobre o tema da Reabilitação e das Teorias da salvaguarda no património edificado, que em muito contribuíram para enriquecer o processo de investigação.

Desde o início, houve a intenção de corroborar a investigação através do estudo de Casos, sendo para tal necessário averiguar exemplos que pudessem responder aos objetivos pretendidos. A aproximação fez-se, inicialmente, de uma forma aleatória, do geral para o particular, começando por eleger exemplos de intervenções que tivessem algum reconhecimento pela comunidade. Nesta fase, definiu-se um universo de catorze edifícios, caracterizados pela sua exemplaridade. Verificou-se, todavia, uma necessidade de definir um número de casos adequado a esta investigação, o que conduziu à selecção de exemplos de intervenções premiadas no âmbito de concursos regionais ou nacionais, sobre edifícios da cidade do Porto. A selecção recaiu assim sobre os Casos premiados pelo Prémio João de Almada. Selecionados os Casos a analisar, demonstrou-se necessária a elaboração de Entrevistas aos seus Autores, bem como visitas às obras, fundamentais para ajuizar e descortinar

as Estratégias de intervenção.

A Estrutura desta Dissertação, decorre da metodologia de investigação que lhe está subjacente, dividindo-se em seis Capítulos, correspondentes aos principais temas e propósitos abordados.

No primeiro Capítulo é feita a apresentação do trabalho.

O segundo Capítulo contempla uma contextualização histórica, enquadrando a Casa Burguesa do Porto, no tempo e no espaço, justificando e apontando as razões para a sua relevância no âmbito do património edificado corrente. A par desta contextualização é realizada uma síntese da evolução da tipologia funcional, desde a sua formação até à sua consolidação. Cabe aqui também um sumário da evolução da tipologia construtiva da Casa Burguesa do Porto.

No terceiro Capítulo, na primeira parte, faz-se uma incursão pelas Teorias de salvaguarda do património, que maior relevância atribuem ao edificado corrente, desde a sua primeira referência na Carta de Veneza, até à consolidação e atualização do significado do conceito na Carta de Cracóvia. Por fim, faz-se uma leitura do contributo dos documentos internacionais na contemporaneidade. Numa segunda parte, são examinadas as práticas de salvaguarda levadas a cabo pelas instituições públicas, desde as políticas higienistas no início do século XX, até à ação da SRU - Porto Vivo, na atualidade. Este assunto é cruzado com as Teorias anteriormente analisadas, de modo a entender as suas possíveis influências nas atitudes tomadas. Considerou-se ainda importante demonstrar o ponto de situação do estado de conservação e da dispersão de atitudes que caracterizam atualmente a intervenção sobre a tipologia em estudo.

No quarto Capítulo são abordadas as Estratégias, enquadrando-as no seio do processo de intervenção, que é estudado ao longo das suas várias fases, representativas de um consenso doutrinário ao nível da metodologia de intervenção a aplicar em edifícios antigos. A relevância do tema da Estratégia, nesta Dissertação, obrigou ao seu tratamento individual de forma mais aprofundada. Por fim, é tratado o conteúdo dos mais relevantes Princípios enunciados nos documentos internacionais, demonstrando a imprescindibilidade da sua consideração nas Estratégias.

Nesta sequência, no Capítulo cinco são analisados três Casos de estudo considerados exemplares de intervenções sobre a tipologia da Casa Burguesa do Porto, aferindo-se a validade da aplicação dos Princípios enquanto premissas das Estratégias, e como garantes da salvaguarda do património. Em tom de conclusão, são discutidos os resultados obtidos com o estudo dos Casos selecionados e apontadas as conclusões adquiridas.

Por fim, no capítulo seis são anunciadas considerações finais da investigação efetuada.

---

1 - De entre as Conferências participadas, merecem destaque: "Reabilitação - Estratégias de Atuação", com a presença de Graça Correia, Roberto Ragazzi, Fernando Seara de Sá, José Manuel Carvalho Araújo e José António Vidal Afonso Barbosa (Dezembro de 2013); "Porto Património Mundial: boas práticas em reabilitação urbana", organizada pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, ICOMOS (Outubro de 2013).

1.3 | Motivação

A intervenção sobre o património, impõe sempre um diálogo com o existente, exigindo para o efeito um conhecimento e uma sensibilidade próprias a esta tarefa.

Conhecer a Arquitetura do passado, enquanto repositório de diversos ensinamentos, e a oportunidade de salvaguardar os seus valores, constituem uma ação de grande responsabilidade, que sempre despertou o meu interesse. Compreender que existe um modo de construir, o da Casa Burguesa do Porto, que se foi consolidando ao longo dos séculos, e que de uma forma pragmática, recorrendo a um leque de materiais restrito e a meios reduzidos, é responsável pela construção da Cidade, determinou que este gosto ganhasse consistência.

Ao longo do meu percurso académico, o único contacto que tive relacionado com o âmbito desta Dissertação, deu-se na Unidade Curricular de Construção I, onde foi feita uma aproximação ao sistema construtivo desta tipologia, sendo que houve, de resto, um alheamento dos temas e especificidades da intervenção em edifícios antigos, causando estranheza visto que são os próprios Arquitetos um dos principais agentes nas intervenções.

A Arquitetura não se pode cingir à pretensão de somente construir de raiz, visto ser imprescindível a preservação do património existente. A herança que os nossos antepassados nos legaram, não só material, mas também de conhecimento, impõe que se encontrem meios de a salvaguardar. O património que herdamos não nos pertence, incumbindo-nos sim preservá-lo para que possa chegar às gerações futuras na sua máxima autenticidade. Esta prática de intervir sobre o existente, torna-se também óbvia num contexto, cada vez mais consensual, de Arquitetura sustentável.

Por este motivo, e de forma a satisfazer a sede de saber mais, considerei pertinente o desenvolvimento de um trabalho de investigação no âmbito da Dissertação de Mestrado, que desse resposta a esta motivação. Neste sentido, e tendo consciência das especificidades da intervenção sobre o património, procurei alargar os meus conhecimentos através da consulta de fontes bibliográficas específicas sobre diversos temas relacionados com a salvaguarda do património arquitetónico (das teorias às problemáticas) e da análise de exemplos práticos de intervenções aplicadas à Casa Burguesa do Porto.

Wine Quay Bar

A CASA BURGUESA DO PORTO ENTRE OS SÉCULOS XVII E XIX

Fotografia da própria autoria

2.1 | Introitos

A Casa Burguesa do Porto constitui, nos dias de hoje, uma herança patrimonial de notável importância no âmbito do património edificado corrente em Portugal.

Este edificado, surgido no início do século XVII, evoluiu e transformou-se até ao final do século XIX, permanecendo até à contemporaneidade.

A sua permanência ao longo de tão amplo período temporal demonstra uma forte e inequívoca relação com o contexto e com a Cidade de que é própria. De acordo com Oliveira e Galhano [1992], a Casa Burguesa constitui uma das expressões mais típicas do Porto, que com o seu estilo próprio e a sua tradição legítima, traduz na atualidade as condições históricas e político-sociais do velho burgo, a índole e a vida da sua gente.

Deste modo, a Casa difundiu-se e tornou-se uma presença dominante no meio urbano portuense, representando pouco menos que a totalidade do edificado corrente do velho coração da Cidade [Fernandes, 1999].

O facto urbano é aqui encarado como um todo contínuo, que se sobrepõe ao elemento singular que é a Casa.

A presença homogénea e dominante na Cidade e a permanência de um modo de construir são a causa e o efeito do nascimento de uma tipologia funcional e construtiva, de importância fulcral na história do património edificado corrente em Portugal.

A existência de uma tipologia construtiva consolidada e tão presente constituiu, aliás, o mote para a classificação do Centro Histórico do Porto, enquanto Património Mundial da Humanidade.

Será esta Casa, o suporte sobre o qual a questão das Estratégias na Reabilitação do Património Edificado Corrente será analisada.

O estudo da Casa Burguesa torna-se assim fundamental. Para desenvolver uma análise coerente e para entender as Estratégias de intervenção numa determinada tipologia, é necessário conhecer a sua história, a sua

arquitetura e construção, atentando sempre às suas condicionantes e particularidades específicas.

Para isso propõe-se desenvolver, neste Capítulo, um estudo que conta com uma contextualização, uma síntese evolutiva da tipologia funcional e da tipologia construtiva, compreendida entre os séculos XVII e XIX.

Figura 1 - Porto, fases de desenvolvimento da malha urbana entre os séculos XVII e XX.
Período Mercantilista *Período Iluminista* *Período Liberal* *Período Contemporâneo*

2.2 | Contextualização e Evolução da Tipologia Funcional

O arco cronológico compreendido entre o início do século XVII e o final do século XIX corresponde ao período de formação, desenvolvimento e consolidação da Casa Burguesa do Porto.

A Casa, ao longo deste período, apesar de ter sido alvo de determinadas transformações, foi essencialmente marcada por uma grande continuidade ao nível da sua matriz tipológica funcional e construtiva, principal fator a que se ficou a dever o seu sucesso [Fernandes, 1999].

O facto da Casa ter perdurado e evoluído continuamente, no sentido da adaptação às necessidades da população e das características do meio em que se encontrava, constituiu um sinal da sua relação com o contexto e com a Cidade. Por conseguinte, este edificado e o contexto histórico, político-social, influenciaram-se e tiveram implicações diretas no desenho urbano. Fernandes [1999], afirma esta relação e propõe, relativamente à evolução da tipologia em estudo, uma categorização em três fases, em função de três grandes períodos da História Portuense: a do *Porto Mercantilista*, a do *Porto Iluminista* e a do *Porto Liberal*.

Dentro de muralhas, nas áreas ribeirinhas de Ribeira-Barredo e Miragaia e nos quarteirões da Sé e Vitória, numa lógica de ocupação integral do lote, formou-se no século XVII, a Casa no *Porto Mercantilista*; fora de muralhas, nas áreas de expansão Almadina, onde foi criada uma nova relação com o lote, desenvolveu-se ao longo do século XVIII, a Casa no *Porto Iluminista*; numa última fase, nas áreas de expansão Almadina e nas suas extensões rasgadas a partir da segunda metade do século XIX, desenvolveu-se, a Casa no *Porto Liberal* [Fernandes, 1999].

A partir desta lógica de categorização e da perceção de que existe uma relação de influência, desenvolve-se, de forma integrada, uma contextualização e uma síntese da tipologia funcional.•

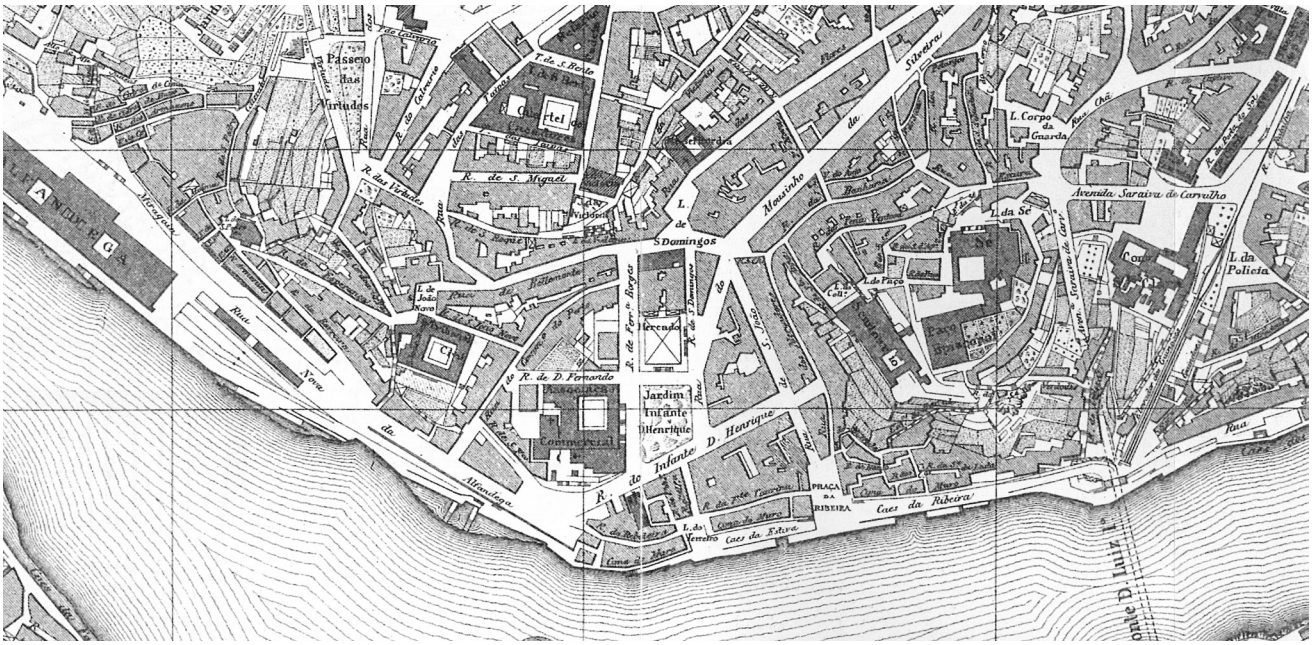


Figura 2 - A área Ribeira/Barredo e os seus quarteirões integralmente preenchidos por edificação - Extrato da planta da cidade do Porto de Telles Ferreira [1892].

2.2.1 | A Casa Burguesa no *Porto Mercantilista*

No início do século XVII, período histórico correspondente ao *Porto Mercantilista*, o país atravessou uma fase conturbada, fruto da perda da Independência nacional, e do consequente domínio filipino. Apesar da crise e estagnação vivida à escala nacional, na cidade do Porto foram levadas a cabo importantes obras públicas. A construção de Conventos e edifícios assistenciais e o reordenamento dos espaços públicos adjacentes, dentro e fora de muralhas, constituíram o primeiro passo para o futuro desenvolvimento radial e expansão da malha urbana [Ferrão, 1985].

Na segunda metade do século, no pós Restauração da Independência, a cidade do Porto viveu um período de mudança, marcado pela prosperidade económica. O comércio internacional fomentado pelo desenvolvimento da produção agrícola e pela facilidade no acesso fluvial, provocou uma dinâmica mercantilista nunca antes vista [Teixeira, 2004].

A prosperidade económica desencadeou um processo crescente de êxodo rural e uma enorme fixação de comerciantes estrangeiros, que se traduziu num crescimento populacional notável. Esta conjuntura populacional provocou uma necessidade habitacional premente, com consequência na densificação e na saturação do núcleo urbano intra-muros [Teixeira, 2004].

Foram estas as principais circunstâncias que fomentaram o desenvolvimento urbano neste período e determinaram a formação da Casa Burguesa no *Porto Mercantilista*.

A dificuldade de observação contemporânea de vestígios relativos a este período, faz com que persistam dúvidas sobre como eram efetivamente estas casas.

No *Porto Mercantilista*, nos núcleos herdados da cidade medieval, são visíveis essencialmente dois tipos de

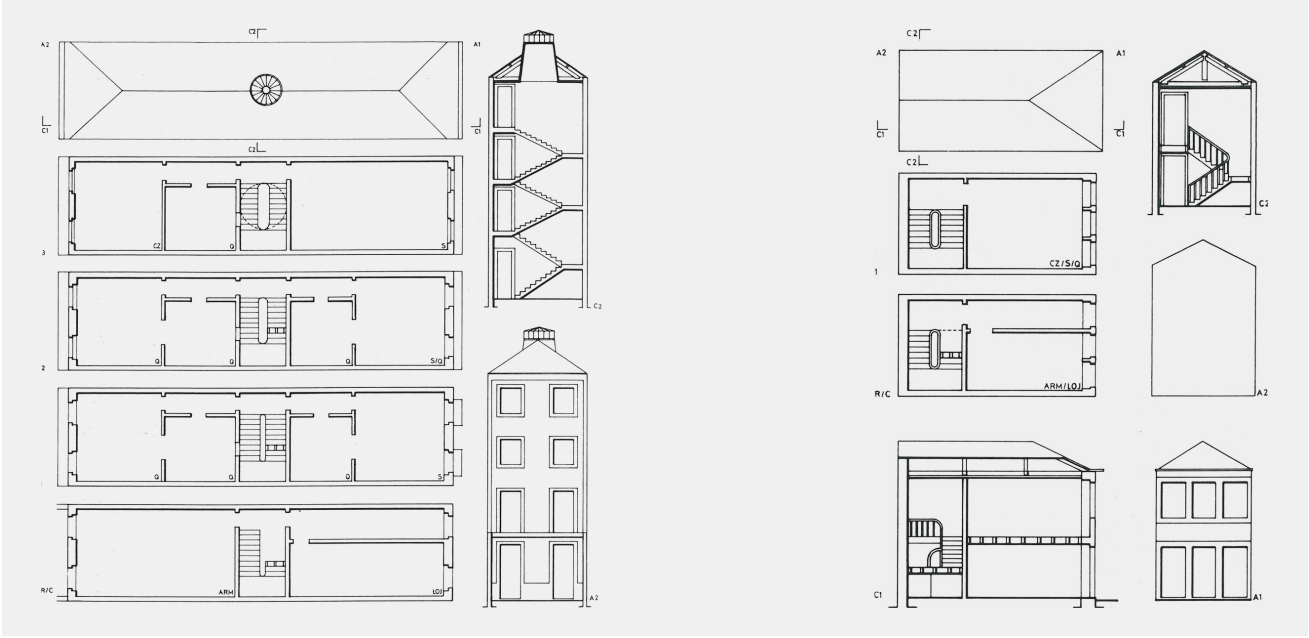

C2
A2
A1
C1
C2
C2
C2

Figura 5 - Casa no *Porto Mercantilista* - Praça da Ribeira.
Figura 6 - Casa no *Porto Mercantilista* - Rua de São João.
Figura 7 - Casa no *Porto Mercantilista* - Miragaia.

Acerca desta tipologia funcional, Fernandes [1999] destaca como inovações mais importantes o facto de dispor de mais área e mais compartimentos, o que constituiu o despoletar de uma ideia de privacidade no uso da Casa.

Porém, Roche [2004] entende que ao nível da organização funcional da generalidade das habitações deste período, persiste uma ideia medieval de habitar, em que a Casa é basicamente uma sala comum, onde tudo acontece. A pouca especialização na divisão espacial encontra exceção apenas na cozinha, localizada no último piso, junto ao alçado tardoz, por motivos de segurança no uso do fogo e de desenfumagem, que era efetuada através das telhas.

Ambas as casas aqui descritas têm como característica comum uma tipologia poli-funcional, numa justaposição da habitação, nos pisos superiores, sobre o local de trabalho, no piso térreo. Foi exactamente apartir deste "(...) tipo híbrido funcional de residência urbana e estabelecimento comercial ao mesmo tempo, referidos à mesma família, estritamente utilitário, de acordo com as necessidades profissionais e a mentalidade da gente de que é própria (...)", que segundo Oliveira e Galhano [1992] se fundou a designação de Casa "Burguesa".

A Casa Burguesa do Porto, formada no *Período Mercantilista*, constituiu a génese de uma tipologia que se estendeu e perdurou através dos séculos. Apesar de existirem duas variantes poli-funcionais, foi essencialmente a casa de duas frentes que definiu as premissas da organização funcional que se desenvolveu mais tarde. Esta Casa, tão próxima da mentalidade do seu povo, apresenta uma grande continuidade na sua tipologia funcional e construtiva, assinaláveis no contexto do património edificado corrente em Portugal.

Figura 8 - A muralha medieval e a expansão almaclina - extrato da planta da cidade do Porto de Telles Ferreira (1892).
Muralha Medieval Expansão Almadina

2.2.2 | A Casa Burguesa no *Porto Iluminista*

Ao longo do século XVIII, período correspondente ao *Porto Iluminista*, a Cidade manteve uma grande dinâmica económica e um crescimento populacional relevantes, que conduziram à saturação da malha urbana intra-muros. O conjunto de problemas urbanísticos e habitacionais causados por este fenómeno determinaram a criação, em 1758, da Junta das Obras Públicas – organismo de planeamento e gestão urbanística – dirigido por João de Almada e Melo, sob a égide de Marquês de Pombal, homem então responsável pelo planeamento e reforma urbana em Portugal [Fernandes, 1999].

A ação e planeamento promovidos por este organismo estendeu-se para além das muralhas, e assentou em dois objectivos norteadores: a promoção da adequação funcional dos espaços de circulação existentes e propostos e o controlo da qualidade estética das novas edificações [Teixeira, 2004].

De acordo com Fernandes [1999], esta adequação funcional concretizou-se na modernização, na reestruturação, na urbanização do sistema radiocêntrico do Porto de Seiscentos e na consequente expansão da Cidade.

A este nível, a Junta das Obras Públicas levou a cabo um conjunto de intervenções. Merece destaque a definição de um grande eixo norte-sul, entre a Praça da Ribeira e a Praça de Santo Ovídeo, constituído pela Rua de São João, pela Rua do Almada e pela preexistente Rua das Flores, e a definição de outros eixos em sentido norte-sul e este-oeste, de menor dimensão, tendo sido determinantes para a expansão do sistema radiocêntrico na cidade do Porto. Relativamente à modernização e reestruturação urbana, merece também destaque a regularização e a higienização de várias ruas como a de Santo Ildefonso e de Cedofeita, principais vias de saída das muralhas [Teixeira, 2004].

No que se refere ao controlo estético nas novas edificações, João de Almada propunha a implementação de

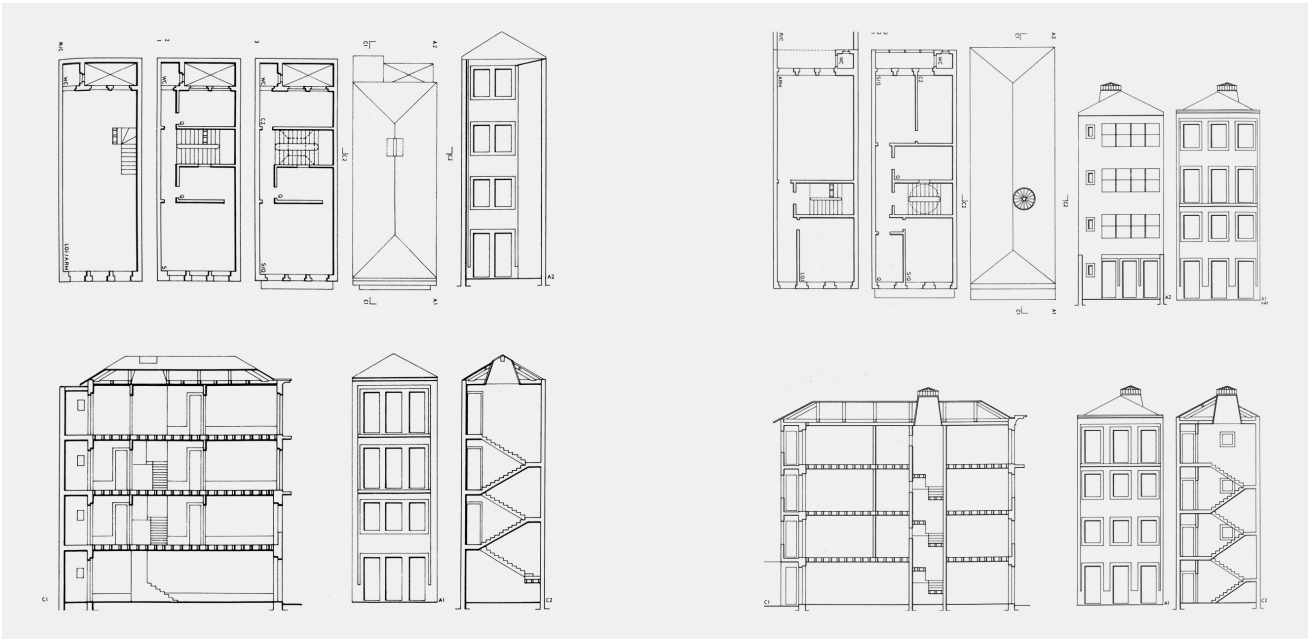


Figura 9 - Casa de duas frentes e logradouro de forte pendente.
Figura 10 - Casa de duas frentes e logradouro plano, ao nível do piso térreo.

um desenho conjunto dos alçados. Esta proposta pressupunha a adoção generalizada da tipologia do Palácio urbano, uma tipologia plurifamiliar difundida em várias metrópoles europeias, e com presença notável na Baixa Pombalina. No entanto, o estilo de vida e a mentalidade da predominante burguesia portuense era incompatível com determinadas condicionantes desta proposta. A privação de acessos individuais e a imposição de uma tipologia mono-funcional, incapaz de agregar habitação e local de trabalho, remeteram esta proposta para o fracasso e garantiram a permanência da tipologia funcional da Casa Burguesa [Fernandes, 1999].

Apesar da interrupção imposta ao Plano Almadino, devido à conjuntura do final do século, a sua ação e planeamento foram determinantes para o desenvolvimento urbano e para a afirmação da Cidade, enquanto interposto comercial de referência no contexto nacional. Esta influência atesta a importância transversal que a intervenção política teve, e deve hoje ter, enquanto precursora de uma ação urbana coletiva [Teixeira, 2004].

A intervenção da Junta das Obras Públicas e toda a conjuntura vivida neste período constituíram as principais circunstâncias, que determinaram a evolução da tipologia da Casa Burguesa no *Porto Iluminista*.

No *Porto Iluminista*, nas áreas de expansão Almadina, os lotes tinham uma definição muito menos orgânica. A divisão racional e planeada dos mesmos contribuiu para uma imagem de malha urbana com tendência para a uniformização. O lote deixa de ser completamente ocupado pelo edificado e passa a contar com um novo espaço - o logradouro - de profundidade variável, de acordo com a dimensão do quarteirão [Fernandes, 1999].

Apesar do fracasso da implementação da tipologia do Palácio urbano, o espírito de continuidade através do desenho conjunto dos alçados foi de certo modo atingido, através da sistematização e da homogeneização dos elementos de composição da fachada [Teixeira, 2004]. Neste período surgiram também novos elementos que marcaram a imagem da Casa: as padieiras em arco, as janelas quadradas sobre as portas do piso térreo, as varandas corridas, e toda a ornamentação em cornijas e beirais, numa clara referência ao estilo neopalladiano, foram apenas os mais relevantes [Fernandes, 1999].

A tipologia funcional Almadina, surgiu na continuidade da Casa de duas frentes do *Período Mercantilista* mas

Figura 11 - Casa no *Porto Iluminista* - Rua dos Clérigos.
Figura 12 - Casa no *Porto Iluminista* - Rua das Flores.
Figura 13 - Casa no *Porto Iluminista* - Rua de São Miguel.

evoluiu em vários aspetos, desde logo, através do aumento da área de implantação, passando a largura a ter em média 6 metros, a profundidade entre 20 e 30 metros, a altura um aumento do número de pisos até cinco e dos pés-direitos, que se tornaram significativamente mais altos [Fernandes, 1999].

O piso térreo, de acesso independente, manteve-se como local de trabalho, e os pisos superiores preservaram o seu uso habitacional. O acesso vertical continuou a ser feito através de uma caixa de escadas central, à imagem do passado, mas contava com um novo elemento, fundamental para a sua iluminação, cuja presença veio marcar toda a imagem da Cidade - a clarabóia [Teixeira, 2004].

Ao nível da organização funcional das habitações deste período, verifica-se uma pequena evolução em relação à sua especialização. A introdução de uma sala no primeiro piso, voltada para a rua, destinada à receção de visitas, e a permanência da cozinha, estrategicamente localizada no último piso, constituíram uma aproximação à progressiva especialização dos espaços que se verificou mais tarde [Teixeira, 2004].

O *Porto Iluminista* foi marcado, ao nível urbano e do edificado, pela ação e planeamento Almadinos. No que ao edificado diz respeito, a permanência da tipologia da Casa Burguesa, apesar da tentativa da implementação do Palácio urbano, refletiu a adequação da Casa ao estilo de vida portuense. No entanto, foram assimilados alguns dos princípios Almadinos, que se refletiram na imagem do alçado, tendencialmente mais uniforme.

A Casa Burguesa no *Porto Iluminista*, surgida na continuidade da Casa de duas frentes do período anterior, constituiu assim, um compromisso entre a permanência e a evolução de uma tipologia, que pelas suas fortes raízes, perdurou no espaço e no tempo. Foram alteradas proporções e introduzidos novos espaços e elementos construtivos, mas perdurou a tipologia funcional e construtiva na sua essência.•

Figura 14 - As "ilhas" na malha urbana do Porto no século XIX.

2.2.3 | A Casa Burguesa no *Porto Liberal*

No século XIX, período correspondente ao *Porto Liberal*, o país e a Cidade viveram uma fase de transição de circunstâncias e realidades, fruto de uma sucessão de acontecimentos, como as invasões francesa e espanhola, o cerco à Cidade e ainda a *Revolução Liberal*.

A crise económica, a instabilidade política e a agitação social, da primeira metade do século, provocaram um período de relativa estagnação, comprometendo o processo de transformação urbana, iniciado pela Junta das Obras Públicas [Teixeira, 2004].

No entanto, na segunda metade do século, no advento da Regeneração, o país viveu uma nova fase, marcada pelo progresso e pelo desenvolvimento. A implementação de uma Monarquia constitucional e de inspiração liberal, levou à afirmação do poder da classe burguesa e à difusão das ideias progressistas [Teixeira, 2004].

Esta nova conjuntura despertou um novo impulso urbanístico, levado a cabo pelo Ministério das Obras Públicas, organismo que sucedeu à extinta Junta do período Almadino. A sua ação foi determinante para a densificação, reestruturação e expansão da malha urbana até aos limites contemporâneos, através dos eixos apontados por João de Almada. A ocidente, a malha urbana expande-se até ao núcleo da Foz, através de novos eixos, como a Avenida da Boavista, potenciando a relação entre a Cidade e o mar. Além desta expansão, a deslocalização do Centro urbano para a atual Praça da Liberdade, marcou um novo ciclo no desenho da Cidade. O território do Porto foi finalmente assumido como um todo, muito para além do núcleo medieval [Teixeira, 2004].

Neste período foi também implementado o transporte público, potenciando a mobilidade, encurtando distâncias e aproximando os subúrbios do Centro. Esta evolução permitiu que fosse concretizada a primeira divisão funcional e social no Porto, fenómeno preponderante para a tipologia funcional da Casa Burguesa [Teixeira, 2004].

Figura 15 - Casa poli-funcional no *Porto Liberal* - Rua Nova da Alfândega.
Figura 16 | 17 - Casa poli-funcional no *Porto Liberal* - Rua dos Clérigos.

A par do progresso urbanístico deu-se um fenómeno demográfico notável. A introdução massiva da indústria na Cidade despoletou um êxodo rural tão significativo, que levou à duplicação da população residente. A necessidade de fixação destas pessoas, sobretudo operários, determinou a densificação da malha urbana junto das indústrias, essencialmente a oriente, e a criação de uma nova estrutura habitacional – as Ilhas, aglomerados constituídos por pequenas casas, organizadas no interior dos quarteirões [Teixeira, 2004].

De acordo com Fernandes [1999], foram as circunstâncias demográficas e a estratégia urbanística, baseada numa divisão funcional e social, que determinaram a evolução e a formação de novos tipos de Casa Burguesa no *Porto Liberal*.

Neste período, nos eixos preexistentes e nas áreas de expansão, são visíveis essencialmente duas tipologias funcionais distintas. Além das casas que preservam a tipologia poli-funcional, e a matriz herdeira dos períodos anteriores, surgem novas casas mono-funcionais, que contam com uma inovadora organização espacial. Este fenómeno constitui o fim de um ciclo de tipologias funcionais e o início de outro [Teixeira, 2004].

A Casa poli-funcional, constitui uma solução de continuidade, ao nível tipológico-construtivo e até estético, em relação à Casa do *Porto Iluminista*. A Casa preenche essencialmente os eixos construídos no período anterior e constitui uma solução primordialmente de Centro urbano, que ainda hoje é identificável [Fernandes, 1999].

A continuidade desta tipologia ao longo dos tempos deveu-se a vários fatores. Talvez a sua versatilidade de espaços e usos, talvez a sua adaptação perfeita às necessidades e mentalidade da população portuense terão sido os fatores primordiais para a construção deste "(...) saber construir que vai permanecendo (...)" [Fernandes, 1999, p.170] na cidade do Porto.

A Casa mono-funcional nasceu da necessidade de adaptação à nova divisão social e funcional do Porto, bem como ao novo modo de viver burguês, formando uma solução que apresenta muitas permanências, mas também algumas transformações relativamente ao passado. Esta tipologia desenvolveu-se essencialmente nas áreas de expansão definidas no século XIX, Foz do Douro e Campanhã, mas também em eixos tão importantes como a Rua

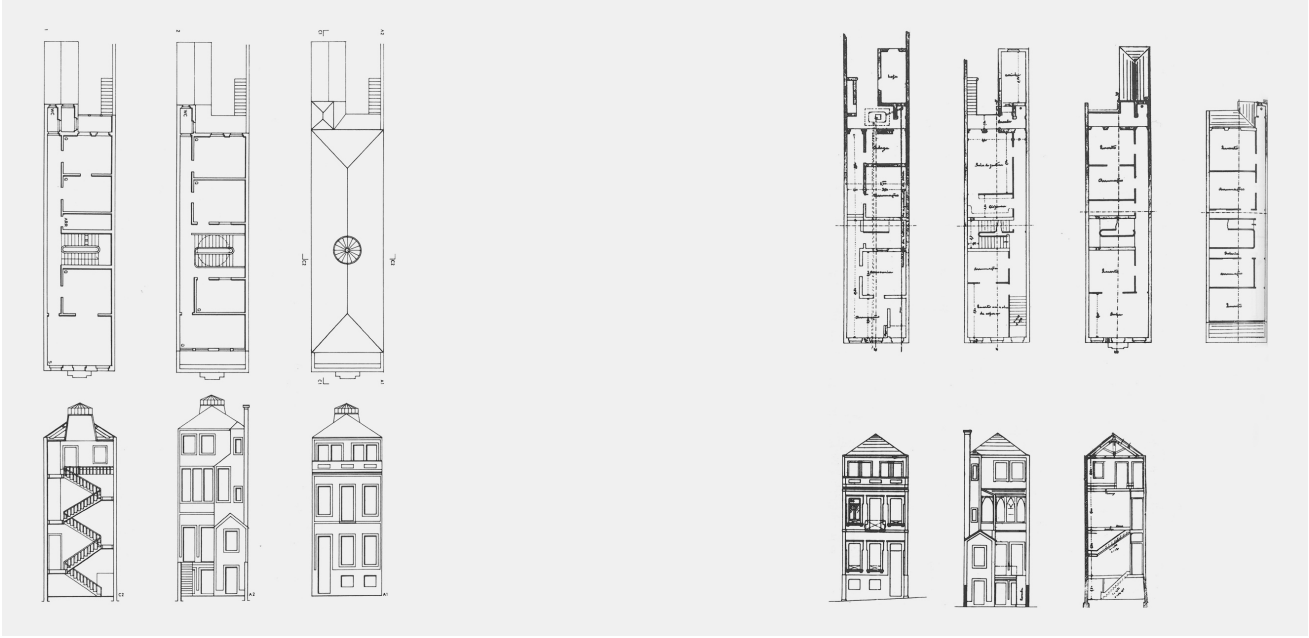


Figura 18 - Casa mono-funcional com rés-do-chão sobrelevado e cave iluminada.
Figura 19 - Casa mono-funcional com rés-do-chão sobrelevado e cave iluminada - Rua de Álvares Cabral.

da Alegria, a Rua de Santa Catarina, a Rua de Costa Cabral, a Rua da Constituição e a Avenida da Boavista [Teixeira, 2004].

Relativamente às transformações, a mais rasgada deu-se ao nível do uso, "(...) a casa deixa de ser funcional, dissociando-se a residência e a loja, e aparecendo casas apenas de residência: mas estas, agora já apenas por razões de inércia cultural, mantêm o tipo estreito e alto, em que em vez da loja, fica um escritório com janela para a rua" [Oliveira & Galhano, 1992, p.342].

Este facto determinou a reorganização da tipologia funcional da Casa Burguesa, historicamente consolidada. O primeiro sinal claro foi a introdução da cave sobrelevada, onde se situavam as zonas de serviço e de armazenagem. Ao nível do piso térreo, foi introduzida a cozinha, situada nas traseiras, e foram criados novos espaços de uso social. Nos pisos superiores e nas águas furtadas introduziram-se os quartos. No alçado tardoz, e frequentemente no interior da habitação, junto à caixa de escadas, foram também inseridas instalações sanitárias [Fernandes, 1999].

O acesso vertical continuou a ser resolvido através de uma caixa de escadas central em dois ou três lanços, iluminada zenitalmente por uma clarabóia. As escadas mantiveram-se como elemento fundamental na articulação do espaço, organizando-o simetricamente e separando as duas frentes da Casa [Teixeira, 2004].

Nesta reorganização espacial, é notável a concretização de uma verdadeira especialização na divisão dos espaços, criando uma ideia de privacidade no uso da Casa, que já anteriormente tinha sido apontada, mas nunca verdadeiramente formalizada [Fernandes, 1999].

Apesar da marcante evolução da tipologia funcional, a identidade da Casa, os materiais utilizados e o sistema construtivo são essencialmente os mesmos dos do *Período Iluminista*, preservando a unidade na imagem da Casa Burguesa. Deste modo, a sistematização, estandardização dos elementos construtivos e a agregação da Casa num "(...) sistema articulado e hierarquizado de construir o objeto e a cidade, justapondo-se, associando-se em simetria, repetindo-se, sobrepondo-se, alternando-se (...)" [Fernandes, 1999, p.176], foram determinantes para a criação desta imagem unitária na Casa e consequentemente na Cidade.

Figura 20 - Casa mono-funcional no *Porto Liberal* - Avenida da Boavista.
Figura 21 | 22 - Casa mono-funcional no *Porto Liberal* - Rua de Álvares Cabral.

Os vãos mantiveram as suas dimensões e o seu posicionamento, encontrando exceção apenas ao nível da porta de acesso ao espaço público, que configura uma abertura extremamente alta, que vence a distância entre o patamar de acesso e o primeiro piso sobrelevado, alinhando a sua padieira pela dos vãos das janelas adjacentes. A cave sobrelevada e a dimensão da porta de entrada denunciam o caráter estritamente habitacional e a incapacidade desta tipologia se adaptar a usos mistos e a programas mais dinâmicos [Fernandes, 1999].

No *Período Liberal* existiam duas Casas Burguesas, a poli-funcional, numa perfeita continuidade com a do *Porto Iluminista* e a Casa mono-funcional, fruto de uma adaptação às novas premissas que o contexto impunha. Esta última, apesar de se notabilizar pela transformação ao nível funcional, preserva muitas das características herdadas do passado. Neste alinhamento, Fernandes [1999] entende que esta tipologia foi o resultado de um processo experimental desenvolvido através de sucessivas adaptações sobre a tipologia do período anterior.

A continuidade no uso de materiais locais e do sistema construtivo, ou seja, de um saber tecnológico tradicional, e ainda a presença de uma imagem uniforme que aposta mais na repetição que na exceção, terão determinado a sua integração no contexto urbano, e garantido uma determinada homogeneidade à Cidade [Fernandes, 1999].

Esta tipologia estendeu-se, com algumas evoluções para além deste período, até à primeira metade século XX. Estes factos demonstram o sentimento de pertença, por parte das gentes do Porto, a uma tipologia funcional e a uma forma de construir, que marcou toda a sua história desde a época medieval.

Estes factos foram também determinantes para a afirmação da Casa Burguesa do Porto como tipologia fundamental no contexto do património edificado corrente em Portugal, e constituíram o mote para a sua seleção no âmbito desta Dissertação.

O estudo das Estratégias na Reabilitação desta Casa, tão importante e tão presente no Porto, constitui a principal motivação da investigação efetuada. Esta tipologia é diferente, pois vive ainda hoje de uma lógica de conjunto. O respeito pela preexistência e consequentemente pela Cidade tem de ser sempre primordial, em detrimento de individualismos e necessidades de afirmação.•

Figura 23 - Tipologia construtiva da Casa Burguesa, dominante na cidade do Porto.

2.3 | Evolução da Tipologia Construtiva

Ao longo do arco temporal, compreendido entre o início do século XVII e o final do século XIX, a permanência marcou indubitavelmente a Casa Burguesa do Porto. Este fator não se circunscreveu apenas em relação à tipologia funcional, mas sobretudo ao nível da sua tipologia construtiva. Neste período, a Casa evoluiu em termos de dimensão do lote, de organização espacial, e até em relação aos usos, preservando, contudo, os principais materiais e o sistema construtivo que lhe era próprio [Fernandes, 1999].

O saber empírico e a obra de pedreiros e mestres, baseados em materiais locais e técnicas ancestrais, difundiram-se no tempo e no espaço, criando um modo e uma tradição de construir, determinantes na caracterização do passado histórico da Casa e da Cidade [Fernandes, 1999].

Apesar deste modo de construir ter evoluído, num sentido de aperfeiçoamento e adaptação às necessidades funcionais e tendências estéticas do seu tempo, a permanência de um sistema construtivo foi determinante para a consolidação da sua tipologia construtiva, constituindo, aliás, a sua essência [Teixeira, 2004].

A difusão e a presença dominante desta tipologia construtiva no meio urbano do Porto, foi também determinante para a criação da imagem unitária da Cidade, revelando um consenso implícito e uma coerência no modo de construir tanto a Cidade como a Casa. Assim, a unidade que era visível no Porto não se deu apenas ao nível estético e funcional, mas também ao nível construtivo [Fernandes, 1999].

Foram essencialmente estas as razões que determinaram a classificação do Centro Histórico do Porto, enquanto Património Mundial da Humanidade.

Teixeira [2004] propõe, relativamente à tipologia construtiva em estudo, uma hierarquização dos principais elementos constituintes, de acordo com a função e importância que desempenham dentro do sistema construtivo.

Figura 24 - Estrutura de parede de fachada e teto visíveis, devido à demolição de todos os revestimentos.
Figura 25 - Estrutura de paredes e tetos de caixa de escadas visíveis, devido à demolição de todos os revestimentos.
Figura 26 - Estrutura de um piso acrecentado visível, devido à demolição de todos os rebocos.

A estrutura principal da Casa é constituída por: paredes de meação, estrutura dos sobrados e estrutura da cobertura; enquanto que a estrutura secundária é constituída por: paredes das fachadas, paredes interiores de compartimentação e da caixa de escadas, estrutura das escadas, estrutura da clarabóia e estruturas das águas furtadas ou de outros elementos de pequena dimensão que pontuam as coberturas.

Tendo como pressuposto a lógica de categorização da tipologia em estudo, enunciada por Fernandes [1999], e esta lógica de hierarquização, proposta por Teixeira [2004], irá ser desenvolvida uma síntese da evolução da tipologia construtiva da Casa Burguesa do Porto.

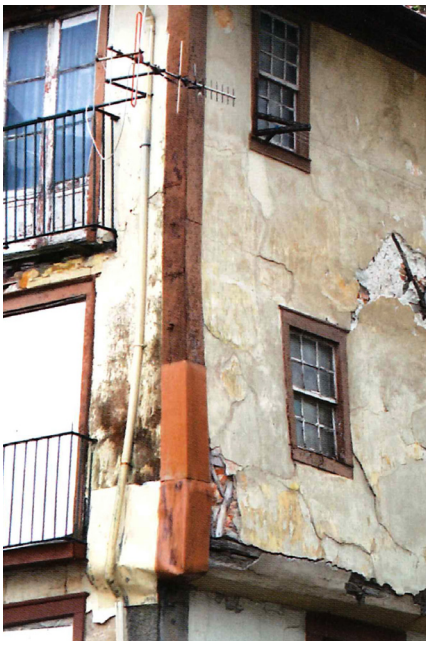
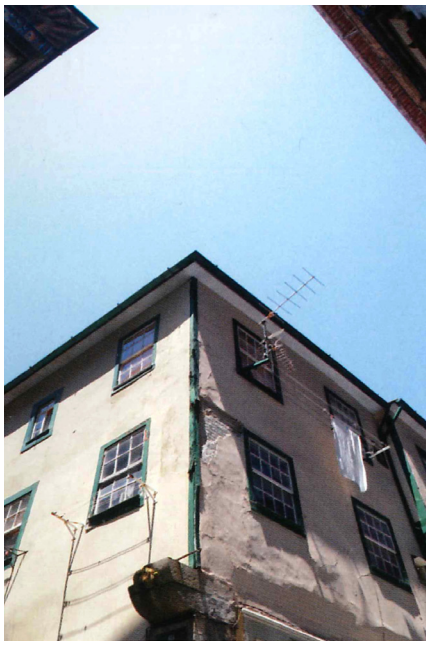



Figura 27 - Paredes das fachadas salientes em frontal, com reboco parcialmente desagregado e estrutura visivel.
Figura 28 - Paredes das fachadas, nos pisos superiores, em frontal.
Figura 29 - Parede de meação em perpianho e de fachada em frontal, com reboco desagregado e fasquios visiveis.

2.3.1 | A Casa Burguesa no *Porto Mercantilista*

Na segunda metade do século XVII, no advento da Restauração da Independência, o Porto viveu um período de prosperidade económica, marcado por um êxodo rural notável, com consequências na densificação e na saturação do núcleo urbano intra-muros. A necessidade premente de uma habitação que respondesse às necessidades essenciais da população, determinou a formação da Casa Burguesa no *Porto Mercantilista* [Teixeira, 2004].

Na contemporaneidade, a observação de vestígios relativos a este período constitui uma tarefa árdua, pelo que foi tomada como referência a bibliografia disponível para a elaboração desta síntese da tipologia construtiva.

No *Porto Mercantilista*, tanto a Casa de frente única, como a Casa de duas frentes, apresentavam características comuns, que constituíam a génese de um padrão material e construtivo de importância fulcral neste contexto [Teixeira & Póvoas, 2012].

Estas construções tinham como materiais fundamentais o granito, a madeira e a argila. Neste período, o uso do granito foi genericamente remetido para a construção das paredes exteriores do piso térreo e, em alguns casos, para as paredes interiores do mesmo piso. Nos pisos superiores, no exterior, as paredes contavam com uma estrutura de madeira e argila, materiais essenciais na composição do sistema de frontal[2], sendo as paredes interiores em tabique[3]. De resto, a Casa Burguesa no *Porto Mercantilista*, tinha a madeira como material

2 - "(...) esqueleto ou estrutura em gaiola, formado por barrotes com secções de 7 ou 10 cm de lado, dispostos em prumos, frechais, travessanhos e escoras, cheio com pedra miúda ou tijolos especiais (...)" [Teixeira, 2004, p.84].

3 - Estrutura de barrotes, dispostos em frechais, prumos e vergas, preenchidos por um tabuado vertical, pregado aos frechais. Em ambas as faces deste tabuado é pregado um fasquiado, para receber os revestimentos de argamassa [Teixeira, 2004].

Figura 30 - Estrutura dos sobrados de um edifício em ruínas.
Figura 31 - Estrutura de cobertura de quatro águas, com asnas simples, de um edifício em ruínas.

fundamental, tanto na construção dos sobrados como da cobertura [Fernandes, 1999].

As paredes de meação, elementos fundamentais na estrutura da Casa Burguesa do Porto, eram geralmente construídas em perpianho[4] no piso térreo, e em frontal nos restantes pisos. No interior, ambas eram revestidas com reboco de saibro e cal, com acabamento estucado, sendo posteriormente caiadas ou pintadas. No exterior, quando constituíam empenas visíveis, eram revestidas por soletos de ardósia, ou então por telha caleira [Teixeira, 2004].

Os sobrados, elementos determinantes na definição dos diferentes pisos, eram constituídos por uma malha de paus rolados[5] e de tarugos, dispostos perpendicularmente.

Os pavimentos eram executados através de um tabuado de soalho, de grandes dimensões, nos casos mais frequentes em madeira de pinho. No que aos tetos diz respeito, havia uma certa repetição do que era feito nos pavimentos, sendo pregado um tabuado diretamente ao vigamento, que podia tomar diferentes configurações, como por exemplo a disposição em forma de "saia-camisa" [Teixeira, 2004].

A estrutura da cobertura[6], último dos elementos constituintes da estrutura principal, deveu muito da sua presença e permanência à sua elementaridade. Esta estrutura - quase sempre de quatro águas – era revestida com elementos vegetais, numa fase inicial, e posteriormente, em telha de canal [Teixeira, 2004].

Quanto à estrutura secundária, destaca-se as paredes da fachada, pelo facto de, apesar de não constituírem

4 - "Pedra de cantaria que vai de face a face da parede, tendo por isso dois paramentos; o mesmo que travadouro." [Teixeira, 2004, p.212]

5 - Troncos de madeira com diâmetros que variavam entre os 20cm e os 30cm e um comprimento que nunca ultrapassava os 7m. Os paus rolados eram dispostos paralelamente entre si e apoiavam-se nas paredes de meação, às quais serviam de travamento [Teixeira, 2004].

6 - No *Período mercantilista* era constituída por asnas simples - apenas compostas por linha, pernas e nível -, apoiadas nas paredes de meação, e travadas longitudinalmente pelo pau de fileira e pelas madres. A completar esta estrutura, existia o rincão, fazendo a transição das vertentes principais para a tacaniça. A constituição de todos estes elementos era em tudo semelhante aos paus rolados dos sobrados [Teixeira, 2004].

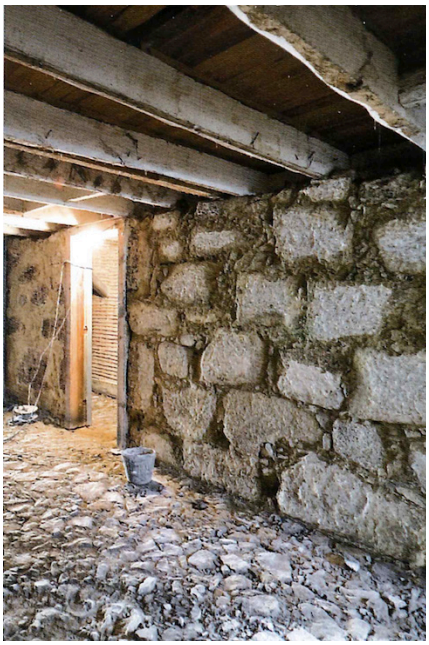


Figura 32 - Parede em tabique simples, com reboco parcialmente demolido e tabuado e fasquiado visíveis.
Figura 33 - Parede de meação em frontal, com reboco parcialmente demolido e estrutura visível.
Figura 34 - Estrutura de um sobrado assente sobre uma parede interior do piso térreo em perpianho.

um elemento primordial da estrutura da Casa, serem responsáveis pelo travamento dos sobrados e constituírem o suporte parcial da cobertura. As paredes das fachadas em pedra, presentes no piso térreo, eram executadas em alvenaria de granito, essencialmente por peças aparelhadas - as cantarias - definidoras dos vãos e de elementos ornamentais. No interior eram revestidas do mesmo modo que as paredes de meação, e no exterior eram revestidas por uma argamassa de saibro, areia e cal, simplesmente caiado ou pintado [Teixeira, 2004].

Nos pisos superiores, as paredes das fachadas, ligeiramente salientes, seriam em frontal, revestidas e acabadas do mesmo modo que as anteriores [Teixeira, 2004].

A generalidade das paredes interiores eram executadas em tabique simples, revestidas da mesma forma que as restantes paredes da habitação, garantindo assim a continuidade dos revestimentos e acabamentos no interior da Casa. Como exceção, as paredes da caixa de escadas, pela sua função de suporte, eram executadas em duas variantes: tabique simples com duplo tabuado, ou em tabique simples reforçado[7] [Teixeira, 2004].

A Casa Burguesa do Porto, formada no *Período Mercantilista*, constituiu a génese de uma tipologia construtiva que se estendeu e perdurou através dos séculos. A existência de um sistema construtivo rudimentar, aliado a técnicas ancestrais e materiais locais, foi a razão para o seu sucesso e repetição, um pouco por todo o núcleo urbano intra-muros.•

7 - Estrutura em tudo semelhante ao frontal, mas revestida em ambas as faces por um tabuado, podendo o seu interior ser preenchido com restos de madeira, ou outros elementos vegetais [Teixeira, 2004].

Figura 35 - Varanda corrida, guarda em ferro e caixilharia de desenho tipicamente Almadino.
Figura 36 - Fachadas homogéneas no *Porto Iluminista* - Rua Pinheiro.
Figura 37 - Estrutura do sobrado, paredes de meação em perpianho e paredes de compartimentação em tabique, visíveis, devido à demolição de todos os rebocos.

2.3.2 | A Casa Burguesa no *Porto Iluminista*

Ao longo do século XVIII, a saturação da malha urbana intra-muros, desencadeou um conjunto de problemas urbanísticos e habitacionais muito relevantes na cidade do Porto. Para a sua resolução foi determinante a formação da Junta de Obras Públicas. Os princípios de sistematização e modulação que preconizava, tiveram reflexos diretos sobre o sistema construtivo da Casa. Apesar de não terem introduzido soluções inovadoras, contribuíram para o apuramento das técnicas construtivas existentes [Teixeira, 2004].

A Casa Burguesa, preservou a essência da sua tipologia construtiva, mas evoluiu em termos de homogeneização dos seus elementos constituintes, sobretudo ao nível da fachada [Fernandes, 1999].

No *Porto Iluminista*, merece destaque a difusão do ferro e uma maior utilização da pedra, em detrimento da madeira, certamente devido à precariedade dos sistemas construtivos rudimentares e ao risco de incêndio que estes comportavam [Fernandes, 1999]. Assim, as paredes de tabique, passaram a ser utilizadas apenas nos pisos recuados ou acrescentados, e na generalidade das paredes interiores de compartimentação.

De resto, houve tão-somente uma adaptação às evoluções funcionais e às tendências estéticas deste período, tendo havido uma maior preocupação com o pormenor - nomeadamente nas cantarias - e novos elementos de fachada – cornijas, beirais, e varandas corridas -, fruto do desenho de fachada Almadino, que marcaram estes edifícios [Teixeira, 2004].

Na estrutura principal, as paredes de meação abandonaram o frontal e assumiram exclusivamente a alvenaria de granito, em perpianho ou travadouros, desde o piso térreo até à cobertura [Teixeira, 2004].

O revestimento das coberturas, passou a ser totalmente executado em telha de canal, tendo-se abandonado as coberturas em colmo [Teixeira, 2004].

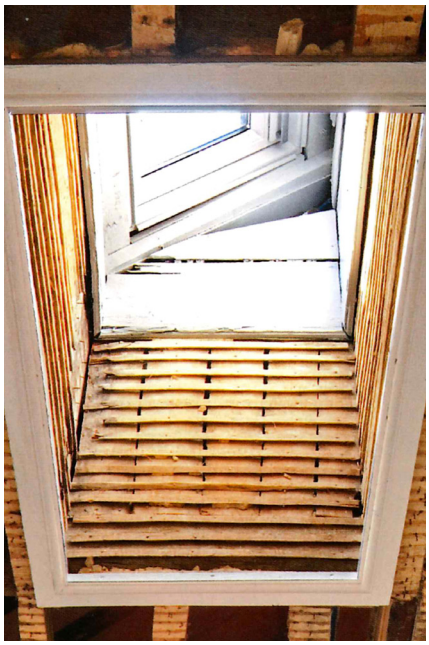


Figura 38 - Claraboia circular com lanternim saliente, inserida em cobertura revestida a telha canal.
Figura 39 - Estrutura de claraboia retangular, visível, devido à demolição de todos os rebocos.
Figura 40 - Paredes de compartimentação e claraboia, com rebocos demolidos e tabuado e fasquiado visíveis.

Quanto à estrutura secundária, as paredes das fachadas passaram a ser executadas integralmente em pedra, exceto nos pisos acrescentados [Teixeira, 2004].

No *Período Iluminista*, surgiram as primeiras clarabóias e os mais variados acrescentos nas coberturas, tais como águas furtadas, trapeiras e mirantes.

As clarabóias apresentavam uma unidade no seu sistema construtivo e uma grande diversidade de formas, desde quadrangulares com os lanternins ao correr das águas, ou circulares com os lanternins salientes. No interior, eram revestidas do mesmo modo que os tetos, e no exterior, quando o tambor era saliente, o seu revestimento era efetuado em telha caleira. Os acrescentos, começaram neste período a marcar a imagem da Casa, com estruturas semelhantes às dos pisos acrescentados, que se integravam nos telhados e permitiam a sua habitabilidade e ventilação [Teixeira, 2004].

A Casa Burguesa no *Porto Iluminista*, preservou a generalidade dos materiais e técnicas do período anterior, demarcando-se ao nível estético por acompanhamento das tendências, de inspiração Almadina.•

Figura 41 - Fachadas homogéneas no *Porto Liberal*. Destaque para a introdução do revestimento em azulejo - Rua Álvares Cabral.
Figura 42 - Coberturas de duas e quatro águas em telha de marselha.

2.3.3 | A Casa Burguesa no *Porto Liberal*

Na segunda metade do século XIX, no advento da Regeneração, o Porto viveu um período marcado pelo progresso e pelo desenvolvimento urbanístico, determinantes na densificação, reestruturação e expansão da malha urbana através dos eixos, anteriormente apontados por João de Almada [Teixeira, 2004].

A urgência de uma habitação que respondesse às necessidades essenciais da população crescente e à nova divisão social e funcional na Cidade, determinou um conjunto de evoluções na tipologia construtiva, não tendo tido, porém, a projeção da evolução funcional [Fernandes, 1999].

A Casa Burguesa no *Porto Liberal*, evoluiu em termos de sistematização, estandardização, apuramento técnico e perícia de execução. Este fenómeno deveu-se, em grande parte, à introdução da indústria no processo de fabrico dos elementos e materiais, criando, assim, um caráter de regularidade, determinante para a formação de uma imagem unitária da Cidade [Fernandes, 1999].

No *Porto Liberal*, os materiais eram sensivelmente os mesmos do período anterior: o granito, a madeira e o ferro [Fernandes, 1999]. Porém, surgiram novos materiais e técnicas com outras capacidades. Desde logo, a telha Marselha, que permitiu a criação de maiores pendentes de cobertura, a produção massiva do azulejo, e a evolução das técnicas de aplicação de estuque, nomeadamente em tetos [Teixeira, 2004].

Quanto à estrutura principal, as paredes de meação, por razões de infiltração, passaram a ser revestidas com um barramento de asfalto, protegido por soletos de ardósia ou, mais tarde, por chapa metálica ondulada [Teixeira, 2004].

Os sobrados, somente no final do século XIX, passaram a ser formados por vigas de madeira esquadriadas, ao invés de paus rolados. O tabuado dos tetos, foi substituído por revestimento em estuque, que permitiu a aplicação

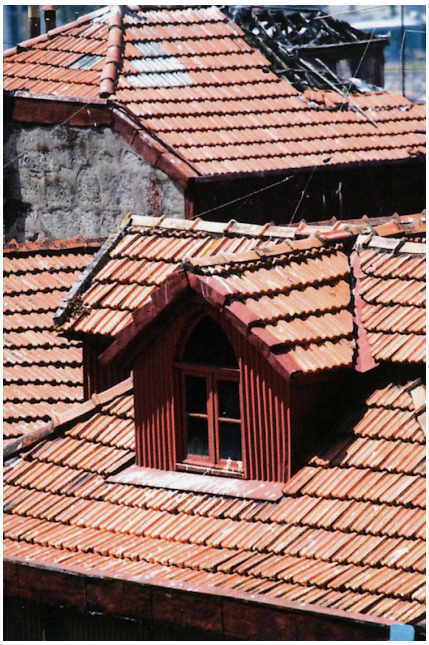


Figura 43 - Teto revestido a estuque, profusamente decorado.
Figura 44 - Marquises no alçado tardoz, revestidas a soletos de ardósia e acrescentos revestidos a chapa zincada.
Figura 45 - Águas furtadas, com cobertura em telha marselha e paredes exteriores revestidas a chapa zincada.

de uma infinidade de motivos decorativos, marcando determinantemente a imagem interior da Casa [Teixeira, 2004].

A estrutura da cobertura evoluiu em termos de complexidade[8]. A evolução deste sistema, acompanhado da substituição do revestimento em telha caleira, por telha Marselha, permitiu o aparecimento da variante de telhados de duas águas, frente-tardoz, com pendentes superiores [Teixeira, 2004].

Em relação à estrutura secundária, ao nível das paredes das fachadas, no alçado tardoz, tornou-se frequente a introdução de varandas, fechadas por marquises, numa estrutura de madeira, em tudo semelhante às paredes de tabique simples reforçado.

Relativamente ao revestimento exterior, a caiação deu lugar ao azulejo, que se tornou predominante neste período e se estendeu aos pisos acrescentados. As paredes dos pisos acrescentados, adotavam, porém, outro tipo de revestimento predominante, apesar de momentaneamente, através do uso de soletos de ardósia ou chapa zincada [Teixeira, 2004].

O revestimento exterior das clarabóias passou também a ser feito através de chapa zincada, garantindo assim uma melhor impermeabilização.

Por fim, os acrescentos na cobertura, águas furtadas, trapeiras e mirantes, aumentam em dimensão e importância, devido à difusão dos telhados de duas águas, que permitiam um maior aproveitamento das coberturas [Teixeira, 2004].

Através da caracterização apresentada procura-se evidenciar que a Casa Burguesa do Porto, em todos os seus períodos, é indissociável do modo de construir, que nasceu e se consolidou na Cidade.•

8 - As anteriores asnas evoluíram progressivamente para estruturas mais complexas, contando com linha, pernas, pendural e escoras, e abandonando o nível. Os seus elementos anteriormente executados em paus rolados evoluíram progressivamente para vigas esquadriadas de madeira.

INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO EDIFICADO CORRENTE

www.monumentosdesaparecidos.blogspot.com

Figura 46 - Domínio do património edificado corrente, em contraste com a pontualidade dos monumentos históricos no Porto.

3.1 | Conceitos e Teorias de Intervenção

A salvaguarda do património constitui, na atualidade, um dos temas dominantes no âmbito da arquitetura e da sociedade, de um modo geral. No entanto, a abrangência que hoje se reconhece ao conceito de património, não foi sempre a mesma. No período pós Revolução industrial, em que se deu o despertar do interesse pela salvaguarda, património era sinónimo de monumento histórico. Só em meados do século XX, é que o conceito de património se alargou à Cidade histórica [Lopes, 1996].

"Os conceitos e as doutrinas sobre o património evoluíram extraordinariamente ao longo deste século e não permanecerão, obviamente, imutáveis no futuro" [Lopes, 1996, p.9].

Atualmente, existe uma visão mais vasta e globalizante do conceito, que se estende desde o Monumento até ao edificado corrente, no qual se insere o objeto de estudo desta Dissertação. A abrangência do conceito, demonstra a tentativa contemporânea de contrariar a descaracterização, provocada pelas rápidas e pouco qualificadas alterações urbanísticas, nas cidades e no edificado que as compõem. Esta consciencialização, relativamente aos problemas e desafios inerentes à salvaguarda do património, tem provocado uma diversidade de abordagens e de interpretações sobre os bens patrimoniais a preservar e sobre a forma prática de o fazer.

No contexto, de necessidade de esclarecimento sobre como intervir no património edificado, abordar-se-ão os principais conceitos veiculados pelas diferentes Cartas e Recomendações internacionais. Estes documentos, reflexo do interesse nesta questão, pretendem, acima de tudo, formar orientações e esclarecimentos amplos, que sirvam de base conceptual para as intervenções sobre o património. Este mesmo conteúdo é determinante para informar as Estratégias de intervenção.

Seguidamente, irá apresentar-se uma síntese da evolução dos conceitos e teorias fundamentais, enunciados

Figura 47 - Demolições no início do século XX no Porto - A cidade histórica ainda estava fora do conceito de património.

nas principais Cartas e Recomendações internacionais, desde o alargamento do tema ao património edificado corrente, na Carta de Veneza, até à consolidação do pensamento contemporâneo, em Cracóvia.

Trata-se, portanto, da leitura do pensamento contemporâneo através da leitura de documentos internacionais [Lopes, 1996].

3.1.1 | Carta de Veneza

O nível de destruição causado pela II Guerra Mundial, atingiu seriamente o edificado, essencialmente no contexto Europeu. Este cenário, provocou uma proliferação de perspetivas de salvaguarda, que não encontravam consenso teórico na Carta de Atenas de 1932, pela sua redutora divulgação e amplitude de conceitos [Neto, 2006].

A dispersão de atitudes, que se verificava no rescaldo da II Grande Guerra, impunha a necessidade de criação de um conjunto de diretrizes atualizadas, que viessem orientar a salvaguarda do património arquitetónico [Neto, 2006].

No decorrer do II Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos de 1964, foi redigida a Carta de Veneza[9], documento que partiu da sistematização de um conjunto de conceitos e ideias anteriormente escritas, nomeadamente da Teoria de Restauro de Cesare Brandi, procurando assim dar solução ao problema existente [Neto, 2006].

Na Carta de Veneza, o conceito de património, que ainda se confundia com o de monumento histórico[10], até aí circunscrito à obra-prima, ampliou a sua definição, estendendo-se às obras modestas, aproximando-se do edificado corrente. Houve outra ampliação do conceito, com referência a Brandi, quanto à conservação e restauro a ser feito, ultrapassando a dimensão histórica, abrangendo também a dimensão artística [Lopes, 1996].

A conservação e o restauro eram as únicas vias de salvaguarda que a Carta admitia. Ambas as vias eram compostas por Princípios delineadores. Na conservação, deveria haver uma manutenção do monumento permanente, não descurando o seu enquadramento físico e histórico, prezando pela integridade do mesmo. No restauro, ação excecional, o respeito a se ter estendia-se tanto à manutenção da autenticidade do edifício, mas também à valorização das suas várias fases. A aplicação de técnicas modernas somente era admissível caso as tradicionais fossem inadequadas, não significando isso, porém, que não se devesse fazer uma afirmação integrada, do novo. Surgiu, neste contexto, a consciencialização da necessidade de um prévio levantamento do monumento, bem como de documentação de todo o processo de restauro [Neto, 2006].

A Carta de Veneza foi marcada, essencialmente, pela abertura do conceito de monumento histórico e pelos Princípios orientadores que propôs nas ações de salvaguarda. Os Princípios pressupunham, pela sua amplitude, uma interpretação mediante cada caso, pautada pelo bom senso dos intervenientes. A orientação proposta não é assim rígida, deixando em aberto possibilidades, que apenas uma reflexão poderá determinar. Deste modo, o documento tornou-se uma excelente base de trabalho, de valor incontornável, no contexto da salvaguarda do património arquitetónico [Neto, 2006].•

---

9 - Remissão para a transcrição integral do documento em anexo.

10 - "A noção de monumento histórico, engloba a criação arquitetónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às "grandes" criações mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural." [Henriques & Jorge, 1996, p. 1].

3.1.2 | Carta de Amesterdão

Perante o crescente interesse pela salvaguarda do património, houve a necessidade de atualização e ampliação dos Princípios e conceitos, enunciados em Veneza, designadamente, a extensão da noção de património arquitetónico, abarcando os conjuntos urbanos e rurais, o que veio a caracterizar-se na Carta de Amesterdão, de 1975 [Lopes, 1996].

O grande contributo que a Carta introduziu, consiste, fundamentalmente, na noção de conservação integrada, composta pela proteção, restauro e reanimação dos conjuntos, desenvolvendo o entendimento de que, somente através destas ações de conservação, é possível garantir a sobrevivência do património arquitetónico [Lnec, 1987]. Esta noção preconizava a ideia de que a conservação integrada deveria constituir um dos propósitos dos estudos de planeamento à escala urbana, exigindo-se para isso, a disponibilidade de meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos. Segundo o documento, a conservação integrada, tem aplicação na detecção, salvaguarda e valorização do património [Lopes, 1996]. Assume-se que uma gestão integrada dos bens patrimoniais, e uma participação ampla da sociedade, são indispensáveis para o sucesso da conservação [Lnec, 1987].

Esta noção mantém-se válida até aos dias de hoje, e é fundamental para se perceber o pensamento contemporâneo sobre o património arquitetónico. Neste sentido, a experiência de várias décadas confirmou que, "(...) sem a disponibilização de meios adequados e sem a concertação de esforços (...), não será possível preservar (...) o "património arquitetónico", nem se poderão atingir os objectivos sociais de melhoria das condições de vida, que a conservação integrada exige." [Lopes, 1996, p.17].

3.1.3 | Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a sua Função na Vida Contemporânea e Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas

O período posterior à Carta de Amesterdão, foi marcado por uma alteração das políticas urbanas europeias. A consciencialização do fracasso das políticas de renovação urbana do Pós Guerra, assim como das intervenções urbanísticas que suportaram o crescimento acelerado da Cidade, fez com que o caminho pretendido apontasse para um novo sentido, o da revitalização e reabilitação dos centros urbanos antigos, através da reutilização do património edificado corrente [Lopes, 1996].

Um dos maiores avanços teóricos e normativos, em relação à proteção do património arquitetónico, foi o redirecionamento do foco do património monumental, para o tecido urbano [Lopes, 1996].

Neste âmbito, podemos considerar a Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a Sua Função na Vida Contemporânea, UNESCO de 1976 e a Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas, ICOMOS de 1987, como principais referências.

No primeiro documento, foram esclarecidos os conceitos de conjunto histórico[11] e de salvaguarda[12]. Todo o grupo de construções e de espaços, onde estivesse presente coesão e valor, como antigos bairros urbanos, aldeias ou conjuntos monumentais homogéneos, formavam o conceito de conjunto histórico. Quanto à salvaguarda, foram ultrapassados os contornos da Carta de Veneza passando agora o conceito a abranger um leque de vias mais vasto, desde a conservação, passando pelo restauro, incluindo a reabilitação [Lopes, 1996].

Esta ampliação de conceitos, respondeu à diversidade de atitudes necessárias para dar resposta à descaracterização nas cidades. Denotou-se uma alteração no pensamento contemporâneo, bem como uma perceção, por parte das comunidades, para a necessidade da salvaguarda do seu património [Lopes, 1996].

Importa referir que, em 1983, na Resolução relativa à Arquitetura Contemporânea, o conceito de património confirmou a abrangência das estruturas construídas na Cidade histórica. Definiu também, este documento, como necessária, a integração das construções contemporâneas, como meio de garantia da continuidade da Cidade, opondo-se às ideias conservadoras de "cristalização" da Cidade histórica [Lopes, 1996].

A Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas de 1987, assumiu especial interesse, pela sua inovadora proposta de elaboração de planos de salvaguarda, que pusessem termo às profundas e irreversíveis alterações de caráter, que o crescimento acelerado das cidades produzia. Este instrumento de atuação, só seria eficaz, caso fizesse parte de uma política coerente de desenvolvimento, ou constituísse uma premissa dos planos urbanísticos e de ordenamento [Lopes, 1996].

Nesta medida, a questão do património passou a incluir as relações com a Cidade e o seu meio envolvente, como forma de preservar o seu caráter [Lopes, 1996].•

---

11 - "[...] todo o grupo de construções e de espaços, incluindo os lugares arqueológicos e paleontológicos, que constituem uma fixação humana, quer em meio urbano quer em meio rural, e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetónico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural." [Lopes, 1996, p.15].

12 - "[...] a identificado, a proteção, a conservação, o restauro, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e do seu tecido social, económico ou cultural [Lopes, 1996, p.15].

3.1.4 | Carta de Nara

A década de oitenta e noventa do século passado, foi marcada por uma ampla discussão do conceito de autenticidade. A definição enunciada na Carta de Veneza, era fechada, focada na realidade Europeia, e ainda pouco clara na sua aplicação. A pertinência de um debate internacional sobre a autenticidade torna-se evidente e necessária. Foi esse o contributo principal da Carta de Nara, de 1994 [Aguiar, 2002].

Françoise Choay [1994], defende que somente se for ultrapassada a retórica da autenticidade, esclarecendo a sua ambiguidade, se consegue restabelecer relações mais diretas entre teoria e prática, tão vitais para a progressão das ações de conservação e restauro.

A comprovação da importância do conceito de autenticidade, afirmou-se aquando este se tornou um fator determinante para que um bem patrimonial fosse incluído na lista do Património Mundial da UNESCO [Aguiar, 2002].

A Conferência Geral da UNESCO de 1972, tinha definido que, qualquer inclusão na lista, teria de passar pelo "teste da autenticidade", baseado em quatro aspetos considerados essenciais para a sua validação: i) a autenticidade da forma; ii) a autenticidade material; iii) a autenticidade dos processos tecnológicos e iv) a autenticidade da implantação. Esta avaliação, que se pretendia de abrangência mundial, baseava-se apenas na conceção europeia de conservação, pondo de parte todas as outras diversidades culturais. Daqui resultou uma longa e intensa discussão a nível internacional, que culminou na redação do Documento de Nara sobre a Autenticidade, em 1994 [Aguiar, 2002].

No Documento de Nara, foram definidos os novos e principais contornos do conceito de autenticidade. O conceito passou a estar interligado e dependente da diversidade cultural, como fator fundamental da avaliação dos valores patrimoniais. O mesmo, tem uma componente ética, e por isso mesmo, deveria ser tida em conta, de modo a informar as Estratégias de intervenção.

Foi criada uma nova grelha de avaliação da autenticidade do património, mais ampla e flexível que a anterior, que determinou como aspetos específicos: "(...) a conceção e a forma, os materiais e a substância, o uso e a função, a tradição e a técnica, a situação e a implantação, o espírito e o sentimento" [Aguiar, 2002, p.77].

O Documento, estendeu os limites do conceito de autenticidade, tendo passado este a já não ter um modelo rígido de avaliação, sensível, assim, à diversidade cultural, e por isso, dependente dos diferentes contextos. Em suma, passou o mesmo a ter uma amplitude universal [Aguiar, 2002].

A identificação e análise do que é original é fundamental para informar os limites que as intervenções devem considerar. Na contemporaneidade, a base de apreciação crítica para a salvaguarda do património está na apreciação da autenticidade patrimonial, sendo que, somente assim, é possível garantir a preservação do mesmo.

3.1.5 | Carta de Cracóvia[13]

A grande referência doutrinária no âmbito da salvaguarda do património, até aos finais do século passado, continuava a ser a Carta de Veneza, um documento que tinha sido complementado por outros documentos internacionais, mas que nunca havia sido totalmente revisto, mostrando-se desadequada, face à evolução dos conceitos, nos últimos anos. Em 2000, foi redigido um novo documento, a Carta de Cracóvia. Somente aqui, houve uma total revisão e atualização dos Princípios e conceitos elaborados em 1964, de acordo com a realidade contemporânea, constituindo hoje a referência fundamental para a intervenção no património [Neto, 2002].

Entre o momento da redação da Carta de Veneza de 1964 e 2000, deu-se uma abertura em relação ao conceito de património, o que levou a uma multiplicação das acções de salvaguarda, transcendendo o restauro e a conservação, abarcando a reabilitação, revitalização e recuperação. Neste contexto, os conceitos enunciados em Veneza, necessitaram de uma revisão e clarificação, que envolvesse a realidade contemporânea e que permitisse uma aplicação concreta. A Carta procurou ser o rosto dos novos desafios colocados à salvaguarda da herança cultural [Neto, 2002].

A Carta de Cracóvia tinha assim, como objectivo, refletir sobre uma nova dinâmica, tendo feito uma verdadeira revisão, que hoje, "(...) assume-se como ferramenta indispensável para todos quantos lidam com o património" [Neto, 2002, p.93].

À dimensão universal do património – ideia trazida de Nara, acerca do conceito de autenticidade[14] – sobrepôs-se uma nova valorização regional, porque: "(...)uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica" [Neto, 2002, p.98] e "(...) é responsável pela identificação e gestão do seu património(...)." [Neto, 2002, p.94].

A conservação[15] debruçou-se sobre conjuntos, espaços ou ainda edifícios singulares, sendo, sem dúvida, uma alteração da definição dada na Carta de Veneza. A generalidade dos edifícios que constituíam a Cidade histórica, foram tidos em conta, pelas suas relações e características técnicas e espaciais insubstituíveis, contribuindo para a preservação da unidade da Cidade [Neto, 2002]. Este entendimento, demonstra a pertinência da intervenção na Cidade histórica, nomeadamente no edificado corrente, sobre o qual incide esta investigação.

Foi também inovadora, em Cracóvia, a ideia de anteceder a conservação do património por um "projeto de restauro[16]", processo de escolha crítico, definido através de uma estratégia que garanta a sua preservação [Neto, 2002].

O documento atendeu ainda à gestão como elemento fundamental no processo de conservação e no controlo das dinâmicas de mudança, alertando para a necessidade de um quadro de proteção legal e administrativa que

---

13 - Remissão para a transcrição integral do documento em anexo.

14 - Numa versão mais abrangente do que a enunciada em Nara, "é a soma das características substanciais, historicamente determinadas: do original até ao estado atual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo." [Neto, 2002, p.98].

15 - "(...) é o conjunto de atitudes de uma comunidade dirigidas no sentido de fazer com que o património e os seus monumentos perdurem. A conservação é levada a cabo com respeito pelo significado da identidade do monumentos e dos valores que lhe são associados." [Neto, 2002, p.98].

16 - Entendendo-se como restauro, numa versão mais abrangente do que a enunciada em Nara, a "intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objectivo é a conservação da sua autenticidade e a sua posterior apropriação pela comunidade", sendo o projecto de restauro o "(...) resultado da seleção de políticas de conservação, processo através do qual a conservação do património edificado e da paisagem é levado a cabo." [Neto, 2002, p.99].

a sustentasse [Neto, 2002].

A formação e a educação da sociedade, para a área do património, foi assumida como um fator determinante para a inclusão de valores que garantissem a transmissão da herança patrimonial, a gerações futuras [Neto, 2002].

Além destas considerações, na Carta de Cracóvia, consolidou um conjunto de Princípios objectivos de intervenção no património edificado, que à imagem dos enunciados em 1964, continuam suficientemente amplos para pressuporem uma reflexão e uma estratégia caso a caso. Estes Princípios, que serão abordados em detalhe mais à frente, enquanto responsáveis pela validação das Estratégias de intervenção, entendem-se de uma importância fundamental para os profissionais da área, como garante de qualidade na salvaguarda do património [Neto, 2002].

3.1.6 | Cartas e a Contemporaneidade

A análise das principais Cartas e Recomendações internacionais produzidas, a partir de meados do século XX, revelam a evolução da nossa perceção sobre o património arquitetónico, evolução essa que não estagnará. O acelerado crescimento da paisagem urbana, e todas as suas consequências, têm motivado a necessidade de um debate permanente acerca deste tema [Lopes, 1996].

Se no início do século passado, património e monumento histórico confundiam-se, na contemporaneidade o conceito de património tem uma dimensão bastante mais abrangente, englobando toda e qualquer obra com valor reconhecido, afetando, nomeadamente, a Cidade histórica e o património edificado corrente [Aguiar, 2002]. Contudo, todo este processo teórico sempre foi mais célere do que a própria prática, porque aqui foram encontrados obstáculos imprevisíveis aquando da sua discussão [Lopes, 1996]. A sua aplicação exigia e exige uma cuidadosa interpretação, conjugada com ponderação, caso a caso [Neto, 2006].

A intervenção no património, não era algo usual até ao despertar da consciência e sensibilização para a importância de preservar a nossa herança patrimonial. Na contemporaneidade, devido a essa sensibilização, deu-se uma difusão destas ações. Porém, esta nova realidade criou uma dispersão de atitudes, algumas pautadas pelo individualismo, pelo que é necessária e pertinente uma avaliação cuidadosa de todas as perspetivas de intervenção e a manutenção da discussão do tema.

As Cartas definem Princípios e conceitos sobre uma determinada matéria, de forma a orientar a ação prática dos intervenientes. Há que reter que o conteúdo dos Documentos não tem como finalidade a sua imposição, mas antes informar Estratégias. Os seus enunciados deixam em aberto possibilidades e alternativas, por serem sensíveis às particularidades dos casos, não constituindo um quadro rígido de ação. Todos estes Princípios e ideias constituem, nesta Dissertação, parâmetros de análise das Estratégias de intervenção.

O património edificado corrente na Cidade histórica, aquele que constitui o objeto desta investigação, é o reflexo dos valores e do contexto em que foi criado. Há que ter em conta, que o nível de exigência na aplicação do conteúdo das Cartas, não pode ser o mesmo em relação a um monumento. Porém, é de grande responsabilidade a intervenção neste contexto, "(...) pois ultrapassa o presente, comprometendo o passado e o futuro" [Costa, 2012, p.9].

Não tendo como pretensão o descuro da importância dos mesmos, visto serem um contributo determinante e inegável, além de uma valiosíssima base de trabalho, é de frisar, porém, a importância da ação baseada nestes enunciados. Não é com a tinta das Cartas que as gerações vindouras terão acesso ao nosso património. É urgente a perceção de que, somente com a materialização do referido nos Documentos, no edificado, existe realmente a salvaguarda do património.•

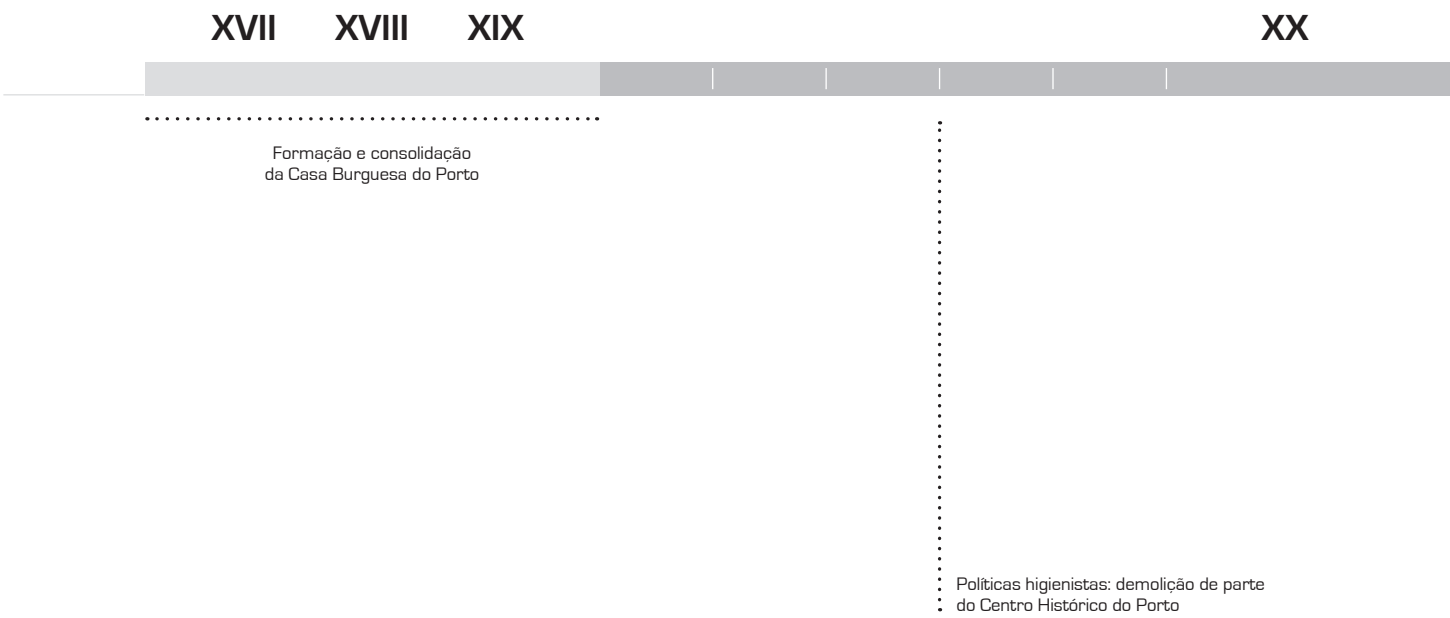
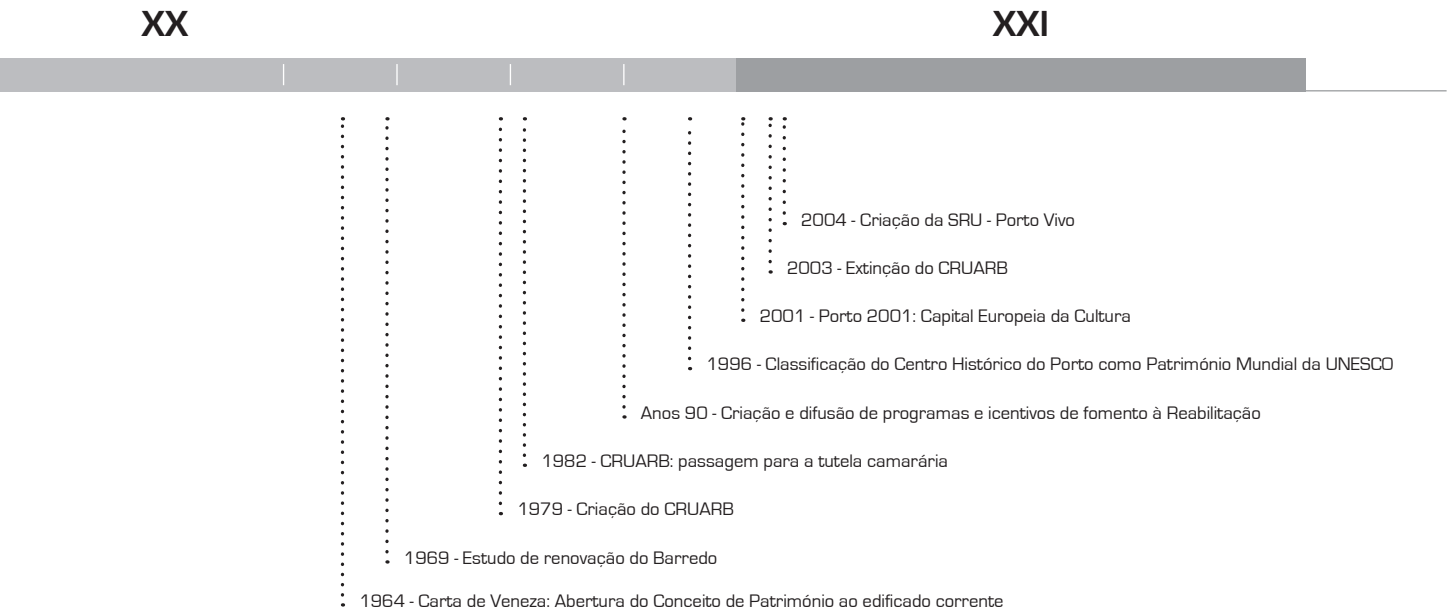


Figura 48 - Friso cronológico síntese da intervenção na Casa Burguesa do Porto.



3.2 | Intervenção na Casa Burguesa do Porto

A Casa Burguesa do Porto foi uma constante no coração da Cidade, desde o seu surgimento no século XVII, até à sua consolidação no final do século XIX. Neste período de evolução e de repetição desta tipologia, a Casa tornou-se um elemento típico, carregada de importância histórica e significado cultural e social. Representando pouco menos do que a totalidade do edificado corrente, no Centro Histórico, a sua preservação é, na contemporaneidade, sem dúvida, imperativa [Fernandes, 1999].

No início do século XX, o estado de conservação da Casa, era marcado por uma degradação e insalubridade alarmantes, provocado pelo aumento populacional e pelo *deficit* habitacional. Também a crescente adaptação às necessidades existentes, através de acrescentos e subdivisões espaciais, não teve em conta qualquer cuidado de salvaguarda [Loza *et al*., 2010].

Nesta mesma época, internacionalmente, difundiram-se os primeiros conceitos e doutrinas sobre o património. Porém, houve um lapso de tempo entre a teoria e a prática, tendo, nesta vertente, havido uma estagnação do conceito património, enquanto obra prima. Em resultado desta insensibilidade quanto ao valor do património, surgiram políticas higienistas, última das acções que antecederam o despertar para a questão da salvaguarda, responsáveis pela demolição de parte do Centro Histórico do Porto.

Na segunda metade do século, houve uma progressiva assimilação da relevância da preservação do património, tendo-se dado o primeiro passo para contrariar a descaracterização da Casa e consequentemente da Cidade. O Estudo de Renovação Urbana do Barredo, de 1969, propôs a inversão da postura higienista, que se verificou desde o início do século, e a criação de uma inovadora abordagem, que encontrou na conservação do património urbano, o seu principal objectivo. De acordo com Távora [1969], a urgência de "(...)saber ver para além das

Figura 49 - Registo fotográfico do estado de conservação dos edifícios no núcleo do Barredo, CRUARB, década de 70, século XX.

ruínas(...)" [Távora, 1969, p.34], constituía a resposta à degradação do património edificado corrente e só poderia ser viabilizada através da Reabilitação. Com o Estudo, pretendeu-se criar uma nova abordagem de ação nas áreas degradadas da Cidade, e fundamentar a sua capacidade de aplicação. Assim, foi conseguida uma assimilação dos conceitos e teorias, propostos internacionalmente, aspeto inovador e fundamental, quanto à defesa do edificado doméstico.

Apesar da tentativa, a conjuntura política não permitiu a sua aplicação, e só no pós Revolução dos Cravos, com a criação, em 1974, do Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo, CRUARB, os problemas habitacionais adquiriram uma importância e visibilidade sem precedentes, provocando, no contexto da cidade do Porto, a difusão de novas atitudes face ao património corrente. Este organismo, de um pioneirismo excecional, foi a primeira iniciativa pública de Reabilitação, focada na tipologia da Casa Burguesa do Porto. Baseado no estudo piloto de Távora [1969], foi responsável por inúmeras intervenções, e expandiu, a pouco e pouco, o seu objeto de intervenção a quase todo o Centro Histórico [Loza *et al.*, 2010].

Na fase final da existência do CRUARB, foram criados um conjunto de programas e instituições de fomento e planeamento, direcionado para a iniciativa privada. Além disto, a classificação do Centro Histórico enquanto Património Mundial, e o Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura, vieram confirmar a importância da salvaguarda da Cidade histórica.

Com a sua extinção, nasceu em 2004 a Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, SRU, que continuou, embora em moldes distintos, o processo protagonizado pelo CRUARB. Na sua génese, estava a intenção de concentrar o poder e as competências num único e mais presente órgão administrativo local, que garantisse a inversão do estado de degradação nas áreas urbanas, com especial enfoque no edificado corrente, do Centro Histórico [Quinta, 2005].

A contemporaneidade desta Sociedade, torna importante a discussão e perceção entre o que são as suas intenções escritas e a sua materialização no edificado, devido à controvérsia que se verifica.

Figura 50 - A Demolição e consequente reconstrução, uma das atitudes mais presentes no Centro Histórico do Porto - Quarteirão das Cardosas.

Apesar de todos os esforços, durante décadas, direcionados para a salvaguarda desta tipologia, o estado do edificado e a dispersão de atitudes no que toca às intervenções, representam as razões pelas quais é pertinente o estudo das Estratégias de intervenção, traduzido na forma de Reabilitação, método que melhor responde às características de identidade da Casa. Entende-se que, a difusão dessas estratégias e a sua aplicação, constitui um contributo importante para a inversão da situação atual.

Propõe-se desenvolver, neste Subcapítulo, um estudo focado na forma como os conceitos e teorias se aplicaram, especificamente na Casa Burguesa do Porto. A leitura da evolução das práticas de salvaguarda do património e das políticas de intervenção, auxiliará, sem dúvida, a formar uma base teórica para a interpretação das intervenções e estratégias contemporâneas.•

Figura 51 - Malha urbana na envolvente da Sé do Porto antes das ações higienistas, início do século XX.
Figura 52 - Quarteirão do Corpo da Guarda antes das demolições para a abertura da Av. da Ponte Luís I.

3.2.1 | Os Antecedentes

A Casa Burguesa do Porto apresentava, no início do século XX, sobretudo no Centro Histórico, um estado de conservação preocupante, muitas vezes traduzido em ruína. A rápida evolução e expansão da malha da Cidade, o êxodo rural crescente, a mudança de estilos de vida, e muitos outros fatores de ordem política e social, contribuíram para este estado. O défice habitacional verificado, desenvolveu um processo de transformação das originais tipologias unifamiliares em plurifamiliares, criando um cenário de concentração de pessoas em fogos mínimos, sem condições higiénicas. Neste processo verificou-se, também, um conjunto de práticas de arrendamento e subarrendamento, que criaram desajustes nas rendas, formando uma barreira no processo de investimento e conservação da Casa [Domingues, 2002].

As primeiras intervenções caracterizaram-se por uma clara insensibilidade quanto ao valor do património edificado corrente. O estado quase de ruína que alguns bairros do Centro Histórico apresentavam, foram o motivo e a razão aclamada pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, responsável pela Gestão do Património nos anos trinta, para o desenvolvimento de ações higienistas na Cidade e, simultaneamente, fomento das construções de raiz. Estas ações traduziram-se na demolição dos quarteirões envolventes da Sé e, posteriormente, na década de cinquenta, na demolição do conjunto edificado correspondente ao eixo definido pela Avenida da Ponte Luís I. A atitude higienista, de demolição e substituição do edificado corrente, levou à perda irreversível de parte do Centro Histórico da Cidade [Domingues, 2002].

É notório que esta atitude alienava este edificado da esfera da salvaguarda do património, que ainda se confundia com monumento histórico, enquanto obra-prima, não se considerando o edificado corrente como importante para composição da cidade do Porto [Lopes, 1996].

Este espírito de intervenção, que se manteve durante décadas, eliminou uma parte fundamental da malha

Figura 53 - Demolições para a abertura da Avenida da Ponte Luís I.
Figura 54 - Avenida da Ponte Luís I depois das demolição, anos 50, século XX.

urbana da Cidade, causando danos irreversíveis. Só tardiamente, no final da década de sessenta, altura em que se deu uma consciencialização do valor do património edificado corrente, é que se compreendeu que aquela atitude de demolição não era a resposta adequada face à realidade.•

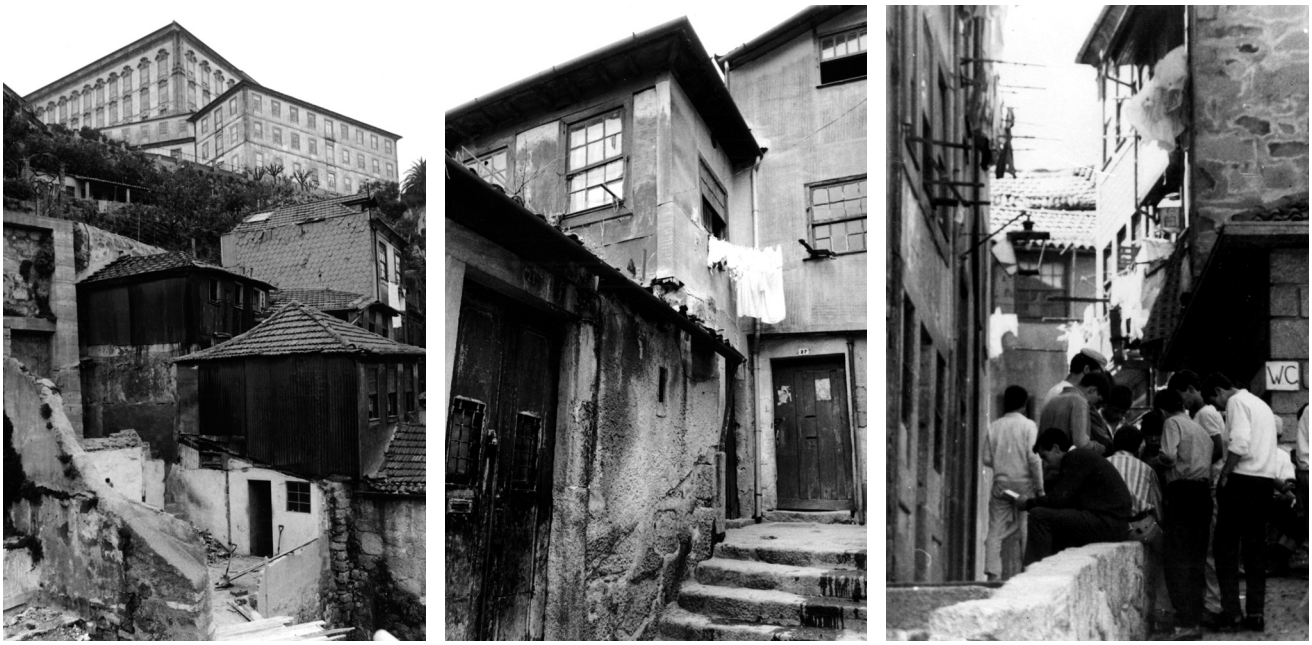


Figura 55 | 56 | 57 - Estado de degradação do edificado no núcleo do Barredo, década de 60, século XX.

3.2.2 | Estudo de Renovação Urbana do Barredo

A Casa Burguesa do Porto apresentava, ainda na década de sessenta, sobretudo no Centro Histórico, um elevado estado de degradação, em tudo similar ao que se verificava aquando das acções higienistas da primeira metade do século. Este facto deveu-se essencialmente "(...) à natureza dos seus materiais de construção (muitos acrescentos em altura, de várias épocas, muitas alterações interiores, tudo feito de materiais ligeiros e de difícil conservação) e à natureza da sua ocupação humana." [Távora, 1969, p.27].

Estas acções não tiveram, portanto, consequências benéficas em relação à conservação do edificado, pois limitavam-se a limpar conjuntos que apresentavam problemas mais graves de salubridade e densificação [Domingues, 2002].

As circunstâncias físicas e sociais, verificadas desde o início do século, e a postura higienista que marcaram negativamente a Casa e a malha urbana, constituíram as razões para o despoletar de uma inovadora abordagem, que encontrava na Reabilitação, a resposta à degradação do património edificado corrente [Figueiredo, 2001]. O seu fundamento residiu na urgência de "(...) saber ver para além das ruínas (...)" [Távora, 1969, p.34], porque só assim se conseguiriam preservar os poucos valores que ainda existiam num património tão delapidado, como era o do Porto.

Esta nova abordagem foi descrita, em 1969, no Estudo de Renovação Urbana do Barredo, iniciativa da Câmara Municipal do Porto e coordenado por Fernando Távora. Este Estudo constituiu a primeira iniciativa de defesa do património, que viu na Reabilitação o caminho para a preservação do Centro Histórico [Pinho, 2009].

Esta proposta circunscreveu-se a um setor específico, o núcleo do Barredo, considerado um "(...) caso típico de degradação em todos os aspetos, com extrema urgência de renovação e (...) com reconhecido interesse

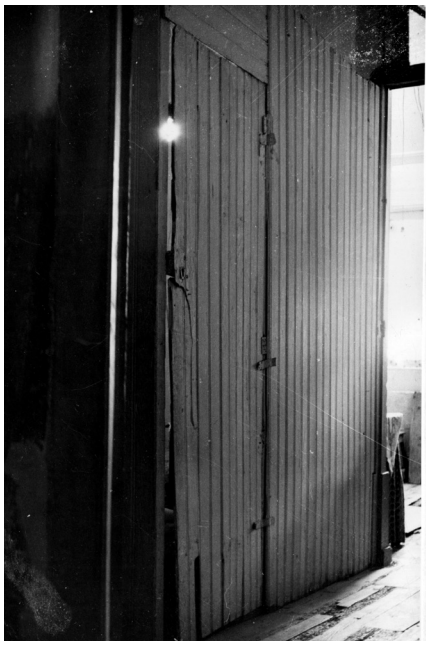
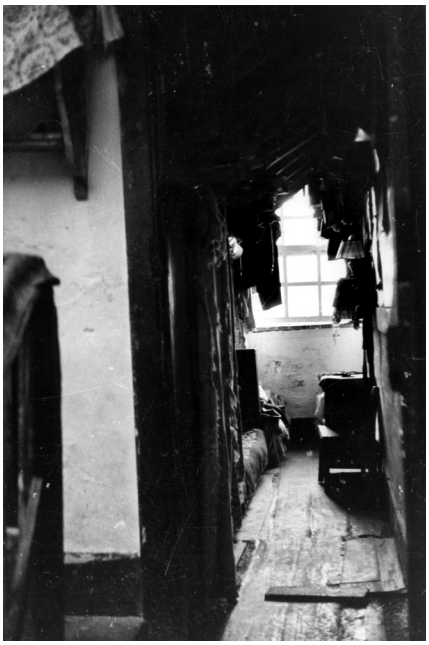



Figura 58 - Estado de degradação no interior dos fogos no núcleo do Barredo, década de 60, século XX.
Figura 59 | 60 - Paredes de compartimentação acrescentadas no interior, como resposta à densificação dos fogos no núcleo do Barredo e sua degradação, década de 60, século XX.

histórico e estético (...)", [Távora, 1969, pp.1-2] para definir bases de atuação que pudessem ser aplicáveis noutros setores da Cidade, que apresentassem condições semelhantes. A Reabilitação do Barredo, não foi o objectivo, foi apenas o objeto [Pinho, 2009].

Távora [1969] parte de duas premissas: a conservação do património urbano, pois "(...) não deverão destruir-se, apenas por aspetos de ordem prática (...) os setores da cidade que representam valores culturais, ainda que para os substituir por novos valores – que noutros locais poderão criar-se (...)" [Távora, 1969, p.32]; e a melhoria da qualidade de vida e manutenção das populações no seu ambiente, porque "(...) a deslocação total da população que uma ocupação dessas implica (porque naturalmente as novas construções impõem, pelo seu custo, ocupantes de diverso nível económico e social) parece-nos extremamente desumana (...)" [Távora, 1969, p.32].

Ambas as premissas, de dimensão física e social, eram fundamentais para a realização do seu objectivo, a Reabilitação, no "(...) seu verdadeiro sentido que é o de continuar-inovando, num movimento constante de modificação para melhores condições, mas respeitando os valores positivos que porventura possam existir e que não deverão, portanto, ser destruídos" [Távora, 1969, p.33].

De acordo com Távora [1969], a intervenção não deveria ser levada a cabo dentro da orientação purista do restauro, pois esta conduziria a uma cristalização do edificado. Deveria ser sensível ao valor do existente, mas também garantir uma resposta às necessidades contemporâneas. Tratou-se, portanto, de uma visão mais aberta que o restauro, mas que bebendo muito da sua essência, propôs a preservação das características fundamentais da Casa [Távora, 1969].

O Estudo, não se limitou a uma vertente teórica desenquadrada da vertente prática. Esta proposta tinha a intenção de provar que era possível a sua concretização [Pinho, 2009].

O projeto que propôs partiu de um levantamento físico e social para a sua elaboração. Mesmo nas situações em que os elementos existentes não poderiam ser preservados, devido ao avançado estado de degradação em que se encontravam, a sua morfologia seria mantida. A proposta de Reabilitação, previa o respeito pelas alterações

Figura 61 - Alçado preexistente e proposta - Estudo de renovação de um quarteirão no núcleo do Barredo, da Rua dos Canastreiros às escadas do Barredo.

inseridas e a construção de novos elementos que colmatassem as necessidades da população, elementos esses que, apesar da linguagem contemporânea que transmitiam, deveriam demonstrar um claro respeito pelo espírito do lugar [Pinho, 2009].

Estas alterações traduziam-se na recuperação das situações de degradação física, através de um reforço estrutural; no aumento da salubridade das habitações, mediante a criação de pontos de ventilação e iluminação natural e ainda de instalações sanitárias; e na concessão de privacidade aos fogos, através da construção de elementos de divisão clara [Pinho, 2009].

Este Estudo, contributo essencial para a Reabilitação, é, pela abordagem que propôs face ao património, de uma atualidade incrível. Foram defendidos e reconhecidos muitos dos conceitos e Princípios enunciados em Veneza, no entanto, numa visão mais ampla. Muitas das orientações e concepções defendidas, só na década de oitenta, foram enunciadas a nível internacional. O entendimento de que a Reabilitação, constituía a verdadeira resposta à degradação que se verificava na Casa do Porto, foi, desde logo, uma inovação e um fundamental contributo teórico.

Verificou-se que esta proposta, à escala do Barredo, era, pela abrangência de conceitos, replicável tanto à escala urbana como à escala do edifício singular.

Apesar da importância deste Estudo, hoje reconhecido, o momento político que se vivia, que ignorava estas questões sociais e patrimoniais, não permitiu a sua concretização, que só mais tarde veio a ser possível, embora parcialmente.

Figura 62 - Intervenção da CRUARB em coberturas em edifícios no núcleo do Barredo, década de 70, século XX.
Figura 63 - Coberturas dos mesmos edifícios depois da intervenção da CRUARB.

3.2.3 | CRUARB

Com a revolução de Abril, as dificuldades de habitabilidade foram alvo de uma enorme discussão e reivindicação por parte da população, o que determinou a ação do poder político. Em Outubro de 1974, foi criado o Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo, o CRUARB, um organismo público, tutelado pelo Estado, que tinha como missão original a resolução dos problemas habitacionais, através da preservação do edificado, numa área restrita do Centro Histórico [Pinho, 2009].

Decorrente da colaboração de Távora, a ação deste organismo bebeu, numa fase inicial, muito do espírito, Princípios e da abordagem ensaiados e defendidos no Estudo de Renovação Urbana do Barredo. Deste modo, foi possível concretizar uma verdadeira inversão das intervenções higienistas, que marcaram a primeira metade do século, por intervenções de conservação integrada. As mesmas contemplavam dois objectivos basilares: um de cariz patrimonial, através da Reabilitação do edificado degradado; outro de cariz social, através da melhoria da qualidade de vida e a manutenção da população residente [Pinho, 2009].

A dimensão social era preponderante na ação do CRUARB, pelo que a aposta residia na execução pública das obras, e não na promoção da iniciativa privada, assim "(...) o método consistia na aquisição sistemática, pelo município, dos edifícios degradados a reabilitar, ou à sua expropriação no caso de não existir acordo com o proprietário, realojando provisoriamente os residentes e desenvolvendo os trabalhos necessários para a reabilitação desses imóveis." [Pinho, 2009, p. 826].

No início da década de oitenta, o CRUARB passou para a tutela do poder camarário. A redução do seu financiamento, provocou a diminuição da dinâmica de intervenção. Apesar da abertura da área de intervenção às freguesias da Sé, Miragaia e Vitória, em conjuntos sistematizados por critérios que "(...) incluem a sua dimensão, homogeneidade, complexidade, as condições operacionais já reunidas, o grau de degradação, o tipo de problemas

Figura 64 - Frente Ribeirinha inserida na Área Classificada Património Mundial, depois da intervenção da CRUARB, final do século XX.

de habitação ou de atividades." [Loza, 2000, p.144], as intervenções tornaram-se muito mais casuísticas, sem uma verdadeira dimensão urbana.

Foi neste período que houve a consciencialização da necessidade de limitar a ação pública e se afirmou a inversão da postura de expropriação, tendo-se verificado a alienação, pelo Município, de parte do seu parque habitacional degradado, de modo a proporcionar e incentivar a aquisição privada [Pinho, 2009].

Este facto preconizava a perceção, que mais tarde seria acentuada, de que a ação pública, pelas suas várias limitações, não poderia proceder à Reabilitação de todo o edificado da Cidade.

Os anos noventa foram decisivos para a afirmação da proteção do património. Foram criados um conjunto de programas, instituições e incentivos de fomento e planeamento, para um mesmo fim, a Reabilitação do património, tais como a Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (F.D.Z.H.P.), o Regime de Incentivos à Recuperação de Imóveis Arrendados (R.E.C.R.I.A), o Projecto Piloto Urbano para a Recuperação do Bairro da Sé (P.P.U.B.-SÉ) e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (F.E.D.E.R) [Domingues, 2002].

A candidatura do Centro Histórico do Porto, à classificação de Património Mundial pela UNESCO, reconhecimento de um conjunto consolidado composto pela tipologia em estudo, intensificou a cooperação entre os organismos mencionados. O reconhecimento da classificação, em Dezembro de 1996, implicou um novo impulso na Reabilitação, materializado em várias intervenções de recuperação do Património urbano da Cidade, das quais destaca-se a frente marginal, da área envolvente à Alfândega. Esta nomeação trouxe a exigência de um maior rigor e responsabilidade aquando qualquer intervenção na Casa [Loza, 2000].

A nomeação de Capital Europeia da Cultura, Porto 2001, sob o lema "Regresso à Baixa", levou à execução de um conjunto de intervenções de caráter urbano, que tinham a pretensão de criar melhores condições para a vivência nesta área. Neste período, o CRUARB, alargou, ainda mais, o seu objeto de intervenção, dividindo o território em parcelas e, para cada uma, elaborou planos de intervenção – Planos de Pormenor -, de acordo com as suas características específicas. Esta situação veio dar resposta à falta de capacidade que o Plano Diretor

Figura 65 - Praça da Ribeira inserida na Área Classificada Património Mundial, depois da intervenção da CRUARB, final do século XX.
Figura 66 - Viela do Anjo inserida na àrea classificada Património Mundial, depois da intervenção da CRUARB, final do século XX.

Municipal tinha de proteger e regular as particularidades do Centro Histórico [Figueiredo, 2001].

Ao longo de mais de 25 anos de operacionalidade, as estratégias foram várias, assim como as gerações de profissionais que, com diferentes interpretações acerca da salvaguarda do património, passaram pelo CRUARB. Apesar destes fatores, é possível identificar os motes por que se regeram.

As intervenções refletiam os princípios basilares defendidos pelo CRUARB, que atempadamente foram enunciados. As áreas sujeitas a ações de Reabilitação, eram intervencionadas, mesmo que individualmente, numa lógica de unidade. Os vários elementos constituintes do sistema construtivo e da linguagem da Casa, eram, normalmente, preservados e valorizados, e raramente adulterados. Contudo, a melhoria das condições de habitabilidade impunha-se, em relação à pretensão de resgatar a originalidade espacial e material dos edifícios. Tratava-se de "(...) preservar, recuperar, dar uso, vitalizar e enriquecer culturalmente o sítio (...) abrangendo (...) <<as pedras>> e as pessoas, o construído e as tradições, sem asfixiar a zona em atitudes de conservação museológica (...)" [Loza, 2000, p.144]. Prevalecia, portanto, uma dialética entre renovação e integração [Loza, 2000].

O CRUARB esteve em funcionamento até 2003, altura em que foi extinto.

A prática levada a cabo pelo Comissariado foi a verdadeira primeira materialização, focada na Reabilitação, de aplicação de conceitos e teorias, tal como o de conservação integrada, numa perspetiva mais ampla. Apesar de já tardia, foi muito importante a perceção de que somente a ação pública não chegava para a concretização do objectivo deste organismo. Não descurando o seu enorme contributo, e não negando que as intervenções realizadas tiveram em conta o valor do edificado, tal não foi suficiente, visto estas terem sido muito residuais, não dando resposta ao estado generalizado em que se encontrava a Casa.•

Figura 67 - Estado de degradação e despovoamento no início do século XXI - Morro da Sé.

3.2.4 | SRU - Porto Vivo

Ao longo do século XX, o Porto foi marcado por políticas que incentivaram a expansão da ocupação do território com novas construções, relegando para o papel secundário o seu Centro urbano. As políticas de salvaguarda que existiram até então, revelaram-se insuficientes, devido à sua ação pontual [Quinta, 2005].

Foi justamente a ausência de uma ação verdadeiramente abrangente, focada nas carências da Cidade, uma das principais razões para a sua deterioração. Como resultado, verificou-se i) um despovoamento do Centro Histórico e consequente deslocalização dos seus habitantes para as periferias; ii) o agravamento das condições de habitabilidade e iii) a degradação do edificado [Fernandes, 2009].

Este contexto, aliado ao reforço que, em 2000, a Carta de Cracóvia trouxe à questão da preservação do património, fortaleceu a ideia de que o notório descuido não poderia continuar [Loza *et al*, 2010].

Somente em 2004, com o despertar para esta problemática a nível nacional, através da aprovação do Decreto-lei nº 104/2004, de 7 de Maio, foram disponibilizados os necessários recursos e ferramentas, com o intuito de implementar uma verdadeira política de Reabilitação nos centros urbanos. A legislação preconizava assim a criação das Sociedades de Reabilitação Urbana, SRU, imputando a responsabilidade aos municípios [Loza, Delgado & Guimarães, 2010].

Nasceu, neste contexto, a "Sociedade de Reabilitação Urbana – Porto Vivo", tendo como missão a revitalização do Centro Histórico, processo iniciado anteriormente pela CRUARB, embora em moldes distintos [Fernandes, 2009].

Para que fossem viáveis as suas intenções, foi desenvolvido o Plano Estratégico da Reabilitação Urbana da Baixa Portuense - Masterplan, documento onde são definidas metas a atingir, essenciais para guiar e estabelecer as linhas de atualção, não constando do mesmo normas rígidas, mas sim meras orientações [Loza *et al*, 2010].

De acordo com os seus princípios, à SRU – Porto Vivo, compete, primordialmente, incitar a Reabilitação, e não

Figura 68 - Áreas de ação da SRU - Porto Vivo.
ACRRU ZIP Imóvel de interesse público CHP - Património Mundial

intervir de forma direta [Quinta, 2005].

A Sociedade tem como pretensão impulsionar a iniciativa privada, sendo a primeira vez que este aspeto é assumido claramente como basilar para dar resposta à escala do problema. A SRU "construída à luz dos novos paradigmas de intervenção (...) procura adicionar à clássica ação (...) a capacidade de intervenção da iniciativa privada." [Silva, 2005, p.5], sendo somente aqui consolidada a noção da sua relevância.

A Porto Vivo pretendeu criar uma ponte entre os diferentes intervenientes na Reabilitação, dinamizando a oferta e orientando a procura. Disponibilizando, para este fim, incentivos fiscais e financeiros, e desimpedindo os processos burocráticos que daí resultam. O processo de licenciamento é exemplo deste último aspeto, visto que, o mesmo é concentrado na SRU, sendo o seu processamento menos moroso. A sua ação também engloba a fiscalização de obras, a expropriação de imóveis e a execução de operações de realojamento [Loza *et al*, 2010].

Com uma área de aproximadamente mil hectares, cerca de um quarto do concelho do Porto, a ACRRU, Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística, delimita o espaço de atualção da SRU. Porém, é na Zona de Intervenção Prioritária, ZIP, parcela daquele espaço, que a sua ação tem mais presença. Com cerca de quinhentos hectares, é nesta área, onde se insere o Centro Histórico do Porto - Património Mundial, que o edificado se encontra em piores condições [Fernandes, 2009].

As Áreas de Intervenção Prioritária, AIP, consistem em fragmentos da ZIP, e para estas são elaborados planos específicos e detalhados, referindo nestes a extensão das intervenções a realizar, a descrição das suas opções estratégicas e onde também é feita uma ponderação entre os vários interesses públicos. Carlos Alberto, as Cardosas e o Cais das Pedras são exemplos piloto de Quarteirões, inseridos nas várias AIP's que preenchem o Centro Histórico, intervenções pontuais, que pretendiam testar a metodologia defendida, tendo sido as mesmas feitas numa lógica de conjunto [Meireles, 2006].

A Porto Vivo, ao fomentar o retorno à Baixa portuense, por impulsionar a Reabilitação do património degradado, pretendia ultrapassar o desempenho da CRUARB [Porto Vivo, Sru , 2013].

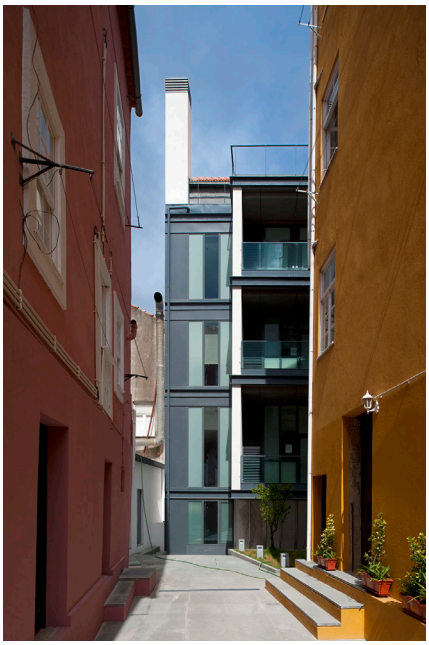


Figura 69 - Alçado do quarteirão Carlos Alberto, depois da intervenção piloto da SRU - Porto Vivo.
Figura 70 - Interior do quarteirão Carlos Alberto, depois da destruição do seu miolo pela intervenção piloto da SRU - Porto Vivo.

Após vários estudos relacionados com o estado do edificado, as suas características e população residente, a Sociedade traçou os seus objectivos: i) a re-habitação da Baixa do Porto; ii) o desenvolvimento e promoção do negócio da Baixa do Porto; iii) a revitalização do comércio; iv) a dinamização do turismo, cultura e lazer; e v) a qualificação do domínio público [Loza et tal, 2010].

O Centro Histórico do Porto – Património Mundial, pelo seu confirmado e inestimável valor, e de forma a contrariar o empobrecimento de que é vítima, foi alvo de uma atenção particular. Foi criado, então, um documento estratégico, o Plano de Gestão. Precedido de uma avaliação do estado do edificado e do espaço público, distingue-se do plano de salvaguarda, pela inexistência de rigidez e obrigatoriedade, sendo antes um programa de soluções, de gestão integrada, refletindo com isto a compreensão contemporânea da doutrina das Cartas e Recomendações internacionais [Loza et tal, 2010].

Pretendeu-se com o mesmo, que a preservação do Centro Histórico fosse garantida não apenas no presente, e ainda que fosse capaz de resolver problemas concretos [Loza et tal, 2010].

Sem dúvida que, tendo em conta muitos dos princípios e linhas pelas quais a SRU se rege, é possível afirmar que existe uma apreensão do conhecimento necessário, relativo à questão da Reabilitação do património edificado corrente. Porém, estas orientações não se estendem à realidade prática. A falta de coerência e o contraste existente, torna urgente a sua apreciação, de maneira a compreender de que forma um organismo como este teve impacto na transformação da Cidade, desde a sua formação.

O valor do Decreto-lei que deu origem às SRU não é aqui discutido. Contudo, a visão abstrata das suas orientações e o desfasamento com as realidades locais e as consequentes necessidades da população, tornou demasiado superficial o seu contributo.

A falta de especificidade que a legislação reflete, deixa espaço para que o edificado nas cidades seja guiado, quase autonomamente, ao sabor das decisões de uma equipa de trabalho local, o que, tendo em conta o exemplo da cidade do Porto, é, sem dúvida, demasiado arriscado.

Figura 71 - Sátira à intervenção da SRU - Porto Vivo nos quarteirões piloto do Corpo da Guarda, Praça Carlos Alberto e Cardosas.

Seria uma solução viável, caso estivéssemos perante um conjunto de profissionais especializados, porque "(...) para se fazer Reabilitação (ainda para mais em áreas classificadas de "Património Mundial da Unesco") é preciso ter arquitetos, falar com arquitetos, discutir (imagine-se lá) arquitetura: casas, tipologias, formas, métodos, técnicas, custos, obras" [Bismarck, 2013]. A ausência de especialização e multidisciplinaridade é um problema de base que traz consequências a toda a Cidade.

Não obstante o impacto refletir-se em toda a malha urbana, a ação propriamente dita é limitada a pequenos pontos de intervenção, as Áreas de Intervenção Prioritária. Como consequência, a SRU, por si só, não é resposta, é amostra. Porém, se estes fragmentos de Cidade constituíssem verdadeiros casos exemplares a replicar, não haveria problema de maior, mas a realidade é que além de pontuais, a salvaguarda não transparece [Bismarck, 2013]. Fica, assim, a sensação no edificado do Porto, de que se for a SRU a intervir, tudo é permitido.

Ao contrário de Távora, a SRU dispõe, hoje, de meios para a realização de uma verdadeira ação, e apesar de ter sido criada com esse propósito não é isso que faz. Parece que não tem em conta as preocupações com o património mas somente em mostrar obra feita. Esquecemos Távora e os seus ensinamentos. É importante retomá-los [Icomos, 2013].

É de relembrar, contudo, que o verdadeiro destinatário da SRU é a iniciativa privada. A falha, neste ponto, é a falta de dinamização, através das ferramentas que dispõem, tendo que fazer o seu papel de gestor do espaço urbano, de modo a inverter a realidade contemporânea [Fernandes, 2009].

A quantidade de planos, programas, áreas e zonas de intervenção, incentivos limitados a áreas restritas e programas específicos, mais do que responder à diversidade do edificado, bloqueiam a ação privada. É urgente a clarificação de uma estratégia focada no edificado, que constitua uma base para a ação individual, tendo como foco a salvaguarda da imagem unitária da Cidade [Icomos, 2013].

Atualmente, o que impera é que "(...) a Porto Vivo publicita os grandes investimentos, com bons materiais, faz uma promoção imobiliária igual à de casas na Foz." [Grande, 2009], ficando a ideia de que a maior preocupação é

Figura 72 - Destruição de edifício para criação de acesso a um parque estacionamento - Quarteirão das Cardosas.
Figura 73 - Destruição do miolo do Quarteirão das Cardosas, intervenção da SRU - Porto Vivo.

impulsionar economicamente a Cidade do que salvaguardar o seu edificado. De acordo com um dos principais responsáveis pela estrutura da SRU, Loza [2005], a chave para a inversão do estado de decadência da Cidade, está exatamente na capacidade de captação de investimento, ou seja, é assim que "Baseamos o nosso raciocínio (as nossas contas)" [Loza, 2005, p.55].

Esta prática, além de descredibilizar a própria Sociedade, traz consequências como investimentos especulativos e, socialmente, segregação social [Fernandes, 2009].

Esta promoção imobiliária, direcionada para clientes de alto poder económico, negligencia "(...) o processo de (re)alojamento (...) "feito à medida" dos velhos e novos cidadãos do centro" [Grande, 2009] aspeto que, já no final da década de sessenta, Távora enunciava.

"O que a SRU faz não se chama "reabilitação", chamar-se-á quanto muito "negócio" ou, talvez, "imobiliário" [Bismarck, 2013]. Esta lógica economicista, opõe-se totalmente aos princípios para os quais a SRU foi criada, e portanto, os resultados "(...) conseguem ser tão encantadores como o rosto daquelas senhoras que procurando escapar da sua própria idade, exibem triunfalmente um rosto esticado e sem rugas, mas tão inexpressivo e deformado, que dificilmente se pode dizer que seja seu" [Bismarck, 2013].

Obviamente que não se pretende que a cidade se mantenha estática. Percebe-se que tem de haver investimento, dinâmica e adaptação às necessidades contemporâneas. Mas o que não se percebe é a radicalização das intervenções, quando é a SRU a fazê-las. Tem de haver um meio-termo, um processo de Reabilitação que adaptado às necessidades, tenha como prioridade a salvaguarda da Casa Burguesa do Porto e de toda a malha que ela constrói.

Para verificar, concretamente, a incoerência referida, foi escolhido o exemplo, contemporâneo, do quarteirão das Cardosas.

Situado no centro do Porto, na área classificada como Património Mundial pela UNESCO, a intervenção no quarteirão das Cardosas, por iniciativa da SRU, pretendia ser um exemplo concreto da perspetiva acerca do que

Figura 74 | 75 | 76 - Interior do Quarteirão das Cardosas, depois da intervenção da SRU - Porto Vivo.

deveria ser a Reabilitação.

Premiado na categoria de "Melhor intervenção de uso residencial" no "Prémio Nacional de Reabilitação Urbana", em 2014, à primeira vista poderia parecer que realmente os objectivos teriam sido cumpridos. Mas não, tal não aconteceu. Somente uma incorreta interpretação do que realmente é a Reabilitação, e a existência de um júri direcionado para a vertente economicista, explicam o sucedido [APRUUP, 2014].

Um total desrespeito pela tipologia funcional e construtiva, mediante a reconstrução dos edifícios, com novas e falsas fachadas, "(...) a destruição (...) do miolo dos quarteirões, (...) onde pouco resta do tecido preexistente (...)" [Grande, 2013], espaços interiores completamente descaracterizados e novos sistemas construtivos, são uma afronta [APRUUP, 2014]. Ao entrar naquele novo "vazio urbano", somos ofuscados com as cores, com uma nova "linguagem arquitetónica" (sim, as aspas são propositadas) completamente descontextualizada, "(...) que mais parecera a montra de uma loja de materiais de construção (...)" [Domingues, 2013], onde só se salvam os poucos edifícios ainda não intervencionados.

Nesta intervenção é também visível uma completa alienação do conteúdo das Cartas e Recomendações internacionais, documentos fundamentais para guiar a ação. As mesmas, como já anteriormente dito, propõem orientações, como a preservação da preexistência, que neste exemplo, mais do que não terem sido tidas em conta, foram contrariadas [APRUUP, 2014].

Todo este conjunto de atitudes, confirma a ideia, já defendida, de não ser viável a manutenção desta instituição, nestes moldes. Pelo menos se a SRU acabasse, os edifícios morreriam com dignidade.

O maior choque, ainda assim, é a promoção falsa que fazem daquilo que defendem, e o que resulta da sua ação, pautada por interesses externos à Reabilitação. A arquitetura são valores, mas não somente económicos.•

Figura 77 - Edifícios devolutos e em avançado estado de egradação - Rua Mouzinho da Silveira.

3.2.5 | Reabilitação Hoje

O estado de degradação da Casa do Porto tem vindo a ser alvo de várias tentativas de inversão, por parte do poder político, apesar de não terem tido a capacidade necessária para o conseguir com sucesso. A confirmação é-nos dada pela realidade atual que se verifica na malha urbana da Cidade, particularmente na área classificada, repleta de edifícios devolutos ou em avançado estado de degradação [Meireles, 2006].

A persistência deste estado e a urgência da sua inversão tem desencadeado uma atitude perversa: a aceitação de qualquer tipo de Reabilitação, como se de uma mais-valia se tratasse, só por se tratar de uma Reabilitação [Reis, 2011]. De acordo com Costa [2012, p.8] esta aceitação teve como consequência "(...) a destruição sistemática e indiscriminada de tudo o que pode ser considerado património."

Na intervenção na Casa Burguesa tem-se vindo a verificar uma tendência para o desmantelamento dos seus valores patrimoniais, sendo que a prática mais comum corresponde à preservação da sua imagem exterior e a demolição desnecessária do seu miolo [Domingues, 2002]. Esta nova arquitetura sem rosto, num fachadismo declarado, é tão somente uma limpeza dos valores fundamentais da Casa não podendo ser admissível como resposta [Aguiar, 2011].

Claro que com isto não se quer afirmar que não existem intervenções positivas. Porém, o problema prende-se com o impacto negativo que as más intervenções, aquelas que retiram valor à Casa, têm na Cidade [Meireles, 2006].

É precisamente devido a esta realidade e ao medo de que as ações "modelo" da SRU se repliquem à generalidade do edificado que torna tão pertinente a análise que se propõe.

A experiência ao longo dos tempos demonstrou que a intervenção dos organismos públicos nunca teve o alcance ou impacto suficientes para resolver o problema. Entende-se que o seu papel deverá estar limitado ao incentivo, dinamização e monitorização de uma iniciativa privada, que essa sim deverá ser a solução [Meireles, 2006].

Figura 78 - Edifícios devolutos e em avançado estado de egradação - Rua do Infante.

Por outro lado, a Cidade tem de ser entendida como um todo muito para além do Centro Histórico, pois a tipologia da Casa Burguesa estende-se muito para além dos seus limites [Domingues, 2002].

Sem dúvida que é notório que hoje em dia existe uma consciência do valor do património, despertando "(...) um interesse sem precedentes, afetando decisões políticas e grandes correntes culturais. É necessário avaliar cuidadosamente esse interesse, discutir critérios e metodologias." [Costa, 2012, p.8].

Assim, defende-se que a Reabilitação[17] constitui o tipo de intervenção mais adequado na Casa Burguesa do Porto. No processo de Reabilitação, a Estratégia de intervenção constitui o cerne da questão tendo que, necessariamente, ter sido guiada e influenciada pelos Princípios[18] consensualizados ao longo de várias décadas nos documentos internacionais, como garantia de salvaguarda. Entende-se que através desta correlação e da sua aplicação generalizada será possível inverter a realidade que marcou a Cidade até hoje. Caso contrário, ou seja, quando as intervenções não são precedidas "(...) por uma reflexão, diagnóstico ou projeto atento às especificidades de cada caso," denota-se que "Frequentemente os resultados são desastrosos." [Lopes, 2006, p. 1].

Propõe-se então de seguida uma análise desta correlação – Processo de Reabilitação, com especial enfoque na Estratégia de intervenção e nos Princípios. Nesta análise só irá ser focado o edificado corrente[19], compreendendo-se, contudo, que a Casa faz parte de um todo. Não obstante a relevância dos fatores sociais, económicos, normativos ou humanos, tais temáticas não serão tratadas, por ultrapassarem o âmbito desta Dissertação.•

---

17 - "Reabilitar é restituir a cidade à estima pública, recuperar o que tem valor e beneficiar os antigos edifícios, permitindo usos atualizados. Reabilitar é maximizar as relações entre os valores funcionais e os valores históricos e culturais do património urbano." [Aguiar, 2011, p.54].

18 - As questões relativas à salvaguarda do património são de difícil consenso, portanto é fundamental que os seus protagonistas se instruam dos consensos teóricos que foram desenvolvidos ao longo de décadas e que culminaram num conjunto de Princípios divulgados nas Cartas e Recomendações internacionais.

19 - De acordo com Teixeira [2014, p.8], o edificado corrente, apresenta "(...) formas de ocupação urbana, de organização funcional, de construção, de morfologia e estética, utilitaristas, resultantes de um pragmatismo dominante na resolução dos diversos problemas com que se enfrentaram na sua construção." (...) "No caso do Porto, estes edifícios pertencem maioritariamente ao século XIX, aquando do surto edificatório relacionado com a grande expansão urbana da cidade. Na sua origem destinavam-se predominantemente à habitação, coexistindo, contudo, muitos exemplos polifuncionais, associados à actividade profissional do proprietário."

IV

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

Fotografia da autoria de Gastão Brito e Silva

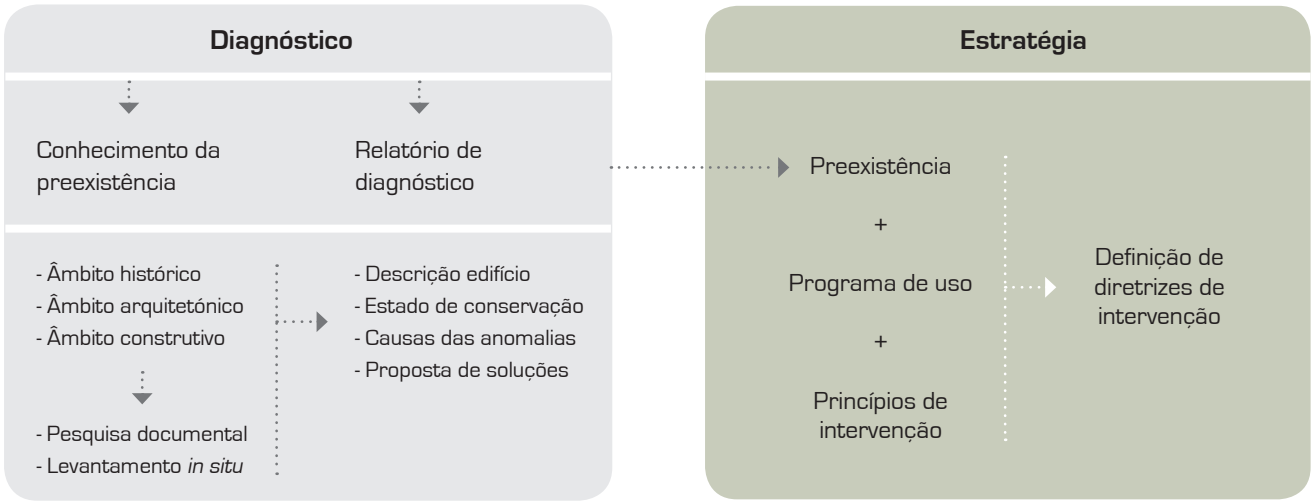
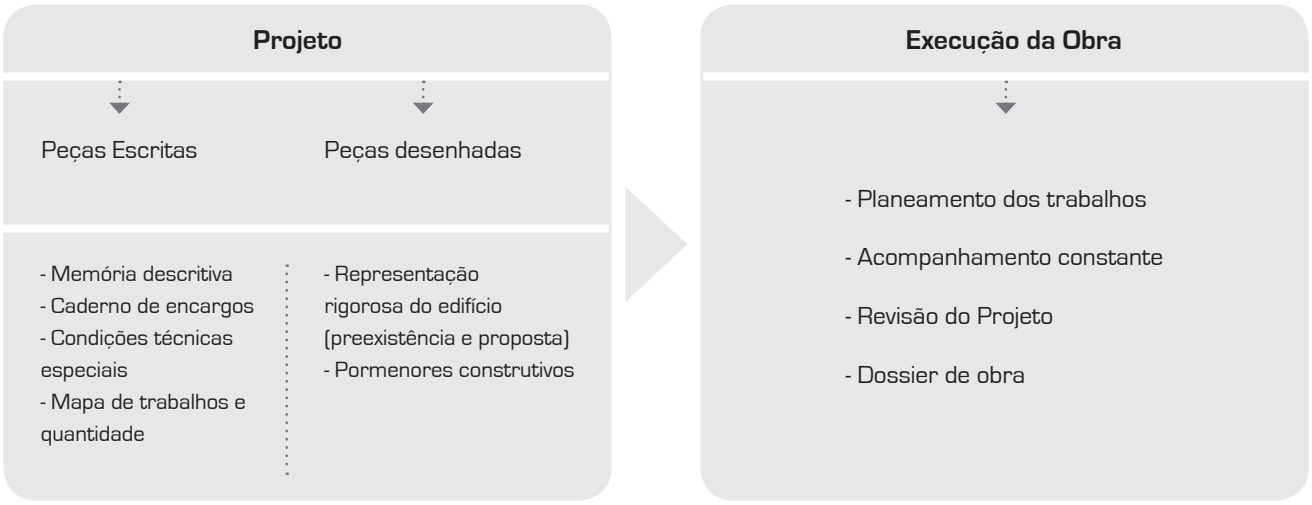


Figura 79 - Organograma do Processo de Reabilitação - adaptado de [Casanovas, 2008] e [Teixeira, 2014].



4.1 | Processo de Reabilitação

A intervenção no património edificado corrente, no qual se insere a Casa Burguesa do Porto, exige uma abordagem distinta em relação à construção de raiz, desde logo porque a preexistência e a necessidade de preservação do seu valor artístico, cultural ou histórico, tornam o processo de intervenção mais complexo [Freitas, Sousa, Costa & Quintela, 2012].

O estado generalizado de degradação em que se encontra a Casa Burguesa do Porto, afetando as suas características intrínsecas fazem com que: i) o restauro não constitua a principal resposta ao problema, pelo purismo e intenção de regresso a soluções originais, que tanto o caracteriza; ii) nem tão-pouco a demolição e consequente reconstrução, por aniquilar qualquer questão de salvaguarda e introduzir sistemas construtivos e materiais completamente novos.

Deste modo, a Casa, enquanto edifício não monumental mas com valor, carece, na maior parte dos casos, de uma intervenção que apesar de capaz de salvaguardar os valores do edifício, tenha a capacidade de adaptação às necessidades contemporâneas, apresentando-se a Reabilitação como a solução primordial.

De acordo com Freitas, *et al.* [2012], por Reabilitação entende-se "[...] as ações de intervenção necessárias e suficientes para os dotar [aos edifícios] de condições de segurança, funcionalidade e conforto, respeitando a sua arquitetura, tipologia e sistema construtivo [...] e só uma Reabilitação adaptativa e pouco intrusiva pode reconduzir a um resultado equilibrado." Por conseguinte, no presente Capítulo será tratado o tema da Reabilitação.

Na contemporaneidade é consensual que uma intervenção de Reabilitação necessita, como garantia de qualidade, de estar vinculada a uma metodologia, ou seja, de atravessar várias fases de um processo [Teixeira, 2014].

É de ter em conta que, ao longo deste processo, deverão ser consultados e analisados os Regulamentos aplicáveis, cedidos pelas entidades responsáveis na administração do território, de modo a aferir o respeito

Figura 80 - Registo fotográfico do estado de degradação das escadas - Fase de diagnóstico - Edifício na Rua Pinheiro.
Figura 81 - Trabalhos de remoção de rebocos danificados - Fase inicial de execução da obra - Edifício na Rua Pinheiro.
Figura 82 - Trabalhos de acabamento - Fase final de execução da obra - Edifício na Rua Pinheiro.

pelos mesmos [Freitas *et al.*, 2012].

É frequente que este processo seja balizado pelos custos inerentes, o que muitas vezes significa o abandono de procedimentos de conhecimento necessários e o afastamento das soluções realmente adequadas às necessidades de determinado edifício [Paiva, Aguiar & Pinho, 2006].

Não obstante a relevância da legislação e dos fatores económicos para o processo de Reabilitação nos edifícios antigos, tais temáticas não serão desenvolvidas na presente Dissertação, por ultrapassarem o âmbito da sua abordagem.

Ao invés, propõe-se uma análise sucinta do processo na Reabilitação, baseado nas Cartas e Recomendações internacionais, fazendo ponte, sempre que possível, com o caso específico da Casa Burguesa do Porto. A relevância deste tema prende-se, essencialmente, com a necessidade de enquadramento da Estratégia de intervenção no processo global, aspeto tão pertinente nesta Dissertação.

Sintetizadamente, tomando como referência a proposta de Freitas *et al.* [2012], as várias fases do processo a ter em conta são: i) diagnóstico; ii) definição da estratégia; iii) projeto de execução; e iv) execução da obra.

A elaboração do diagnóstico é fundamental para informar a Estratégia de intervenção, pois revela o estado do edifício e quais as suas necessidades. A partir desta base, a Estratégia de intervenção constitui um momento chave em que se delineiam um conjunto de diretrizes que irão guiar toda a intervenção, sendo que o principal objectivo deverá sempre ser a salvaguarda do edificado.

Definida a estratégia, realiza-se o projeto de execução. Por fim, concretiza-se a fase de execução da obra. Devido às especificidades da Reabilitação, nomeadamente pela presença de uma preexistência, esta fase pressupõe um intenso acompanhamento e monitorização [Paiva, *et al.*, 2006].

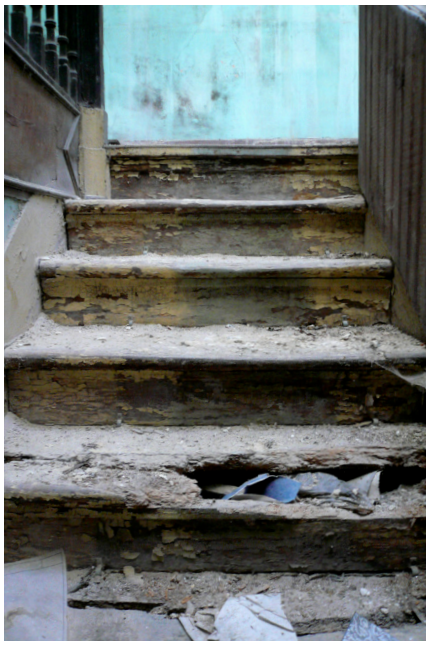


Figura 83 - Desenhos de levantamento construtivo.
Figura 84 - Registo fotográfico do estado de degradação das escadas - Edifício na Rua Pinheiro.
Figura 85 - Registo fotográfico do estado de degradação de uma parede exterior do piso acrecentado - Edifício na Rua Pinheiro.

4.1.1 | Diagnóstico

A fase do diagnóstico, devido à sua grande complexidade, inicia-se pelo conhecimento da preexistência e culmina com a elaboração do relatório de diagnóstico.

Nesta fase pretende-se obter uma análise profunda do edifício, que demonstre o seu estado, as suas causas de degradação e esclareça quais as suas necessidades. De modo a garantir rigor, imprescindível para a constituição desta base de trabalho, o diagnóstico deverá ser realizado por uma equipa multidisciplinar de técnicos experientes, com conhecimento profundo do sistema construtivo e dos materiais, próprios de determinado edifício [Freitas *et al.*, 2012].

De acordo com Freitas *et al.* [2012], o conhecimento da preexistência deve iniciar-se por uma pesquisa histórica referente ao edifício original, e às várias alterações que ao longo do tempo sofrera. Estes registos devem ser complementados com informação documental, escrita e desenhada que permita a caracterização dos elementos construtivos [Freitas *et al.*, 2012]. De relembrar, porém, que no caso da Casa Burguesa do Porto o acesso a esta informação torna-se difícil, devido à não obrigatoriedade, até ao século XIX, da existência de um projeto, tal como hoje é entendido, para a construção de edifícios [Teixeira, 2014].

Toda esta pesquisa deve ser acompanhada, se necessário, de um levantamento geométrico do edifício, que permita a sua perfeita caracterização no presente. Não é de descurar as visitas com registo fotográfico, tanto do interior como do exterior, que permitam a execução de um levantamento detalhado do seu estado de degradação [Freitas *et al.*, 2012]. Neste ponto, é de referir a importância do reconhecimento dos edifícios pertencentes à envolvente, de modo a ser possível o entendimento do valor do mesmo e do seu enquadramento na malha urbana [Paiva, *et al.*, 2006].

Em consequência destas pesquisas e levantamentos históricos, arquitetónicos e construtivos, são definidos

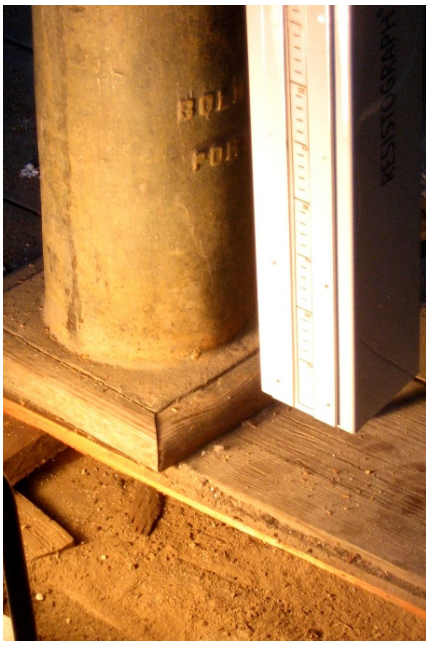


Figura 86 - Trabalhos de avaliação estrutural de um sobrado.
Figura 87 - Trabalhos de avaliação estrutural de uma cobertura.
Figura 88 - Ensaio estrutural de um elemento em madeira com resistógrafo.

os instrumentos adequados e o mínimo destrutivos possível, que garantam um conhecimento mais profundo do estado do edificado. Sondagens e ensaios são exemplos de instrumentos que permitem a caracterização dos materiais, a definição dos elementos construtivos, assim como as causas das anomalias [Paiva, *et al.*, 2006].

O conhecimento da preexistência deve ser feito não numa lógica parcial, mas sim numa lógica global do edifício, numa abordagem holística, não devendo haver especial enfoque em elementos individuais, de modo a garantir uma compreensão integral do problema [Teixeira, 2014].

O conjunto de todas estas ações, deve ser capaz de fornecer os elementos necessários para a elaboração de um relatório de diagnóstico que deverá constituir um documento síntese da informação levantada, definindo o estado de conservação do edifício. Quanto às anomalias, este relatório deverá apresentar uma escala que vai de muito ligeiras a muito graves, apontando as causas e propondo soluções para os problemas. Contudo, não significa isto que, por vezes, somente com a intervenção física, já na fase de execução de obra, seja possível clarificar dúvidas que o relatório não consegue responder [Freitas *et al.*, 2012].

Sendo o Diagnóstico essencial para informar a Estratégia[20], é óbvio que a sua inexistência ou deficiência, em termos de precisão, trará consequências tanto para Estratégia de intervenção, como para a materialização da mesma, visto que, a "(...) maximização dos estudos e do conhecimento sobre um edifício existente deverá originar a minimização da intervenção." [Teixeira, 2014, p. 551]. A falta de conhecimento da preexistência é, desde logo, um não reconhecimento do seu valor e do benefício que o mesmo lhe trará [Freitas *et al.*, 2012].

É importante referir que a extensão desta etapa deve ser ajustada ao valor do edifício, ao estado de degradação e à profundidade da intervenção [Freitas *et al.*, 2012].

---

20 - As diretrizes da intervenção devem ser "(...) apropriadas e preparadas num processo cognitivo profundo do edifício (...) Este processo inclui o estudo estrutural, análises gráficas e de volumetria bem como a identificação do seu significado histórico (...)" [Carta de Cracóvio, 2000].

4.1.2 | Definição da Estratégia

A definição da Estratégia de intervenção constitui um passo chave de todo o processo de Reabilitação. Nesta fase, são absorvidos e digeridos um conjunto de condicionantes e propósitos e são delineadas as diretrizes que irão dirigir toda a intervenção [Freitas *et al.*, 2012].

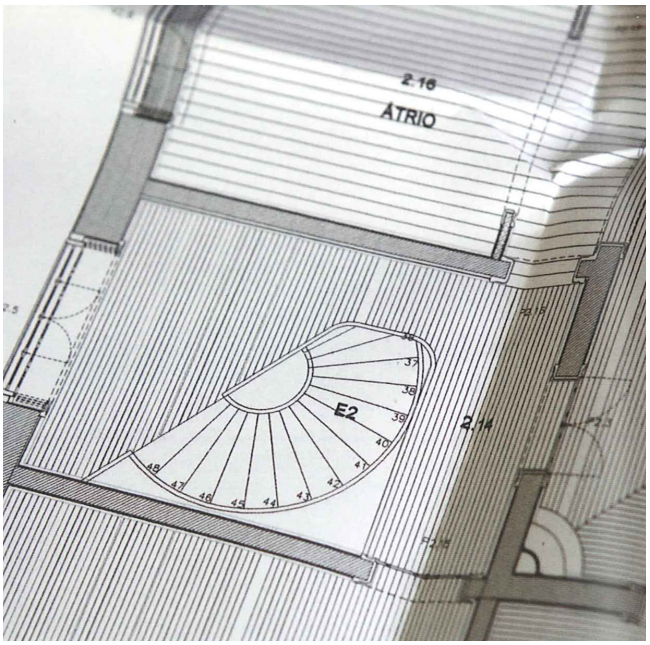
Devido à importância que a Estratégia adquire no âmbito desta Dissertação, aqui se apresenta apenas um enquadramento na globalidade do processo, sendo este tema particularmente tratado com a devida profundidade, no Subcapítulo 4.2.

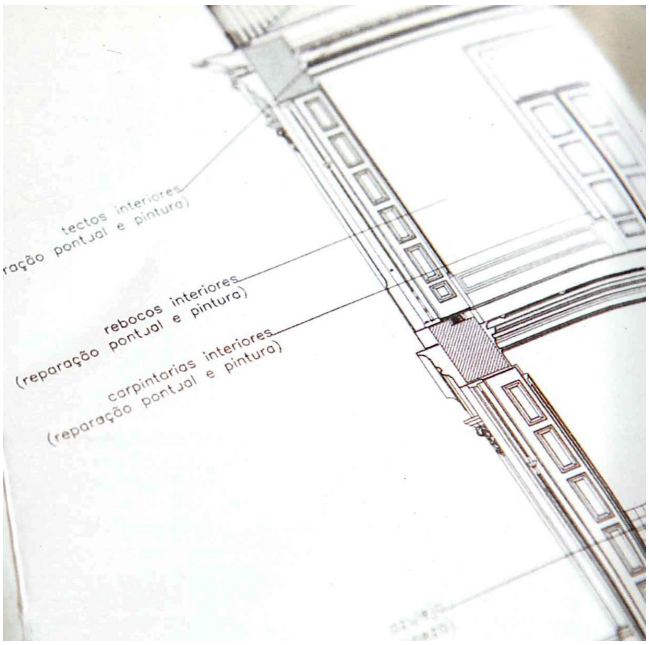
O estado da preexistência, informada através da fase de diagnóstico, constitui a primeira condicionante externa da Estratégia. Deverá o mesmo ser compatibilizado com o programa estabelecido, o que representa a segunda condicionante [Casanovas, 2007].

Será com estes dois fatores extrínsecos - preexistência e programa - que a definição da Estratégia deverá começar a ganhar forma. A estes, deverá somar-se a consideração pelos Princípios enunciados nas Cartas e Recomendações internacionais [Neto, 2006].

Trata-se de um compromisso entre vários fatores, que devem ter sempre como objectivo final a salvaguarda do património [Cracóvia, 2000].

A Estratégia é assim a fase fundamental, onde se cruzam os dados fornecidos pelo diagnóstico com o programa, se delineiam as intenções e se tomam as decisões.•





4.1.3 | Projeto de Execução

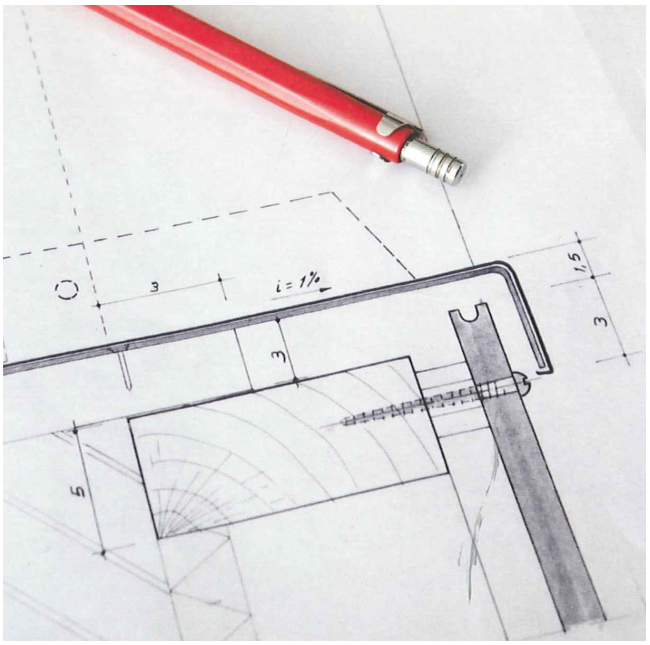
Após a definição da Estratégia de intervenção, deve elaborar-se o projeto de execução, onde serão fixadas as principais decisões, compatibilizando-as com os fatores extrínsecos – preexistência e programa - e com os Princípios[21], pela sua garantia na salvaguarda do património [Paiva, *et al.*, 2006].

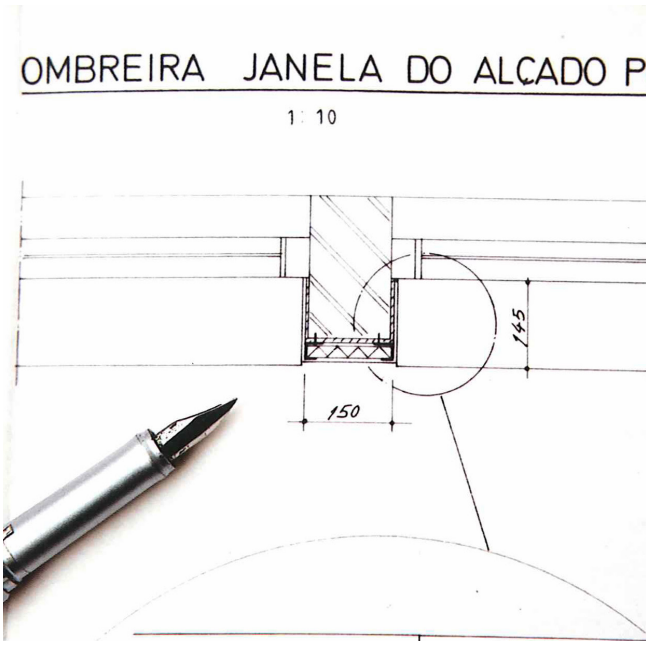
O projeto deverá conter um conjunto de peças escritas e desenhadas, que especifiquem detalhadamente os trabalhos a efectuar. Quanto aos elementos desenhados, estes deverão apresentar-se de forma integrada, incluindo e articulando os diversos projetos de especialidades, executados por uma equipa interdisciplinar [Paiva, *et al.*, 2006]. A representação da preexistência deve ser rigorosa, tal como a representação da proposta, devendo haver uma clara identificação da mesma. A insuficiência de rigor trará problemas de leitura, sendo para isso imprescindível uma extensiva e clara pormenorização [Freitas *et al.*, 2012].

Já quanto à parte escrita, a mesma deve ser composta por uma memória descritiva, num contexto interdisciplinar, que deve assistir este tipo de intervenção e que justifique todas as decisões tomadas. Neste âmbito, é imprescindível a existência de um Caderno de Encargos, que inclua as Condições Técnicas Especiais e do Mapa de Trabalhos e de Quantidades, devido à delicadeza que a intervenção impõe e de forma a evitar percalços [Freitas *et al.*, 2012]. Nestes elementos, deve ser feita uma descrição exaustiva do modo de realização dos trabalhos, bem como uma definição clara e específica dos materiais a utilizar [Paiva, *et al.*, 2006].

A execução de um projeto com este nível de precisão e rigor, ajudará a afastar erros e omissões, facilitando assim a própria execução da obra [Paiva, *et al.*, 2006]. Apesar de todas estas precauções a ter em conta, nas intervenções

21 - Esta temática é tratada com a sua devida profundidade no Subcapítulo 4.3.





em edifícios existentes, existem sempre fatores não previsíveis, que podem determinar a revisão do projeto em obra, algo que ocorre com alguma frequência [Freitas *et al.*, 2012].

Assim como no Diagnóstico se apontou a necessidade da existência de documentação original, tanto escrita como desenhada, também quando se procede a uma Reabilitação deve-se compilar toda a informação relativa à intervenção, como sugerido na Carta de Veneza, de modo a que esta constitua uma referência para intervenções futuras [Casanovas, 2007].•

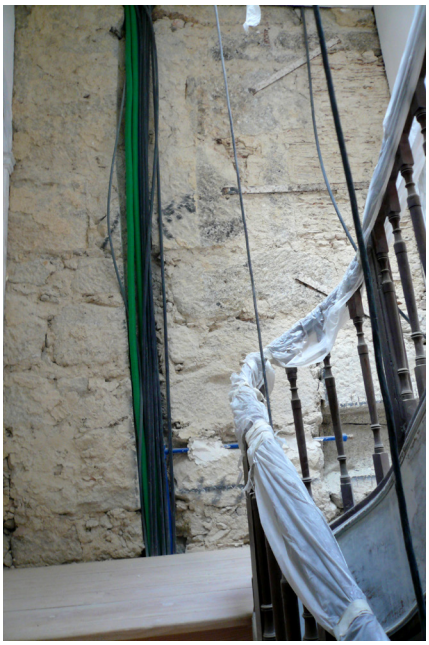


Figura 89 - Multiplicidade de Infraestruturas e a necessidade de planeamento das diferentes especialidades.
Figura 90 - Estaleiro condicionado aos limites da preexistência.
Figura 91 - Dificuldade na remoção de materiais sobrantes devido às limitações da preexistência.

4.1.4 | Execução da Obra

A execução da obra constitui a concretização do processo de intervenção num edifício existente.

Mesmo que tenha sido respeitado o rigor exigido nas fases anteriores, tal não afasta a hipótese de terem que ser feitos ajustes em obra [Casanovas, 2007]. Por isso mesmo, é importante que seja feito um planeamento dos trabalhos, conjugando as diversas especialidades, definindo objectivos temporais (calendarizações, cronogramas, etc.) e determinando a sequência das atividades [Paiva, *et al.*, 2006]. Em simultâneo é imperioso um acompanhamento constante dos trabalhos, que possibilite e garanta o esclarecimento das dúvidas que vão surgindo, bem como a resolução de eventuais imprecisões, de modo a evitar erros de execução [Casanovas, 2007].

A execução de uma Reabilitação na Casa Burguesa do Porto tem múltiplas condicionantes, nomeadamente ao nível do espaço de estaleiro, o que impõe uma dinâmica distinta de uma construção de raiz, já que, por exemplo, o transporte, acondicionamento e remoção de materiais da obra, por exemplo, constituem uma dificuldade acrescida. [Paiva, *et al.*, 2006].

A exigência de rigor, referida como predominante nas fases anteriores, também se deve manter nesta etapa de execução, sendo para tal fundamental a existência de precisão e planeamento [Paiva, *et al.*, 2006].

O acompanhamento de obra não termina com o fim da execução da mesma. A monitorização dos resultados permite a confirmação da validade das operações e decisões tomadas. É pois fundamental perceber se, mediante determinada ação, as patologias foram resolvidas e afastadas, bem como verificar se as decisões foram benéficas ou não para o edifício [Paiva, *et al.*, 2006].

4.2 | A Estratégia como Elemento Fundamental

Durante décadas assistiu-se a um conjunto de esforços que tinham como intuito promover a salvaguarda da Casa Burguesa do Porto. No entanto, tais atitudes acabaram por se revelar insuficientes, o que se traduziu numa continuação do seu estado de degradação.

Esta constância até à atualidade, revelou-se contraproducente: a preocupação em querer reverter este estado transformou-se numa aprovação imprudente, socialmente aceite, de todas e quaisquer intervenções realizadas sobre o património, deixando que o fator degradação se sobrepusesse ao incontornável objetivo da salvaguarda. De acordo com Aguiar [2011, p.54] "Reabilitar não é deixar fachadas (alterando o piso térreo e acrescentando mais um piso), limpar o interior dos edifícios antigos, e construir uma nova arquitetura sem direito a ter rosto, na triste contemporaneidade escondida do fachadismo."

É certo que a questão da salvaguarda é um tema controverso [Aguiar, 2011]. Porém, não é aceitável esta desorientação e consequente dispersão de atitudes. Entende-se que este fenómeno se deve a um vazio que existe na divulgação e consciencialização da utilidade da fase da Estratégia, no processo de intervenção. De acordo com Lopes [2006] são identificáveis inúmeras intervenções que, por falta de uma reflexão, caso a caso, conduzem a resultados desastrosos.

O acumular de todos estes fatores constituem as razões que fundamentam a necessidade de se atribuir relevância à fase da Estratégia.

Esta etapa, cientificamente aceite como uma das fases do processo de intervenção sobre o edificado, entende-se ser o passo chave, onde são definidas as linhas orientadoras da intervenção [Freitas, *et al.*, 2012].

Após o diagnóstico, deverá ser garantido o perfeito conhecimento do edifício ao nível histórico, funcional e

construtivo assim como do seu estado de conservação, suas causas de degradação e necessidades de intervenção [Freitas *et al.*, 2012].

Conhecida a preexistência, é importante tentar compatibilizá-la com o programa pretendido, aferindo se este se adapta facilmente ao edifício, ou se trará alterações de maior.

A conjugação destes fatores extrínsecos (preexistência e programa) aliado à consideração pelos Princípios enunciados nos documentos internacionais, deverá garantir a salvaguarda do património, bem como uma maior segurança na definição de diretrizes. Esta complexa malha de decisões entrecruza-se neste momento determinante, tornando-se imperioso a definição do tipo de intervenção[22], a gradação da sua profundidade[23], bem como a sua escala[24] [Teixeira, 2014].

O desafio inerente é a conciliação de circunstâncias, em que os Princípios adquirem o papel principal. Freitas *et al.* [2012] assumem mesmo que a qualidade na Reabilitação só será possível se forem assumidos estes Princípios

---

22 - De acordo com Teixeira [2014, p.562], na tipologia em estudo "[...] consideram-se como principais tipos de intervenção a manutenção, o restauro, a reabilitação e a adição":

- a manutenção consiste: "[...] numa série de pequenas operações preventivas, constituídas por ações de conservação, programadas e efectuadas em ciclos regulares, sobre os elementos e as partes constituintes de um edifício, incluindo instalações e equipamentos, visando minimizar a sua deterioração e prevenção de danos, de modo a garantir o seu bom estado e funcionamento, prolongando o tempo de vida útil." [Teixeira, 2014, p.18];

- o restauro consiste em: "Operações altamente especializadas sobre um edifício existente danificado, visando o seu restabelecimento à forma e aspetos iniciais, baseadas no respeito pelos materiais originais e pela documentação autêntica, por forma a garantir a salvaguarda dos seus valores históricos e estéticos. O restauro deve ser precedido de uma profunda investigação e analise histórica do bem cultural a restaurar, das técnicas que estiveram na origem da sua criação e dos motivos que originaram a sua degradação." [Teixeira, 2014, p.22];

- a Reabilitação de um edifício, o tipo de intervenção elegido, nesta Dissertação, como primordial, consiste na: "execução das obras necessárias à sua recuperação e beneficiação, resolvendo as anomalias construtivas, funcionais, higiénicas e de segurança, acumuladas ao longo dos anos, procedendo a uma modernização que melhore o seu desempenho até próximo dos atualis níveis de exigência e que podem ainda passar por alterações de uso. Estas novas exigências devem todavia ser compatíveis com a manutenção dos elementos de valor dos edifícios, sem causar modificações significativas para o seu processo histórico (...)" [Teixeira, 2014, p.20];

- a adição de um edifício diz respeito a: "(...) qualquer obra que aumente a edificabilidade de um edifício (nas áreas de implantação ou bruta de construção, na cércea ou no número de pisos acima e abaixo da cota de soleira), efectuada por adição à substância histórica existente, marcando a sua identidade atual, mas garantindo o equilíbrio e a harmonia do conjunto." [Teixeira, 2014, p.563].

23 - De acordo com Teixeira [2014, p.558], o grau de profundidade de uma intervenção sobre a tipologia das Casas Burguesas do Porto segue a seguinte hierarquia: "(...) Intervenção ligeira (manutenção preventiva ou correctiva); intervenção média (reabilitação ligeira a média); intervenção profunda (reabilitação média a profunda); intervenção excecional (restauro, reabilitação excecional, adição, eventual reconstrução)."

como primordiais. É óbvio que cada caso é um caso, mas o apoio da decisão nos Princípios, torna o processo muito mais seguro e claro. Por isso, a sua interpretação deve ser suficientemente flexível para os adequar ao teor individual de cada situação, pautada pelo bom senso [Teixeira, 2014].

É por esta razão que se considera, nesta Dissertação, tão fundamental o conhecimento e consideração dos Princípios[25] enunciados nas Cartas e Recomendações internacionais, enquanto conceitos teóricos norteadores das Estratégias de intervenção no património [Neto, 2006].

Assim, entende-se que a divulgação do contributo de Estratégias ponderadas é capaz de inverter a descaracterização que se tem vindo a verificar na Casa Burguesa do Porto. É preciso que estas sejam bem informadas e que resultem de um equilíbrio entre diversos fatores.

Estratégias diferentes conduzem a resultados diferentes, e é exatamente neste pressuposto que assenta a pertinência deste tema.•

---

24 - De acordo com Teixeira [2014, p.561], a intervenção sobre a tipologia das Casas Burguesas do Porto pode abranger as seguintes escalas: "[...] atuação pontual sobre um determinado elemento construtivo de um edifício; atuação dentro de uma determinada fração ou frações de um edifício; atuação edifício a edifício; e atuação dentro de uma determinada área de tecido urbano degradado."

25 - remissão para o Subcapítulo 4.3.

Figura 92 | 93 | 94 - Pertinência para a discussão: Estado de degradação generalizado da malha urbana do Porto na contemporaneidade.

4.3 | Princípios de Reabilitação - A validação das estratégias

A salvaguarda da Casa Burguesa do Porto constitui um imperativo para a sua continuidade no futuro. No entanto, não se entende que toda e qualquer intervenção seja aceitável. A complexidade inerente a este tipo de intervenção, leia-se Reabilitação, despoleta um leque de diferentes interpretações. A disparidade e difusão de perspetivas que se verifica na contemporaneidade, devido ao desconhecimento das especificidades da Reabilitação, têm trazido, em muitos dos casos, graves consequências ao património, provavelmente com a conivência que se generalizou na opinião pública de que qualquer ação é admissível somente porque o estado de degradação do património é alarmante. No entanto, esta postura não é a correta [Costa, 2012].

Uma Reabilitação, antes de tudo, deve primordialmente ter como cerne a salvaguarda e, por isso, deve ser pautada por uma "ética de conservação" devido ao elevado grau de responsabilidade que tal ação acarreta [Paiva *et al.*, 2006].

Toda a atenção que este tema desperta e a urgência da sua discussão, revelam a necessidade de difusão dos conteúdos que desde há muito tempo se tem vindo a discutir nas Cartas e Recomendações internacionais. Tratam-se de consensos maturados ao longo de décadas e, portanto, fundamentais para instruir toda esta discussão [Costa, 2012].

A contribuição mais relevante que as Cartas e Recomendações internacionais trouxeram à questão do património foi a definição de um conjunto de Princípios orientadores para uma correta ação de salvaguarda.

Estes enunciados foram elaborados e atualizados desde a Carta de Veneza de 1964, onde surgiu pela primeira vez a preocupação com o património edificado corrente, até à atualidade.

A evolução verificada ao longo dos tempos, demonstra a necessidade de adaptação constante à

Figura 95 - Pertinência para a discussão: Práticas "fachadistas" dominantes e a necessidade de inversão do seu domínio.

contemporaneidade, portanto, não se poderá afirmar como intemporal, nem dogmático, qualquer entendimento sobre o conteúdo das Cartas e Recomendações internacionais [Távora, 1969].

Por representar a última compilação e consolidação destes enunciados, só será focado o conteúdo da Carta de Cracóvia, "(...) ferramenta indispensável para todos quantos lidam com o património" [Neto, 2002, p. 93].

Só através de uma divulgação massiva dos Princípios de intervenção consagrados nas Cartas e Recomendações internacionais se poderá vencer o combate à descaracterização visível na Cidade. Não pode ser permitido que os profissionais da área se mantenham à margem do consenso adquirido no seio da comunidade científica [Freitas *et al.*, 2012].

A herança que a Casa Burguesa do Porto deixa gravada nas ruas será tão mais genuína quanto maior for o esclarecimento de decisões, iluminadas previamente pelo conteúdo que os enunciados detêm.

Os Princípios apoiam, validam e são o guia para as intervenções, permitindo assim a qualificação das mesmas [Teixeira, 2014]. De acordo com o enunciado em Cracóvia os Princípios constituem um "(...) modelo para realizar os esforços necessários afim de salvaguardar tais bens [o edificado]".

Não significa isto, contudo, que sejam sinónimo de rigidez ou de imperatividade. A (hipotética) rigidez que pode transparecer na leitura dos mesmos somente revela a não compreensão dos limites que têm de ser respeitados para que não se caia num desmantelamento do valor que está associado ao património. A flexibilidade que lhes está (verdadeiramente) agregada reflete a noção existente nas Cartas e Recomendações internacionais de que cada caso é um caso e que é sempre imprescindível uma reflexão particular e consequente adaptação às condicionantes intrínsecas do edifício [Teixeira, 2014]. Esta reflexão deve ser balizada pelo bom senso, tendo de ter em conta que por vezes, devido a essas mesmas condicionantes, não será possível a aplicabilidade da totalidade dos enunciados. Também há que entender que apesar do valor indiscutível da Casa, esta não constitui um Monumento histórico e, por isso, a sua intervenção deve ser vista com maior flexibilidade [Neto, 2006].

Combatendo o argumento da inutilidade do conteúdo da Carta de Cracóvia porque o mesmo se resume a

Figura 96 | 97 | 98 - Pertinência para a discussão: Práticas de descaracterização das Casas Burguesas do Porto na contemporaneidade.

senso comum, evocado por alguns profissionais, é de lhes exibir as inúmeras afrontas ao património edificado corrente, de que a Cidade tem sido alvo. Um bom profissional poderá tender para a aplicação do conteúdo de alguns dos Princípios mesmo desconhecendo-os, mas observando a Cidade não se pode, definitivamente, considerá-los em quantidade suficiente para que se garanta a preservação da tipologia da Casa Burguesa.

As decisões tomadas no âmbito da Estratégia devem depender, na sua essência, do conteúdo dos Princípios, que deverão constituir o delineamento das suas diretrizes. Contudo, em muitos dos casos, na Estratégia terá de existir uma adaptação a fatores externos, como os económicos, que poderão limitar a concretização de alguns dos enunciados. Porém, a intenção de aplicação na Estratégia irá certamente transparecer na própria intervenção.

Assim, os Princípios constituem uma orientação ampla mas objetiva, representando, sem dúvida uma referência incontornável na decisão da Estratégia [Neto, 2002].

A sua difusão é urgente e imprescindível; o seu conhecimento é necessário para informar uma (boa) Estratégia; a sua aplicação determina o respeito pelo edificado, no culminar de uma verdadeira ação de salvaguarda [Neto, 2006].

A bagagem de informação dada pelos Princípios à Estratégia confere um carimbo de qualidade à intervenção [Neto, 2006]. Partindo deste pressuposto, a validação da intervenção poderá ser aferida pela aplicação destes conteúdos.

Por toda a relevância demonstrada, os Princípios constituirão os parâmetros de análise dos Casos de estudo. Deste modo, pretende-se aferir a sua validação; a verificação dos seus limites aquando a aplicação concreta e que consequências para o edifício a sua não utilização.

A síntese aplicada à Casa Burguesa do Porto que de seguida se apresenta, está baseada nos resumos de Paiva, Aguiar e Pinho [2006] e de Teixeira [2014].•

4.3.1 | Conhecimento da Preexistência

Antes de ser iniciada qualquer intervenção, deve ser feito previamente um reconhecimento e diagnóstico do existente. O estudo, através da recolha de informação histórica, arquitetónica e construtiva e também de levantamentos *in situ* – fotográfico, geométrico, inspeções, análises -, trará tanto mais precisão à intervenção quanto maior for a sua profundidade.

A importância deste conhecimento refletir-se-á determinantemente aquando a tomada de decisões na Estratégia[26]. A informação recolhida deverá orientar e justificar a necessidade e dimensão da intervenção. A profundidade do estudo deverá ser ajustada a profundidade do estudo ao valor e estado de conservação do edifício.

Mais conhecimento traz mais respeito pelo existente, o que culminará numa menor intervenção, equivalendo assim a uma maior salvaguarda.

4.3.2 | Preservação do Existente

A valorização e preservação do existente deve prevalecer em qualquer intervenção como objectivo incontornável. Deve existir um aproveitamento ao máximo da sua tipologia funcional e construtiva – das técnicas e materiais - dos seus valores, da sua imagem, ou seja, da sua essência[27]. A substituição e demolição deve ser, sempre, um último recurso. Hierarquizando as ações, será sempre mais admissível uma reparação ao invés de substituição; aquando uma substituição, a sua reutilização e aquando a necessidade de demolição, esta deve ser sempre o mínimo invasiva possível e seletiva.

4.3.3 | Adaptação ao Existente

O contexto em que se insere o objeto de intervenção e também as suas características tipológicas e morfológicas devem ser respeitadas, naquilo que deve ser uma intervenção plenamente integrada.

A preservação da função original no edifício, mesmo com a introdução de elementos de conforto contemporâneo, deve ser compatível com o existente, sendo assim o exemplo de uma adaptação de sucesso[28].

---

26 - "O "projecto de restauro" deverá basear-se num conjunto de opções técnicas apropriadas e ser elaborado segundo um processo cognitivo que integra a recolha de informações e a compreensão do edifício ou do sítio. Este processo pode incluir o estudo dos materiais tradicionais, ou novos, o estudo estrutural, análises gráficas e dimensionais e a identificação dos significados histórico, artístico e sócio-cultural." [Carta de Cracóvia, 2000].

27 - "Os edifícios que constituem as áreas históricas (...) devem ser salvaguardados como elementos de conjunto pela sua unidade orgânica, dimensões particulares e características técnicas, espaciais, decorativas e cromáticas insubstituíveis dentro da unidade orgânica da cidade. (...) O projeto de restauro para as áreas históricas contempla os edifícios da estrutura urbana na sua dupla função: a) os elementos que definem o espaço da cidade dentro da sua forma urbana; b) os valores espaciais internos que são uma parte essencial do edifício." [Carta de Cracóvia, 2000].

A definição do uso, no caso de alteração, deve respeitar a preexistência. O novo uso deve moldar-se assim ao edifício e não o contrário. Assim, também o programa deve ser compatível com as condicionantes da Casa, não a descaracterizando em prol de levar avante o novo uso e programa.

4.3.4 | Integração com o Existente

A integração harmoniosa deve prevalecer aquando a inserção de novos espaços e elementos, demonstrando o respeito pela tipologia funcional – com a integração do novo no existente - e construtiva[29]. Não devem ser tomadas decisões que contrastem com o edifício como um todo, nem tão pouco com o tecido urbano que o envolve. Estas devem antes refletir uma imagem contemporânea, mas respeitar e valorizar o espírito do edifício.

4.3.5 | Melhoria das Condições Existentes

Toda e qualquer intervenção de Reabilitação nunca deve descurar o aperfeiçoamento da Casa, criando condições para um uso atual. A melhoria de qualidade em termos funcionais, construtivos e arquitetónicos é imperativa, não sendo aceitável que em algum caso seja inferior à preexistente. Deve ser garantido o melhoramento das instalações, equipamentos, espaços e da construção.

Deve ainda existir uma atenção rigorosa em relação às questões de salubridade (higiene, saúde e conforto); às questões de segurança (estrutural, contra incêndio e de intrusão) e também em relação a possíveis problemas térmicos e acústicos.

4.3.6 | Reversibilidade

A ideia de mutabilidade caracterizadora dos Princípios, revela o fundamento pelo qual não devem as opções tomadas na Estratégia serem rígidas ao ponto de, num futuro, não ser permitido um retorno à condição preexistente.

---

28 - "O "projecto de restauro" de cidades e aldeias históricas deve considerar que os imóveis do tecido urbano desempenham uma dupla função: (...) possuem uma espacialidade interna, que constitui um dos seus valores essenciais. (...) A intervenção escolhida deve respeitar a função original (...)" (Carta de Cracóvia, 2000).

29 - "Deve evitar-se a reconstrução dentro do "estilo do edifício" de partes inteiras do mesmo.(...) Se se necessitar, para o adequado uso do edifício, da incorporação de partes especiais e funcionais mais extensas deve refletir-se nelas a linguagem da arquitetura atual." (Carta de Cracóvia, 2000).

As soluções de intervenção não devem constituir alterações de tal modo profundas, pesadas e rígidas, principalmente nas estruturas primárias, ao ponto de se tornarem uma barreira a futuras intervenções, com objetivos distintos dos à data definidos.

A intervenção deve garantir um grau de reversibilidade tal que permita o retorno do valor patrimonial que eventualmente se tenha diminuído, através do regresso a soluções anteriores.

Ao nível construtivo, devem ser aplicados materiais e técnicas com características similares aos preexistentes, pendendo para a utilização do mesmos, sendo que o uso de materiais novos deve ser o menos intrusivo possível. Devem ser preteridos materiais que bloqueiem a hipótese de reversibilidade devido à probabilidade de destruição da construção original no caso da sua remoção, como são as estruturas em betão armado[30].

De forma a tornar mais fácil a reversibilidade, a definição do uso e programa deve ser feita cuidadosamente, de modo a que tal não implique grandes transformações espaciais ou demolições estruturais e de elementos de valor.

4.3.7 | Preservação de Alterações Previamente Introduzidas

Na fase de conhecimento da preexistência e diagnóstico, através da recolha de informações históricas que revelem as características arquitetónicas, construtivas e funcionais do edifício, devem ser identificadas as alterações que o mesmo sofrera ao longo dos tempos.

De seguida, deve ser feita uma divisão entre aquelas que relevam valor patrimonial – e cuja destruição diminuiria tal valor – e aquelas que além de não possuírem qualquer valor, ainda contribuem para prejudicar o edifício.

Quando haja clareza da relevância histórica dos elementos introduzidos, deverão estes ser preservados, como demonstração de reconhecimento do seu valor e dada a hipótese de acesso futuro, caso não sejam visíveis. Trata-se da conservação da autenticidade[31] do edifício para as gerações futuras[32].

No caso dos elementos sem valor, estes devem ser demolidos, significando a sua demolição um acréscimo de valor ao edifício, quer por que as mesmas poderão pôr em causa os níveis de segurança e de identidade do edifício ou provocarem anomalias graves no seu sistema construtivo.

---

30 - "Embora a aplicação *in situ* de novas tecnologias possa justificar-se para uma boa conservação dos materiais originais, estas devem ser constantemente controladas tendo em conta (...) a sua eventual reversibilidade" [Carta de Cracóvia, 2000].

31 - "Significa a soma de características substanciais, historicamente determinadas: do original até ao estado atual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo" [Carta de Cracóvia, 2000].

32 - " O objectivo da conservação (...) dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade, incluindo os espaços interiores (...) As obras em edifícios com valor histórico devem analisar e respeitar todas as fases construtivas pertencentes a períodos históricos distintos" [Carta de Cracóvia, 2000].

4.3.8 | Compatibilidade de Materiais e Sistemas Construtivos

Por razões de congruência, deve ser mantido o máximo possível do sistema construtivo da Casa Burguesa do Porto ao invés de se optar pela sua substituição, através do uso de materiais e técnicas contemporâneas, devido à dificuldade de compatibilidade das práticas construtivas[33].

A durabilidade das antigas construções que a existência temporal da Casa comprova e o facto da utilização das técnicas e materiais antigos garantir compatibilidade com o existente, justifica a sua utilização e preferência.

Por outro lado, as construções contemporâneas não têm em muitos casos o mesmo nível de durabilidade, nem de garantia de desempenho, além de necessitarem de mais manutenção. Não é de afastar, contudo, soluções contemporâneas quando a sua durabilidade e eficácia esteja devidamente comprovada, "(...) permitindo assim uma sã convivência entre o novo e o antigo." [Freitas *et al.*, 2012].

O contraste que o uso de muitos dos materiais e técnicas contemporâneas provoca, reflete a incompatibilidade com as soluções preexistentes. O betão armado constitui um exemplo notável de um material que, pela sua não adequação às características do sistema construtivo preexistente, cria graves problemas de incompatibilidade e de irreversibilidade.

Em suma, as opções tomadas na Estratégia devem ter em conta as características formais e materiais (físicas, químicas e mecânicas) da preexistência, com vista à compatibilidade, condição essencial para garantir a durabilidade da intervenção.

4.3.9 | Visibilidade da Intervenção

Sempre que haja a necessidade de introdução de novos elementos ou espaços, devem estes refletir a linguagem do seu tempo. A distinção entre o novo e o antigo, deve ser clara, devendo-se evitar recorrer ao mimetismo ou ao pastiche. Não obstante a intenção de destacar o que é novo, deve haver um especial respeito pelo espírito do edifício, evitando soluções que pela sua imagem sejam estranhas e dissonantes[34].•

---

33 - "A intervenção escolhida deve (...) assegurar a compatibilidade com os materiais, as estruturas e os valores arquitetónicos existentes. Quaisquer novos materiais ou tecnologias devem ser rigorosamente testados, comparados e experimentados antes da respectiva aplicação." [Carta de Cracóvia, 2000].

34 - "Deve evitar-se a reconstrução dentro do "estilo do edifício" de partes inteiras do mesmo.(...) Se se necessitar, para o adequado uso do edifício, da incorporação de partes especiais e funcionais mais extensas deve refletir-se nelas a linguagem da arquitetura atual." [Carta de Cracóvia, 2000].

V

CASOS DE ESTUDO

Fotografias da autoria de Pedro Camelo, Attilio Fiumarella e Fernando Guerra

Figura 99 - Imagem satélite da localização dos Casos de estudo.

5.1 | Enquadramento

Na intervenção na Casa Burguesa do Porto entende-se que a definição da Estratégia constitui o âmago de todo o processo, na medida em que é o momento onde se definem as diretrizes que irão comandar toda a operação. A Estratégia refletir-se-á determinantemente na intervenção devendo ter como objectivo primordial a salvaguarda do património [Freitas *et al.*, 2012]. De modo a atingir este propósito e a evitar a dispersão de atitudes que têm descaracterizado a tipologia em estudo, é fundamental que as Estratégias de intervenção tenham como premissas a aplicação dos Princípios enunciados nos documentos internacionais. Tratam-se de consensos que foram maturados ao longo de décadas revelando-se, portanto, fundamentais para instruir a tomada de decisões [Costa, 2012].

A abrangência e flexibilidade do conteúdo dos enunciados torna-os aplicáveis a inúmeras situações, deixando em aberto a sua adaptação mediante a reflexão e a avaliação das particularidades de cada caso, pautadas pelo bom senso [Neto, 2002].

No decorrer destes pressupostos, pretende-se analisar, através de Casos de estudo, a validade da aplicação dos Princípios enunciados nos documentos internacionais, enquanto premissa na Estratégia de intervenção.

Pretende-se ainda criar uma discussão entre as diferentes Estratégias e as suas consequências no património, de modo a poderem ser retiradas conclusões que contribuam para esclarecer as problemáticas que envolvem a intervenção na Casa Burguesa do Porto e no património edificado corrente em geral.

Neste sentido, considera-se fundamental aferir de que modo Estratégias distintas influenciam as intervenções, bem como a compreensão da importância do estado da preexistência e de como este fator condiciona a própria Estratégia.

Os fatores económicos, normativos ou humanos, não obstante a sua relevância, não serão tratados nesta

análise por ultrapassarem o seu âmbito, sendo feita referência apenas quando estes constituam limitações à aplicação dos enunciados e à definição das Estratégias.

5.1.1 | Critérios de Seleção

A escolha dos Casos de estudo cingiu-se a intervenções sobre o edificado individual pertencente à tipologia da Casa Burguesa do Porto, objeto físico desta Dissertação.

Ao longo da investigação desenvolvida, foram estudados um conjunto amplo de intervenções, de modo a que fosse possível a identificação de critérios de seleção que se revelassem pertinentes para a análise a executar.

O primeiro critério de seleção diz respeito à atualidade das intervenções. Um dos objetivos desta Dissertação é a demonstração de soluções que tenham a capacidade de inverter a descaracterização desta tipologia, na atualidade. Assim, e devido à mutabilidade das circunstâncias externas que influenciam a Reabilitação, como são as políticas e normativas, entendeu-se que seria imperioso ter em conta a proximidade temporal. Em 2004, foi criada a SRU, organismo público, até hoje em vigor, com principal participação na questão da Reabilitação, através de normas regulamentares próprias. Seria, sem dúvida, esta data o início temporal de seleção das intervenções caso não tivessem existido, em 2006, significativas alterações legislativas que modificaram o cenário que existia. Até então, o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, RGEU, respondia à maioria das questões desta temática. Porém, em 2006, surgiram vários Regulamentos especiais focados somente em certos temas, que tiveram impacto enquanto condicionantes das intervenções. Exemplo disso foi o Regime de Acessibilidade aos edifícios (Decreto-lei nº 163/2006) e o Regulamento das características de comportamento térmico dos edifícios (Decreto-lei nº 78/2006, Decreto-lei nº 79/2006 e Decreto-lei nº 80/2006). Contudo, esta especialização de Regulamentos continuou a existir até 2008, com a aprovação do Regulamento Técnico de Segurança contra incêndio em edifícios (Portaria nº 1532/2008). O ano de 2008 constitui, então, o início temporal da escolha dos Casos de estudo, por estar diretamente relacionado com os desafios do presente.

A importância do reconhecimento de Casos pelos seus pares determinou o segundo critério de seleção. Do

leque de Prémios existentes a nível nacional verificou-se uma diversidade de critérios para a sua atribuição: uns de âmbito geral, não direcionados somente para a área de intervenção no património e outros que, apesar de o serem, não tinham especial enfoque na cidade do Porto. Neste âmbito, o Prémio João de Almada configura-se o mais ajustado ao objeto de estudo em análise. Este Prémio, com história na Cidade desde 1987, é notável tanto pela composição do seu Júri (um Representante da Câmara Municipal do Porto, a Direção Regional da Cultura do Norte, a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, a Ordem dos Arquitetos e a Associação Regional de Proteção ao património cultural e natural, bem como o Arquiteto vencedor da edição anterior), como pelo facto de ter como objetivo premiar o melhor exemplo de Reabilitação, posto a concurso, em específico na cidade do Porto [Rego, 2012]. Este critério permitirá que na análise seja estudado o porquê do seu reconhecimento, através de uma avaliação baseada nos Princípios enunciados nos documentos internacionais.

Decorrente destes critérios foram selecionados os seguintes Casos de estudo:

- Edifício na Rua de São Miguel _ João Moura | Paulo Frutuoso _ Menção Honrosa 2010 _ Prémio João de Almada.
- Edifício na Rua do Pinheiro _ Bernardo Amaral _ Menção Honrosa 2012 _ Prémio João de Almada.
- Casa do Conto _ Atelier Pedra Liquida _ Menção Honrosa 2012 _ Prémio João de Almada.

5.1.2 | Estrutura e Parâmetros de Análise

A análise desenvolve-se através de uma estrutura comum e transversal a todos os Casos de estudo.

No enquadramento de cada Caso serão apontadas características gerais como a localização; a descrição do edifício original, enquadrando-o no período a que pertence; o estado da preexistência; o programa proposto; e as suas limitações.

A análise à Estratégia de intervenção será efetuada através de uma *checklist*, que terá como parâmetros os Princípios[35] enunciados nos documentos internacionais, desenvolvidos no Capítulo IV desta Dissertação, designadamente:

- Conhecimento da Preexistência
- Preservação do Existente
- Adaptação ao Existente
- Integração com o Existente
- Melhoria das Condições Existentes
- Reversibilidade
- Preservação das Alterações Previamente Introduzidas
- Compatibilidade de Materiais e Sistemas Construtivos
- Visibilidade da Intervenção

35 - Remissão para o Subcapítulo 4.3.

Primeiramente, na análise dos Casos de estudo será constatada a aplicabilidade dos Princípios, mediante diferentes circunstâncias. Na eventualidade de não ter sido possível a sua aplicação, serão explicitadas quais as razões subjacentes.

Quando seja possível aferir a sua verificação, será feita uma análise da sua concretização tanto a nível funcional, construtivo como de imagem, recorrendo à descrição de exemplos concretos. A exposição das diferentes razões que condicionaram as intervenções também irá ser referida.

Serão ainda apontadas as consequências positivas e/ou negativas das diferentes opções analisadas e a sua implicação na salvaguarda e valorização dos valores patrimoniais da Casa Burguesa do Porto. Este ponto será a base para a discussão de resultados e posterior tomada de conclusões.

Por fim, haverá condições para afirmar, ou não, se determinado Princípio constituiu premissa na Estratégia.

Tendo em conta que os elementos projetuais não foram suficientes para uma compreensão aprofundada da Estratégia que liderou cada intervenção, foram realizadas entrevistas[36] aos seus Autores.

---

36 - remissão para o Subcapítulo 8.1.

5.2 | ANÁLISE DE CASOS DE ESTUDO

Análise

Conhecimento da Preexistência

A pesquisa histórica foi feita através da recolha de toda a documentação existente em arquivo camarário, nomeadamente de elementos de projeto originais [Moura & Frutuoso, 2010].

O levantamento arquitetónico compreendeu um levantamento geométrico do existente, levado a cabo através de várias visitas ao edifício, descriminando os elementos originais e as alterações previamente introduzidas, o que culminou na execução de desenhos rigorosos da preexistência [Moura, 2014].

O levantamento construtivo foi, no entanto, muito mais superficial. Recorreu-se ao desenho livre e ao registo fotográfico como base para a realização de desenhos rigorosos de alguns elementos construtivos. O estado de conservação das estruturas foi aferido sem a participação de especialistas. Foi feita uma análise através da simples aferição visual, com recurso à demolição indiscriminada dos revestimentos interiores (figura e, g), com o intuito de ter acesso aos elementos estruturais, para que fosse verificado o seu estado. De acordo com Moura [2014, p.1] "(...) Logo de início via-se que não havia problema qualquer com as paredes de pedra, não existiam problemas estruturais de maior (...)", constituindo este o pressuposto, aliado à sua experiência, para este procedimento. Assim não houve recurso a quaisquer sondagens ou ensaios estruturais, nem foi executado qualquer relatório.

Foi, assim, feita uma adaptação do conhecimento da preexistência ao estado de conservação das estruturas, e também às condicionantes económicas [Moura, 2014]. Contudo, a demolição de todos os rebocos interiores, não constituiu uma boa prática [Cracóvia, 2000].

Caso estes trabalhos tivessem sido mais exaustivos, ter-se-iam criado melhores condições para a tomada de decisões, visto que "(...) quanto maior for o estudo sobre o existente, mais informada será a intervenção e, consequentemente, mais eficaz (...)" [Teixeira, 2014, p. 564].

Preservação do Existente

De acordo com Moura [2014, p.1] o fascínio pela Casa, pela sua imagem e pelos seus valores fez com que houvesse a "(...) intenção de manter o máximo de elementos possíveis."

Ao nível funcional, os espaços foram genericamente preservados. As alterações substanciais circunscreveram-se aos compartimentos das antigas antecâmaras, que apesar de preservadas ao nível da volumetria, passaram a receber as novas instalações sanitárias e cozinhas (figura f', g'). As paredes divisórias acrescentadas posteriormente, constituíam elementos improvisados sem qualquer valor ou critério, tendo sido, portanto, demolidas [Moura & Frutuoso, 2010].

A tipologia construtiva foi também preservada, tendo sido mantidos os elementos e sistema construtivo originais. A caixilharia do alçado tardoz, alguns soalhos e a escada de acesso ao piso acrescentado foram demolidos e substituídos, devido ao estado de degradação avançado em que se encontravam. A generalidade dos rebocos foram demolidos devido: i) ao método intrusivo do levantamento (figura e); ii) ao facto de se encontrarem parcialmente soltos e apodrecidos (figura f); e iii) sobretudo por razões de teto orçamental, que de acordo com Moura [2014] eram alienáveis e primordiais. Assim, a demolição não foi criteriosa, nem houve a tentativa de

encontrar soluções de reparação (figura g).

A imagem exterior da Casa, no alçado da rua, foi preservada integralmente (figura a, a'). No alçado tardoz foram demolidos as marquises em alvenaria e todas as estruturas que haviam sido acrescentadas, por carência de valor arquitetónico (figura b, b').

Na generalidade, as demolições efectuadas deram-se devido ao estado de degradação de determinados elementos, incoerência de alguns acrescentos e à necessidade de introdução de novos espaços exigidos pelo novo programa [Moura, 2014]. No entanto, de acordo com Moura [2014] as condicionantes económicas pesaram e tiveram influência, nomeadamente na opção de demolição dos rebocos interiores e posterior substituição por gesso cartonado, o que não constituiu uma boa prática, na medida em que é sempre "(...) preferível: conservar a demolir e, em caso de demolição, esta deve ser selectiva (...)" [Teixeira, 2014, p. 565].

É importante referir que, apesar das disparidades que hoje se verificam, a legislação aplicada à área Património Mundial prestou um contributo importante, impondo a preservação da estrutura e imagem exterior da Casa.

Seria possível aferir um maior respeito pelo Princípio, caso tivesse sido feita uma maior preservação, pois a valorização do existente deve ser o objetivo primordial em qualquer intervenção. À exceção dos rebocos interiores onde houve uma maior perda, constatou-se um relativo bom senso na preservação da preexistência, tendo-se conservado os valores essenciais da Casa.

Este Princípio foi premissa na Estratégia, e o seu resultado traduz-se num contributo para a intervenção.

Adaptação ao Existente

Durante o século XX, a Casa havia sido transformada em plurifamiliar. A sua divisão tinha sido feita através da criação de dois fogos por piso, separados pela caixa de escadas central. Estes fogos tinham sido adaptados sem qualquer critério, não contemplando instalações sanitárias, nem cozinhas, o que não lhes garantia condições mínimas de habitabilidade. O programa da intervenção propunha preservar o uso da preexistência, concedendo-lhe condições de habitabilidade e conforto [Moura & Frutuoso, 2010].

Ao nível funcional, os antigos salões receberam os novos fogos; e as novas instalações sanitárias e cozinhas inseriram-se nas antigas antecâmaras - alcovas - (figura l - q), como consequência das imposições programáticas e das necessidades do uso contemporâneo, verificando-se uma adaptação aos espaços preexistentes. O espaço das alcovas sofreu alterações pontuais, tendo sido mantidas, maioritariamente, as suas divisórias e volumetria, o que demonstra uma eficaz e cuidada adaptação das novas necessidades às condicionantes da preexistência (figura g, g', h, h'). Apenas num dos salões foi introduzido um novo volume (figura f'), devido à inexistência de antecâmara que o albergasse [Moura, 2014].

No sistema construtivo, à parte das infraestruturas, não se verificaram interferências de maior em relação à preexistência.

A manutenção do uso e a introdução de um programa coerente com a Casa, adaptado à preexistência, representou uma alteração pouco significativa da sua imagem interior (figura c, c', d, d'). No exterior, a sua preservação tornou imperceptível qualquer alteração (figura a', b').

É possível afirmar o respeito pelo Princípio na Estratégia, tomando como referência a adaptação do programa e a sua modelação à preexistência, o que garantiu a sua salvaguarda.

Integração com o Existente

Ao nível funcional, o programa da intervenção impôs a criação de novos espaços. Com um programa plurifamiliar e com os fogos limitados aos antigos salões, a solução foi a integração nas "(...) divisórias originais para definir os vários espaços, nomeadamente as cozinhas e casas de banho" [Moura, 2014]. O cuidado na introdução destes espaços nos preexistentes (figura g, g', h, h') demonstra respeito pela composição espacial da Casa, afirmando-a e valorizando-a, mesmo com as condicionantes programáticas.

No que ao sistema construtivo diz respeito, as pontuais alterações efectuadas encontram-se integradas na preexistência. Exemplo disso é o novo acesso vertical para o piso acrescentado (figura p), que se insere entre a estrutura de madeira (paus rolados) do sobrado, o que garantiu a sua preservação.

Apesar da imagem assumidamente contemporânea, tanto dos novos espaços como dos elementos, estes têm uma linguagem contextual (figura c, c'), garantindo um equilíbrio com a preexistência. Mesmo no volume acrescentado num dos salões (figura f, f'), este integra-se pacificamente pelo facto de não se assumir de tal modo, que entre em confronto com a imagem da Casa [Moura, 2014].

Não ter em conta este Princípio levaria a soluções dissonantes em relação à preexistência.

O respeito pela harmonia entre os novos elementos e o existente, é motivo suficiente para demonstrar tanto que este Princípio foi premissa na Estratégia, como constatar o seu contributo.

Melhoria das Condições Existentes

O edifício, extremamente insalubre, não apresentava condições mínimas de habitabilidade devido às múltiplas divisórias que tinham sido acrescentadas. Assim, foram demolidos os acrescentos (paredes divisórias e marquises), o que garantiu a melhoria das condições existentes. Os fogos, junto ao alçado tardoz, possuíam instalações sanitárias no exterior (figura b) e cozinhas improvisadas, compostas por pouco mais do que uma banca sem saneamento (figura f') [Moura & Frutuoso, 2010]. Na intervenção, introduziram-se instalações sanitárias e cozinhas no interior de cada fogo (figura l - q), espaços elementares para um uso atual. De referir que foram preteridas as opções de inserção de elevador ou garagem, pelo prejuízo que trariam à Casa [Moura, 2014].

Ao nível construtivo, a sua preservação foi quase total, tendo sido feito apenas um trabalho de otimização. A estrutura foi reforçada, foi colocado isolamento acústico, em lã de rocha entre os pisos, foi projectado poliestireno na empena e isolada a cobertura através de poliestireno extrudido. Apenas a caixilharia do alçado tardoz, devido ao seu estado de degradação, foi substituída por outra com um desenho semelhante, em madeira, com vidro duplo (figura b') [Moura & Frutuoso, 2010, p.3].

Ao nível infraestrutural foram: i) renovadas as redes de abastecimento de água e instalações eléctricas; ii) introduzidas rede de gás e deteção de incêndios; iii) reformulado o sistema de esgotos; e iv) instalado um sistema de circulação forçada de ar, com permuta de calor, com o objetivo de garantir melhor conforto térmico [Moura & Frutuoso, 2010]. Na instalação das infraestruturas, foram aproveitadas as condutas preexistentes, tendo sido instaladas, sempre que não tivesse sido possível, entre paredes e sobrados, sendo a sua passagem facilitada pela adoção do gesso cartonado (figura d', e', f'). Esta prática facilitou a sua introdução, tendo sido feita de uma forma demasiado intrusiva, o que não constituiu uma boa prática.

A negligência deste Princípio, traria consequências negativas, tanto se não houvesse condições compatíveis

com os usos contemporâneos, como se a intenção de melhoramento se sobrepusesse à preservação da preexistência.

O respeito pelo Princípio, como premissa na Estratégia, originou uma otimização das condições de habitabilidade, criando condições suficientes para afirmar que a intervenção beneficiou da sua aplicação.

Reversibilidade

Nos novos espaços, integrados nas antecâmaras, recorreu-se a materiais leves e facilmente removíveis [Moura, 2014]. O gesso cartonado nas paredes divisórias construídas, o MDF no mobiliário e a madeira em elementos como portas e rodapés, constituem os materiais de referência (figura f'). Devido às suas características, e por não desempenharem função na estrutura primária, são opções reversíveis. Constatou-se, contudo, uma exceção em pelo menos uma das instalações sanitárias, com a introdução de uma pequena laje assente sobre a estrutura do sobrado. Esta alteração confere alguma interferência na estrutura primária, comprometendo a sua reversibilidade, pois a sua remoção provocará certamente dano na construção original, o que contraria o conteúdo do Princípio.

Pelo contrário, a substituição de todos os rebocos interiores por gesso cartonado (figura c', d', e', f', g), constitui uma solução facilmente removível, apesar de, como já referido, não ser uma boa prática.

Caso tivesse sido aplicado na íntegra o conteúdo do Princípio, este facto possibilitaria novas intervenções e, caso necessário, um regresso à condição preexistente. Contudo, apesar das exceções, verificou-se um relativo bom senso na aplicação dos novos elementos e materiais, não significando a sua remoção uma perda para a construção original.

A consideração do enunciado na Estratégia, possibilitou, ainda que com pontuais exceções, intervenções futuras com objetivos diferentes dos atuais, sem causar dano à preexistência, facto suficiente para confirmar o seu contributo.

Preservação de Alterações Previamente Introduzidas

Aquando o conhecimento da preexistência foi feito um levantamento das alterações introduzidas, concluindo-se que nenhuma tinha qualquer valor histórico, motivo que justificou a sua demolição. Tratavam-se de acrescentos improvisados em estruturas precárias, que causavam dano a nível de segurança estrutural e constituíam a razão para muitas das patologias existentes [Moura & Frutuoso, 2010].

Ao nível funcional, foram demolidas todas as paredes divisórias acrescentadas, construídas em aglomerados de madeira e a marquise em alvenaria de tijolo (figura b, b'), acrescentada no alçado tardoz [Moura, 2014].

O sistema construtivo original foi maioritariamente preservado. Porém, procedeu-se à demolição dos elementos acrescentados, como a escada de acesso ao piso acrescentado e de todas as estruturas que suportavam as divisórias [Moura, 2014].

Ao nível da imagem exterior da Casa, a demolição das alterações previamente introduzidas, nomeadamente da marquise do último piso (figura b, b'), garantiu o regresso dos valores arquitetónicos que esta havia perdido.

Parte do próprio enunciado não é aplicável, pelo simples facto de nenhuma das alterações previamente introduzidas representar evidência de caráter histórico.

Tendo sido premissa na Estratégia, a aplicação do enunciado provocou um retorno das características

próprias desta tipologia, razão pela qual é possível aferir a sua mais-valia.

Compatibilidade de Materiais e Sistemas Construtivos

O sistema construtivo, tendo sido preservado, sofreu apenas ações de reforço, através da introdução de elementos com características similares.

Ao nível dos materiais, houve também uma preferência pela preservação [Moura & Frutuoso, 2010]. A grande exceção deu-se ao nível dos rebocos interiores que foram totalmente demolidos (figura e, g). A sua substituição por uma forra em gesso cartonado não terá uma influência prejudicial em termos construtivos.

Nos novos espaços, os materiais aplicados, apesar de contemporâneos, são na generalidade compatíveis, não entrando em conflito com as características preexistentes. A nova laje de betão sobre a estrutura do sobrado, constitui uma exceção, verificando-se em pelo menos uma das instalações sanitárias, o que foi uma solução completamente incompatível e sem garantias de desempenho futuro. O betão representa um exemplo notável de um material que pela suas características físicas, químicas e mecânicas não se adequa à preexistência, criando graves problemas de incompatibilidade [Teixeira, 2014].

De acordo com Moura [2014], as condicionantes económicas terão impedido o uso de materiais e técnicas tradicionais nos revestimentos substituídos. Em relação à opção de criar a laje de betão, não se conseguiu aferir qual a motivação.

Na generalidade, constatou-se bom senso na introdução dos novos elementos e materiais, mas as exceções verificadas puseram em causa o integral respeito pelo Princípio.

O conteúdo do enunciado, quando respeitado, permitiu a harmoniosa convivência entre o novo e o antigo, condição essencial para garantir a durabilidade da intervenção, o que por si só atesta o seu contributo.

Visibilidade da Intervenção

Apesar das circunstâncias externas, tanto programáticas como o estado de degradação do edifício, foi possível a preservação da preexistência.

No interior, os novos espaços, assumem uma imagem atual, convivendo, porém, de forma serena com a preexistência, valorizando-a (figura f, f'). Os revestimentos das paredes e tetos assumem também uma imagem contemporânea (figura g, g', h, h'), não competindo com a preexistente.

No exterior, a imagem foi preservada rigorosamente, ao nível formal e material (figura a, a'). A exceção deu-se no alçado tardoz (figura b, b'), pois a caixilharia por se apresentar irrecuperável, foi substituída por uma nova, claramente referenciada à preexistente, mas com um desenho menos pormenorizado, evitando o mimetismo.

É importante referir que a preservação da imagem exterior constituiu uma imposição regulamentar, devido ao facto da Casa estar inserida na Área Classificada, Património Mundial. Neste caso, a legislação traz sem dúvida uma mais-valia, pois limita a descaracterização que as Casas Burguesas do Porto têm sido alvo.

O uso de uma linguagem contemporânea, não dissonante em relação à preexistente, garante que sejam evitados contrastes, tanto com o edifício como com a sua envolvente.

Este Principio, claramente premissa na Estratégia, garantiu a preservação e valorização da imagem preexistente e a possibilidade de identificação dos tempos de cada intervenção.•

Análise

Conhecimento da Preexistência

Foram realizados um conjunto de trabalhos de pesquisa histórica, levantamento arquitetónico e construtivo.

Foi assim efetuada: i) uma pesquisa histórica do edifício e da envolvente, que culminou na redação de uma nota histórica; ii) um levantamento geométrico e planimétrico do existente, com recurso a métodos tradicionais, nomeadamente tubo de água para o estabelecimento de níveis; iii) um levantamento fotográfico com especial enfoque nos elementos de valor, representativos das várias fases do edifício; e iv) um levantamento construtivo do existente. Neste último recorreu-se ao desenho livre como base para a realização de desenhos rigorosos da preexistência, descriminando o original e as alterações previamente introduzidas, tendo sido feita a descrição do seu estado em texto. De acordo com Amaral [2014, p.1], o estado de conservação das estruturas do edifício foi aferido através de "[...] uma consultoria com engenheiros [...]" superficial, não tendo sido realizada qualquer sondagem ou ensaio estrutural.

Tratou-se de um ajuste do conhecimento da preexistência ao estado de conservação do edifício e às condicionantes económicas [Amaral, 2014].

Uma maior profundidade nestes trabalhos poderia ter evitado a demolição e a substituição de determinados elementos ou partes do edifício, como por exemplo a demolição da estrutura do piso acrescentado [figura h], pois a "[...] maximização dos estudos e do conhecimento sobre um edifício existente deverá originar a minimização da intervenção." [Teixeira, 2014, p. 551].

A informação recolhida criou condições suficientes, mas não ótimas, para orientar e justificar a necessidade e dimensão da intervenção [Carta de Cracóvia, 2000].

Preservação do Existente

De acordo com Amaral [2014], a preservação do existente constitui uma "[...] mais-valia a nível de linguagem arquitectónica, não só na ideia de manter a fachada mas todo o trabalho artesanal que faz parte do património do século XVIII e XIX."

Ao nível funcional, os espaços foram genericamente preservados sendo que as alterações substanciais cingiram-se aos espaços das antigas antecâmaras [figura f, f', g, g']. As paredes divisórias acrescentadas posteriormente eram elementos estranhos à Casa tendo, por esse facto, sido demolidas [figura l, m, n, o].

A tipologia construtiva foi genericamente preservada. Foram mantidos os elementos e sistema construtivo originais, à exceção do piso acrescentado e da estrutura da cobertura, que segundo o diagnóstico apresentavam-se irrecuperáveis, tendo sido substituídos por elementos com características similares. Também outros elementos pontuais como tetos no último piso [figura g, g'], revestimentos de paredes e caixilharia no alçado tardoz [figura b, b''] foram também substituídos pelas mesmas razões.

A imagem da Casa foi preservada com bastante cuidado e rigor. Note-se o caso da preservação das serralharias, caixilharias e de todos os seus elementos construtivos constituintes do alçado da rua [figura a, a']. No alçado tardoz foram demolidos todos os acrescentos [figura b, b'], pois tal como as divisórias interiores, eram

elementos dissonantes, prejudiciais para a integridade do sistema construtivo do edifício [Amaral, 2012].

As demolições efectuadas ocorreram apenas devido ao estado de degradação de determinados elementos, incoerência de alguns acrescentos e à necessidade de introdução de novos espaços exigidos pelo novo programa [Amaral, 2012].

Uma maior preservação constituiria um maior respeito, pois a valorização e preservação do existente deve prevalecer em qualquer intervenção como objectivo incontornável. Contudo, a criteriosa demolição demonstrou bom senso e respeito pela preexistência. As alterações conformaram pequenas modificações funcionais e construtivas, evitando a perda das características essenciais da Casa.

A preservação do existente foi fundamental como premissa na Estratégia, pois permitiu a salvaguarda das características fundamentais da Casa, facto suficiente para atestar o seu contributo.

Adaptação ao Existente

A Casa originalmente unifamiliar tinha sido transformada em plurifamiliar mas sem qualquer critério. No programa da intervenção previa-se a manutenção do uso preexistente mas era imposta a criação de novos fogos com determinadas condições de conforto, habitabilidade e área útil o que implicou alterações funcionais, nomeadamente a criação de novos espaços e acessos verticais no interior destes (figura f'), agora organizados em duplex [Amaral, 2012].

Ao nível funcional adaptaram-se os novos espaços aos preexistentes. Os fogos inseriram-se nos antigos salões (figura e'') e as novas instalações sanitárias, cozinhas e acessos verticais internos, inseriram-se nas antigas antecâmaras (figura f', g'). Estes espaços sofreram alterações mas na generalidade foram mantidas as suas divisórias e volumetria [Amaral, 2014]. Os fogos em dúplex constituem uma alteração significativa mas encontram-se plenamente adaptados aos espaços preexistentes.

Em relação ao sistema construtivo não se constataram alterações relevantes, com exceção dos novos acessos verticais internos.

Ao nível da imagem, tanto interior como exterior, a Casa sofreu alterações pouco significativas (figura a', b', d', e').

Os novos espaços e elementos inseridos são consequência das imposições programáticas e das necessidades de adaptação a um uso contemporâneo.

Um programa completamente compatível com a preexistência constituiria uma mais-valia pois garantiria uma menor alteração da mesma. No entanto, a adaptação ao existente em relação aos novos espaços refletiu o respeito pela premissa de que "No caso de introdução de um novo programa, este deve adaptar-se às preexistências e não o contrário." [Teixeira, 2014, p.565]. Assim, na Estratégia definiram-se as diretrizes para uma intervenção compatível e moldada às condicionantes da Casa, não a descaracterizando em prol de um novo programa, o que garantiu o seu sucesso.

A adaptação ao existente foi premissa na Estratégia, garantindo que apesar do novo programa fossem valorizadas as características genéricas da Casa, razão suficiente para afirmar o seu contributo.

Integração com o Existente

A introdução de um programa plurifamiliar rígido e as reduzidas dimensões dos espaços preexistentes determinaram a criação de fogos duplex, dotados de novos espaços. A solução foi a integração nas antecâmaras dos acessos verticais internos (figura f', m), instalações sanitárias e cozinhas [Amaral, 2012]. Assim, houve a manutenção "(...) das divisórias existentes que faziam parte da configuração original do edifício, como matriz de referência para integrar os novos espaços a desenhar." [Amaral, 2014]. (figura m, n) Apenas no piso acrescentado, previamente demolido, foi feita uma organização espacial totalmente nova (figura p, h').

No que ao sistema construtivo diz respeito, os novos elementos, como os acessos verticais internos inseridos entre a estrutura dos pisos, e a nova estrutura do piso acrescentado, demonstram sensibilidade e integração na preexistência.

Os novos espaços e elementos integram-se harmoniosamente também quanto à sua imagem. Apesar de assumirem uma "(...) linguagem da arquitetura atual." [Carta de Cracóvia, 2000], através da sua forma e materiais, são sensíveis às características da Casa, afastando soluções dissonantes (figura g', f').

Os novos espaços inseridos são consequência das imposições programáticas e das necessidades de uso atual.

A integração dos novos espaços nos preexistentes, como nas antecâmaras, e dos novos elementos no sistema construtivo preexistente, como a estrutura do piso acrescentado, refletem respeito e valorização da Casa, pois não contrastam com o edifício como um todo, nem tão pouco com o tecido urbano que o envolve. É respeitada assim a premissa de que "A adição de novos elementos deve integrar-se harmoniosamente com o existente (...) rejeitando-se soluções de confronto e de rotura com o caráter unitário das preexistências." [Teixeira, 2014, p. 566]. Uma completa alienação da preexistência levaria à introdução de corpos estranhos e contrastantes com as suas características, o lhe que retiraria valor.

A integração com o existente foi premissa na Estratégia, permitindo a valorização das características tipológicas da Casa, evitando torná-la um pano de fundo da nova intervenção.

Melhoria das Condições Existentes

A demolição das divisórias e das marquises (figura b, b'') previamente acrescentadas foi o primeiro passo para a melhoria das condições de habitabilidade. Os antigos fogos eram extremamente precários e insalubres, os seus espaços apresentavam-se pouco iluminados, subdivididos sem qualquer critério e na sua maioria não possuíam cozinha. Apenas os fogos correspondentes ao alçado tardoz contavam com instalações sanitárias, ainda que no exterior (figura b).

Em cada um dos novos fogos, com a demolição das divisórias acrescentadas, conseguiram-se introduzir instalações sanitárias no interior assim como cozinhas, espaços fundamentais para um uso atual (figura f', l, m , n, o , p). Ainda em termos programáticos e de ordem funcional, foram postas de parte quaisquer ações mais intrusivas como seriam a introdução de elevador ou garagem, pelo prejuízo que trariam à Casa [Amaral, 2014].

Em relação ao sistema construtivo, apesar de genericamente preservado, procedeu-se à sua optimização. A estrutura foi pontualmente reforçada tendo sido aplicado um isolamento acústico, em lã de rocha entre os pisos. As estruturas da cobertura e do piso acrescentado, em ruína, foram substituídas por novas com características

similares às originais, tendo sido igualmente isoladas térmica e acusticamente com poliestireno extrudido e lã de rocha. Ao nível dos alçados, a opção foi preservar o existente sem intervir. Apenas a caixilharia do alçado tardoz, que se apresentava irrecuperável (figura b), foi substituída por uma nova com desenho e material semelhantes mas com vidro duplo e corte térmico (figura b').

Ao nível infraestrutural foi: i) introduzido um sistema de água quente alimentado por painéis solares, localizados na cobertura; ii) reformulado o sistema de esgotos e feita a sua ligação ao ramal de saneamento público; e iii) foi refeito todo o sistema eléctrico. De referir que estas infraestruturas foram introduzidas e/ou reformuladas o menos intrusivamente possível, sendo ocultados pelo desvão da caixa de escadas [Amaral, 2014].

A criação de condições para um uso atual não pôs em causa a salvaguarda, enquanto premissa basilar da Reabilitação, pois foram consideradas as condicionantes da Casa [Amaral, 2014]. Foi considerada assim a premissa de que uma "(...) intervenção sobre um edifício tem o dever de melhorar as condições do existente.", respeitando o equilíbrio entre o preexistente e o novo [Teixeira, 2014, p.566]. O não respeito deste Princípio conduziria a uma solução incoerente com os usos contemporâneos, ou então à destruição das características típicas da Casa.

A melhoria das condições existentes foi premissa na Estratégia, garantindo a criação de condições para um uso atual em equilíbrio com a preexistência, o que demonstra a sua mais-valia.

Reversibilidade

Todos os acrescentos foram demolidos, com critério, pois eram desprovidos de valor. Nos novos espaços, plenamente integrados, recorreu-se a materiais leves e facilmente removíveis como o MDF, o gesso cartonado e a madeira (figura a). Estes materiais pela sua leveza e pelo facto de não desempenharem função na estrutura primária, constituem opções claramente reversíveis, sem causar dano à estrutura original (figura f', g'). A maior alteração deu-se nas novas escadas (figura f', m , n), nos duplex. Nestes casos, o uso da madeira e a sua inserção entre a estrutura existentes demonstra a preocupação de minimizar a interferência no sistema construtivo preexistente [Amaral, 2014]. Os materiais em toda a Casa seguiram mais ou menos esta prorrogativa: foram preservados; se tal não fosse possível, foram substituídos por semelhantes. Nos novos espaços foram introduzidos os materiais leves e de fácil remoção, já referidos.

O sistema construtivo foi na generalidade preservado, tendo sido apenas substituídas a estrutura do piso acrescentado (figura h') e da cobertura. Em ambos os casos, a opção foi a aplicação de uma estrutura semelhante em madeira [Amaral, 2014].

As limitações impostas à reversibilidade deram-se devido ao estado de degradação de determinados elementos e estruturas e à necessidade de introdução de novos espaços exigidos pelo novo programa [Amaral, 2012].

Uma reversibilidade plena conduziria a uma solução que garantiria, no futuro, se necessário, o regresso à solução preexistente. No entanto, houve bom senso na introdução dos novos elementos e materiais de modo a que não fossem criadas barreiras a futuras intervenções, com objectivos distintos dos atuais. Deste modo a reversibilidade plena, pelas limitações impostas revelou-se impossível mas constatou-se o cuidado em garantir que os novos elementos fossem "(...) passíveis de remoção sem provocar danos à construção original (...)" [Teixeira, 2014, p. 567].

A não aplicação do Princípio poderia provocar problemas estruturais graves e comprometer o caráter evolutivo que marca a tipologia da Casa Burguesa desde a sua formação.

A reversibilidade foi premissa na Estratégia, abrindo portas para intervenções futuras, sem causar dano à Casa, confirmando o valor do uso do Princípio.

Preservação de Alterações Previamente Introduzidas

Na fase do conhecimento da preexistência foram descriminadas as alterações que a Casa sofrera ao longo dos tempos concluindo-se que nenhuma possuía valor histórico, não se justificando a sua preservação. Tratavam-se de acrescentos construídos sem qualquer critério e que causavam dano a nível de segurança estrutural, de identidade e de salubridade. Respeitando a segunda premissa do Princípio, foram demolidos todos estes acrescentos.

Ao nível funcional, foram demolidas todas as paredes divisórias acrescentadas, as marquises no alçado tardoz e o anexo acrescentado no logradouro (figura b, b').

Em relação ao sistema construtivo, procedeu-se à demolição de todas as estruturas e elementos acrescentados, tal como a escada de tiro para o 1º andar. O sistema construtivo era na generalidade original, tendo sido preservado quase na sua totalidade [Amaral, 2014].

Ao nível da imagem exterior da Casa, a demolição de todas as marquises e anexos no alçado tardoz, proporcionou o regresso dos seus valores e características típicas (figura b'). O alçado da rua havia sido previamente alterado com o fecho do vão central do piso térreo em alvenaria (figura c) e, por tal não constituir uma alteração com valor, retomou-se a imagem original com os respetivos elementos (figura c').

A aplicabilidade do próprio Princípio em si não pôde ser total, justamente porque nenhuma das alterações previamente introduzidas, sem exceção, possuíam qualquer valor histórico. Para tal, a identificação das alterações previamente introduzidas aquando do conhecimento da preexistência foi determinante.

É possível afirmar que o facto deste Princípio ter sido premissa na Estratégia, permitiu um acréscimo de valor e clareza à Casa, o que confirma o seu contributo.

Compatibilidade de Materiais e Sistemas Construtivos

O sistema construtivo, como anteriormente referido, foi preservado na sua generalidade. Como exceção, a estrutura do piso acrescentado e da cobertura foram demolidas e substituídas por estruturas semelhantes em madeira, diferindo apenas no rigor do corte, composto agora por elementos esquadriados. De resto, as substituições de elementos construtivos foram pontuais, efectuadas com elementos semelhantes em termos materiais [Amaral, 2012].

Ao nível dos materiais houve também uma preferência pela preservação. Quando tal não foi possível optou-se pela substituição por materiais tradicionais, com características similares [Amaral, 2014]. Exemplo desta opção foi a substituição dos revestimentos das paredes interiores, de meação e de compartimentação em que foram aplicadas argamassas de saibro e cal, semelhantes às preexistentes (figura d'). Como último recurso, e por questões de limitação orçamental e de mão de obra, foi utilizado o gesso cartonado em alguns tetos (figura f', g').

Nos novos espaços, dentro das antecâmaras e no piso acrescentado, foram também introduzidos materiais novos como o gesso cartonado, MDF e ladrilhos cerâmicos (figura f', g'). A aplicação destes materiais, pela sua leveza e por não entrarem em confronto com a estrutura do edifício, demonstra a sua compatibilidade. No último

piso é de notar a escada de tiro que deixou de ser em madeira e passou a ser em ferro, material frequentemente usado na Casa, mas não nesta função.

A substituição de elementos construtivos ou de materiais deveu-se apenas ao estado de degradação em que os preexistentes se encontravam (figura d, h).

A introdução de novos elementos e materiais foi feita com bom senso "permitindo assim uma sã convivência entre o novo e o antigo." [Freitas *et al.*, 2012]. Uma completa alienação do tema da compatibilidade poderia criar problemas estruturais graves e danos irreversíveis [Teixeira, 2014].

A compatibilidade de materiais e do sistema construtivo foi premissa na Estratégia, garantindo a durabilidade e eficácia da intervenção, motivo bastante para certificar o seu mérito.

Visibilidade da Intervenção

A preexistência, como anteriormente referido, foi preservada o máximo possível apesar das condicionantes, relacionadas com a degradação e com o programa, colocadas à partida [Amaral, 2012].

No interior, o espaço das antecâmaras, agora correspondente às instalações sanitárias, cozinha e acessos verticais, assume uma imagem contemporânea, mas não contrastante (figura f', g'). O mesmo aconteceu no piso acrescentado e no seu acesso vertical que apesar de totalmente novos, integram-se na imagem preexistente (figura h'). No exterior, os novos elementos - caixilharia do alçado tardoz (figura b') e a da janela do piso térreo do alçado de Rua (figura c') e também do piso acrescentado - têm a mesma lógica. No caso da caixilharia há uma clara referência à preexistente, através do uso da madeira "(...) mantendo a bandeira, mantendo a ideia da porta-janela com uma almofada (...)" [Amaral, 2014], mas com um desenho menos pormenorizado e mais simplificado, evitando o pastiche.

O facto dos novos elementos assumirem uma linguagem contemporânea mas não dissonante em relação à preexistência demonstra valorização e respeito pela Casa e ainda o reconhecimento da sua importância na imagem da Cidade (figura a"). É respeitada assim a premissa de que a "(...) adição de novos elementos ou partes deve traduzir o seu tempo, garantindo assim a distinção entre o que é novo em relação ao antigo e evitando o mimetismo (...) mas também soluções dissonantes." [Teixeira, 2014, p. 569]. O não respeito por este Princípio conduziria à criação de um forte contraste, tornando a Casa um pano de fundo da nova intervenção, ou por outro lado poderia levar à indefinição relativamente aos tempos de intervenção, sendo que ambos, certamente, lhe retirariam valor.

Tendo sido uma premissa na Estratégia, o enunciado permitiu a valorização das características genéricas da Casa, através da clara definição entre o atual e o preexistente, numa plena harmonia tanto da sua imagem interior como exterior.

em relação à tipologia construtiva da Casa Burguesa do Porto.

Apesar da ausência quase total de preexistência, tantas vezes forçada em intervenções de carácter "fachadista", nesta intervenção o objectivo foi o de "(...) resgatar a memória da Casa portuense, na sua unicidade matricial, na sua profundidade, na sua variedade de pés-direitos, na sua riqueza decorativa, enfim, na sua autenticidade ainda que encarnada por uma condição contemporânea." [Grande & Grande, 2012, p.2].

Por uma questão de coerência de critério, somente é analisada a Estratégia e a Intervenção da reconstrução, visto que somente esta foi alvo de reconhecimento público no âmbito do Prémio João de Almada. No entanto, são referidos determinados aspetos da primeira intervenção, sempre que seja pertinente para o estudo. A análise tem como parâmetros os Princípios enunciados nas Cartas e Recomendações internacionais.

Análise

Conhecimento da Preexistência

Os trabalhos traduziram-se num levantamento arquitetónico e construtivo do existente e no resgate da pesquisa histórica e de projecto, executados na primeira intervenção [Grande & Grande, 2012].

O levantamento arquitetónico compreendeu um levantamento geométrico do existente, in situ, que culminou na execução de desenhos rigorosos da preexistência (figura j' - o').

O levantamento construtivo baseou-se numa reportagem fotográfica do existente (figura a', b', c', d') e numa avaliação das estruturas remanescentes, com recurso a especialistas. Devido ao facto das paredes de meação desempenharem função na estrutura principal da Casa, foi-lhes dada especial atenção, através da execução de uma análise rigorosa do seu estado e das suas patologias [Grande *et al.*, 2014].

A pesquisa histórica não foi executada nesta fase, mas foi recuperada. Havia sido feito um trabalho de recolha da documentação disponível em arquivo camarário, nomeadamente de elementos de projeto originais, e uma investigação ao nível da tipologia funcional e construtiva da Casa Burguesa do Porto [Grande & Grande, 2012].

O conhecimento da preexistência foi assim ajustado ao estado de conservação da Casa, que se apresentava em ruína e, por esse motivo, a aplicabilidade do Princípio foi amplamente condicionada [Grande *et al.*, 2014].

Uma completa alienação da sua importância, conduziria a soluções pouco esclarecidas e consequentemente alheadas das condicionantes e do significado da Casa.

É possível confirmar o respeito pelo Princípio, o que garantiu uma Estratégia bem informada, condição fundamental para o seu rigor, precisão e eficácia [Teixeira, 2014].

Preservação do Existente

Na primeira intervenção, o programa estabelecido e principalmente o estado da preexistência permitiram que fossem preservadas todas as características da Casa. Os espaços, o sistema construtivo, os seus elementos e materiais foram salvaguardados, (figura a - e) numa Estratégia de intervenção sensível à importância da preexistência [Grande *et al.*, 2014].

Na segunda intervenção, a preexistência correspondia a uma ruína (figura a', b', c', d'), havendo assim muito pouco para preservar. Todas as características funcionais e de uso haviam desaparecido, e do seu sistema construtivo restavam apenas as paredes exteriores e uns residuais elementos completamente carbonizados [Grande & Grande, 2012].

De acordo com Grande *et al.* [2014], apesar da preexistência ser diminuta, houve a tentativa de recuperar as memórias perdidas através do trabalho de "evocação", anteriormente enunciado. Sem dúvida que, resgatar algumas das características que desapareceram, através de uma linguagem contextual, constitui uma mais-valia em termos de integração. No entanto, esta questão ultrapassa o âmbito da preservação do existente, na medida em que se aproxima de uma recriação.

Pela exiguidade da preexistência, pelo seu estado de degradação, pela perda quase total dos seus valores arquitetónicos e das suas "(...) características técnicas, espaciais, decorativas e cromáticas insubstituíveis (...)"

[Carta de Cracóvia, 2000], não se verificaram os pressupostos para a aplicabilidade do Princípio.

Adaptação ao Existente

Na primeira intervenção, a Casa havia sido adaptada a um empreendimento de turismo de habitação. Apesar de constituir uma alteração em termos de uso, o novo programa integrava-se harmoniosamente na organização funcional preexistente (figura j – o), evitando demolições e alterações espaciais. Ao nível dos espaços apenas foram adicionadas instalações sanitárias, em estruturas pré-fabricadas em madeira (figura f), dentro dos antigos salões [Grande *et al.*, 2014]. Estas opções garantiram a adaptação do novo programa às características tipológicas preexistentes.

Com o incêndio, as características funcionais perderam-se por completo, tendo restado somente a ruína, que passou a constituir a nova preexistência (figura a', b', c', d'). Quanto ao programa proposto para a segunda intervenção, não houve alterações [Grande & Grande, 2012].

De acordo com Grande *et al.* [2014], a importância das características funcionais, apreendida na primeira intervenção, conduziu à recriação, ainda que contextual, da mesma lógica espacial (figura j'' – o''), nesta segunda intervenção. Esta opção, apesar de demonstrar respeito em relação às características tipológicas do contexto em que se insere, encontra-se fora do conteúdo do Princípio. O seu teor aponta para a necessidade de adaptação dos programas às características funcionais existentes, evitando a sua descaracterização [Teixeira, 2014]. Devido ao facto de se terem perdido todas as características tipológicas, da organização e da sequência dos espaços internos, não foi possível reunir as premissas para a aplicabilidade do conteúdo do Princípio.

Integração com o Existente

Na Reabilitação, constatou-se a preservação generalizada das características funcionais e construtivas preexistentes (figura a, b, d, e). Quando se deu a introdução de novos espaços ou elementos, foi respeitado o equilíbrio da composição espacial do edifício, e foi afirmada a sua contemporaneidade (figura f), através de uma linguagem atual, mas não dissonante em relação ao caráter unitário das preexistências, o que demonstrou respeito e valorização da Casa [Teixeira, 2014]. Deste modo, a integração com o existente foi concretizada com sucesso.

O vazio deixado pelo incêndio (figura a', b', c', d') impôs na reconstrução, a criação de um novo interior (figura c'', d'', e'', f'') com novos materiais, com um novo sistema construtivo e com uma nova organização espacial. À exceção dos elementos remanescentes, que foram preservados, (figura a'', b'') todos os elementos são novos.

Deste modo, o facto do conteúdo do Princípio se focar na integração funcional, material e de linguagem dos novos elementos, numa preexistência consolidada, aqui inexistente, demonstra que neste Caso o seu conteúdo deixou de fazer sentido, e portanto, não foi aplicável [Cracóvia, 2000].

Melhoria das Condições Existentes

Na reconstrução, ao nível funcional, apesar de ter sido replicada a mesma lógica espacial da Casa, os espaços foram redimensionados, de forma a garantirem uma melhor resposta ao programa da intervenção (figura j'' – o''). Assim, foi possível incluir instalações sanitárias nas zonas comuns de todos os pisos, bem como em todos os

quartos (figura f'). A introdução de elevador constituiu uma novidade e significou uma otimização ao nível das acessibilidades. Foram, no entanto, preteridas quaisquer ações mais intrusivas, como seria o caso da introdução de uma garagem, pelo prejuízo que trariam à preexistência [Grande *et al.*, 2014].

No que ao sistema construtivo diz respeito, a nova estrutura em betão armado, constitui uma solução descontextualizada em relação à tipologia preexistente. No entanto, ao nível da melhoria das condições existentes, permitiu a introdução de isolamento acústico nas lajes e nas paredes divisórias, assim como isolamento térmico na cobertura. Ao nível dos alçados, a opção passou por colocar isolamento em lã de rocha pelo interior, forrado com gesso cartonado (figura e'', f''), o que representa uma ação pouco intrusiva em relação à preexistência. Apenas a caixilharia dos alçados, que se mostrava irrecuperável, foi substituída por outra (figura f'') em madeira, com vidro duplo e corte térmico [Grande & Grande, 2012].

Ao nível das infraestruturas, as novas coretes verticais permitiram a introdução de todas as redes necessárias (abastecimento de água, esgotos, rede de gás, deteção de incêndios, instalações elétricas, entre outras), essenciais para um uso atual [Grande *et al.*, 2014].

Numa reconstrução, como é o caso, toda a legislação relativa à construção de raiz torna-se aplicável, e portanto a melhoria das condições existentes constituiu um imperativo [Reis, 2011]. Por outro lado, a exiguidade da preexistência e o facto da intervenção ser quase toda nova fez com que a melhoria das condições existentes fosse algo expectável, e até evidente.

Constatou-se que apesar da dissonância que o novo sistema construtivo representou, foram asseguradas condições coerentes com os padrões de habitabilidade atuais, o que corresponde ao respeito pelo enunciado no Princípio.

Reversibilidade

Na primeira intervenção, a preservação da estrutura preexistente, dos seus elementos e dos espaços, constituíram os motes da Estratégia. A par destes factos, a introdução pontual de estruturas (figura f) e materiais (figura c) com um carácter efémero e facilmente removíveis, demonstrou o respeito pelo conteúdo do enunciado de que se trata. Assim, foi garantido um suficiente grau de reversibilidade, possibilitando intervenções futuras com outros propósitos, e se necessário o regresso a uma solução anterior [Teixeira, 2014].

A segunda intervenção, herdou um vazio como preexistência. Ao nível da estrutura primária, apenas haviam restado as paredes de meação, (figura e') que se apresentavam de tal modo danificadas pelo fogo, encastramento de vigas e rasgos de coretes, que não davam garantias de segurança para que fosse, sobre elas, assente uma estrutura de madeira com características semelhantes às preexistentes [Grande *et al.*, 2014].

De acordo com Grande *et al.* [2014], o estado da preexistência determinou a execução de uma estrutura independente. Uma estrutura de betão com dois corpos centrais que suportam as lajes, foi a solução encontrada (figura j'' – o''). A intenção foi preservar a preexistência, dando especial atenção ao contacto entre as duas estruturas [Grande *et al.*, 2014]. Assim, foram executadas vigas de bordadura, paralelas às paredes de meação e de fachada, como limite da nova estrutura, solução que garante que não lhes seja apoiada carga. Importa referir que esta opção, apesar de tudo, constitui uma solução completamente descontextualizada da tipologia construtiva da Casa preexistente, só justificável pelo facto de se tratar de uma obra quase totalmente nova [Teixeira, 2014].

O espírito do conteúdo do Princípio menciona que sobre uma estrutura consolidada, não sejam introduzidos

elementos e alterações de tal modo profundas que impossibilitem a sua remoção sem danificar a construção original e que não seja posta em causa a possibilidade de regresso à solução anterior [Teixeira, 2014]. Pelo facto de não existir uma estrutura consolidada propriamente dita, e do regresso à solução anterior não fazer qualquer sentido, por se tratar de uma ruína, constatou-se que as orientações enunciadas no Princípio não encontraram aplicabilidade no Caso em estudo.

Preservação de alterações previamente introduzidas

Na segunda intervenção, aquela de que se está a tratar, o carácter da preexistência (figura a' - f') impossibilitou a identificação de quaisquer alterações que eventualmente pudessem ter sido anteriormente introduzidas [Grande *et al.*, 2014]. Assim, não existiam quaisquer elementos previamente acrescentados que constituíssem evidência de carácter histórico e que, portanto, merecessem ser preservados, nem tão pouco elementos que perturbassem a identidade do edifício e a sua segurança estrutural, e que por isso devessem ser demolidos.

Devido à falta destas premissas, de que trata o enunciado do Princípio em causa, é possível afirmar que este não foi aplicável ao Caso em estudo.

Compatibilidade de materiais e sistemas construtivos

Na primeira intervenção, a preservação máxima do sistema construtivo preexistente, a substituição dos materiais e elementos degradados, por outros com características similares (figura d, e), e pontualmente por materiais contemporâneos (figura c) mas adequados aos preexistentes, constituíram os motes de uma Estratégia perfeitamente compatível [Grande *et al.*, 2014].

Na reconstrução, muito pouco havia para compatibilizar. Devido a questões de opção formal, o betão foi a solução encontrada para a nova estrutura [Grande *et al.*, 2014]. Este novo sistema construtivo, descontextualizado, como já referido, não é compatível com as paredes de meação, mas devido ao facto de não lhes tocar, nem lhes apoiar carga, torna-se isento. Acredita-se que esta opção terá também sido influenciada pela tradição moderna de construir em betão em Portugal, e em que as estruturas de madeira são preteridas por falta de conhecimento técnico e mão-de-obra disponível.

O conteúdo do Princípio aponta para a recomendação em preservar o sistema construtivo do edifício preexistente e, apenas quando seja imperativa, a substituição de determinados elementos, em ações de reparação e beneficiação, executada através daqueles que se adeqúem ao nível físico, químico e mecânico com os existentes, garantindo assim a compatibilidade e durabilidade da intervenção [Teixeira, 2014].

No Caso em estudo, o facto da preexistência estar limitada às paredes exteriores (figura e', f') e de não existir um sistema construtivo propriamente dito para compatibilizar, fez com que não estivessem reunidas as premissas para que as orientações do Princípio encontrassem uma efetiva aplicabilidade.

Visibilidade da intervenção

Na segunda intervenção, toda a preexistência remanescente foi preservada. Em relação aos novos elementos, a Estratégia foi similar tanto no interior, como no exterior da Casa: apesar de assumirem uma linguagem

contemporânea, desde logo pela sua materialidade, recorreram à "evocação" da imagem perdida, como meio para resgatar alguma da memória preexistente. De acordo com Grande *et al.* [2014] o betão aparente, um material que podia "(...) do ponto de vista da imagem, mudar extremamente a perceção que se tinha daquele espaço, acabou por funcionar ao contrário, tornando-se amável em relação a esse espaço."

No interior, os tetos decorados com baixos-relevos, (figura f'') remetem para a decoração dos preexistentes e os materiais "fossilizados" nas paredes, (figura c'', d'') como os tabuados no corpo da caixa de escadas, tentam evocar a essência da Casa original [Grande & Grande, 2012].

No exterior, no alçado da rua (figura a'') foram preservados os vãos, a porta, os pilares do piso acrescentado e toda a estrutura preexistente. Os elementos irrecuperáveis foram substituídos: a nova caixilharia, claramente referenciada à preexistente, apresenta um desenho mais simplificado; o piso acrescentado foi refeito, transportando para o exterior a nova intervenção, através da caixilharia assumidamente contemporânea e da laje de betão à vista. Estes elementos, pelo seu desenho e pelo facto de seguirem os alinhamentos preexistentes, não representam uma solução dissonante, mas antes integrada na envolvente [Grande *et al.*, 2014].

No alçado tardoz, a lógica foi similar (figura b''): os vãos foram preservados, assim como a coluna das instalações sanitárias, a escadaria e toda a estrutura remanescente. O facto do incêndio ter destruído as marquises (figura b'), fez com que a intervenção tivesse aqui mais presença. A opção foi transportar a intervenção para o exterior, assumindo o alçado em betão à vista. Apesar do novo material, os vãos das marquises, semelhantes aos preexistentes e o betão moldado por uma chapa ondulada em analogia à preexistente, demonstrou respeito pelo espírito da Casa [Grande *et al.*, 2014].

Deste modo, é possível confirmar que foi respeitada a premissa de que à "(...) escala urbana, as novas intervenções, acrescentos ou reconstruções, deverão rejeitar o pastiche mas também a opção por soluções dissonantes." [Teixeira, 2014, p. 569].

O respeito pelo conteúdo do Princípio foi sem dúvida essencial na Estratégia, pois permitiu que através de uma linguagem contextual, numa intervenção quase totalmente nova, fosse valorizada a memória e a identidade da Casa preexistente, e ainda fosse garantida a sua integração harmoniosa no contexto urbano, facto suficiente para atestar o seu contributo.

Princípios		Casos de Estudo		
		Edifício na Rua de São Miguel	Edifício na Rua Pinheiro	Casa do Conto
Conhecimento da Preexistência		✓	✓	✓
Preservação do Existente	Tipologia Funcional	✓	✓	—
	Tipologia Construtiva	✓	✓	—
	Imagem	✓	✓	—
Adaptação ao Existente		✓	✓	—
Integração com o Existente		✓	✓	—
Melhoria das Condições Existentes	Tipologia Funcional	✓	✓	✓
	Tipologia Construtiva	✓	✓	✓
	Infraestrutura	✓	✓	✓
Reversibilidade		✓	✓	—
Preservação das Alterações Previamente Introduzidas	Preservação Alterações com valor	—	—	—
	Demolição Alterações sem valor	✓	✓	—
Compatibilidade	Materiais	✓	✓	—
	Sistema construtivo	✓	✓	—
Visibilidade da Intervenção		✓	✓	✓

Figura 189 - Quadro de resultados da análise dos casos de estudo. ✓ Aplicação integral ✓ Aplicação parcial devido a fatores externos — Não aplicável

5.3 | Discussão de Resultados

Ao longo desta Dissertação, sempre se fez alusão à relevância que a Estratégia adquire no seio do processo de intervenção. Apontada como o cerne da questão e como uma lacuna por preencher a nível de divulgação, pretendeu-se demonstrar a sua importância no processo de projeto com base em referências doutrinárias.

Na composição desta fase do processo, os Princípios enunciados nos documentos internacionais ocupam um papel preponderante. Estes consensos, ponderados pela comunidade científica, apontam caminhos para a salvaguarda. Por conseguinte, a sua aplicação traduzir-se-ia numa mais-valia para o património.

Segundo Teixeira [2014] os Princípios apoiam, validam e são o guia para as intervenções, permitindo assim a sua qualificação. Partindo deste raciocínio, revelou-se pertinente a sua corroboração, recorrendo a Casos de estudo. Esta análise teve como finalidade a validação dos Princípios, enquanto premissas incontornáveis da Estratégia, e a verificação da sua aplicabilidade à tipologia da Casa Burguesa do Porto, objeto de estudo desta Dissertação.

Como já referido, todos os Casos selecionados têm em comum um grau de exemplaridade, confirmada pelo facto de terem sido premiados pelos seus pares. Pretende-se, através da verificação da validade das Estratégias e atitudes tomadas, contribuir para a sua divulgação e, consequentemente, potenciar a sua repetição pela Cidade, enquanto exemplos de "boas práticas".

Terminada a análise, é possível apontar um leque de conclusões obtidas.

Na ausência de condicionantes, verificou-se, nos Casos em estudo, o respeito pelos enunciados dos documentos internacionais, razão que confirma a sua exemplaridade. Entenda-se que não se pretende, nesta Dissertação, apurar ou avaliar a qualidade arquitetónica, mas tão-somente a garantia de salvaguarda nas intervenções.

Nas Estratégias analisadas, constatou-se uma relação entre o respeito integral pelos Princípios e a valorização e preservação da preexistência, não tendo resultado deste facto nenhum prejuízo para a mesma. Estas atitudes traduziram-se na garantia pela salvaguarda dos edifícios, objetivo primordial de qualquer intervenção sobre o património. Já a aplicação parcial dos enunciados, tanto na forma de demolições injustificadas, como de situações de incompatibilidades estruturais, acarretou dano para a preexistência, descaracterizando-a, como se verificou no Caso da rua de S. Miguel, quanto à questão dos rebocos e lajes acrescentadas.

Através dos resultados obtidos, o contributo que os Princípios conferem às Estratégias, torna-os imprescindíveis.

Aferiu-se que fatores externos, nomeadamente económicos, programáticos e de mão-de-obra, determinaram a não aplicação integral do conteúdo de determinados enunciados, o que se traduziu em prejuízo para o património. Estes fatores revelaram que, aquando da aplicação concreta dos Princípios, é necessário encontrar um equilíbrio, ponderando a salvaguarda em harmonia com estas condicionantes. Ao invés, a localização numa zona protegida, no Caso do edifício na rua de S. Miguel, representou uma condicionante positiva, na medida em que a legislação aplicável a esta área impôs a preservação dos elementos da fachada e da estrutura preexistentes, o que, sem dúvida, em muito contribuiu para a sua salvaguarda. É de salientar que esta legislação se aplica apenas a uma fração da área da cidade do Porto, Centro Histórico, deixando toda a restante malha urbana em que a tipologia em estudo está presente à mercê da descaracterização generalizada, que hoje é regra.

Além dos fatores apontados, também a preexistência demonstrou ser uma condicionante, porém, da própria aplicabilidade dos Princípios. Constatou-se que à medida que a preexistência é menor, a lógica de aplicabilidade vai-se reduzindo. Exemplo do referido é o Caso da Casa do Conto em que a ausência quase total de preexistência fez com que a verificação de alguns dos Princípios fosse ínfima ou mesmo inexistente. Contudo, é importante salientar que mesmo quando esta não é total, a intenção de respeitar, ou seja, o facto de ter sido premissa na Estratégia, transparece na execução, contribuindo para a valorização da Casa. Não obstante, é de mencionar que o estado de completa ruína constitui uma situação extrema, não representativa da realidade da cidade do Porto.

Devido a todas estas condicionantes, a leitura e interpretação dos Princípios tem de ser flexível, pois só assim

é possível moldar o seu conteúdo a cada caso.

Ao longo da análise efetuada, foi possível constatar a adaptabilidade do conteúdo dos Princípios a cada intervenção, reafirmando a ideia já apontada da sua não rigidez. Confirmou-se assim que, nos diferentes Casos, tendo o mesmo enunciado como premissa, foram aplicadas soluções distintas. Frise-se que esta flexibilidade não pode ser confundida com uma extrema liberdade de ação, na medida em que a mesma deve tender para o anonimato, preterindo a intenção da autoria em favor da salvaguarda.

Apurou-se, ainda, que a experiência dos Autores contribuiu para o carácter de exemplaridade das intervenções. A experiência adquirida permitiu-lhes desenvolver uma sensibilidade em relação às questões que envolvem a salvaguarda patrimonial, e um conhecimento profundo da tipologia funcional e construtiva em estudo, promovendo o destaque das suas intervenções, em relação à regra verificada na malha urbana do Porto - a demolição em vez da salvaguarda.

Importa descortinar qual a relevância do conhecimento prévio do conteúdo dos enunciados. Será que os Princípios são tão universais e naturais que mesmo desconhecendo-os, tende-se para a sua aplicação? Será que toda a problemática se reduz ao senso comum? Concluiu-se já anteriormente que o motivo da exemplaridade dos Casos analisados se prende exatamente pela verificação dos Princípios, desprovendo, então, a discussão de sentido. Assim: a tendência natural, ou não, dos Autores para o seu uso, perde a sua pertinência quando se verifica que foi devido à sua utilização que os Casos analisados foram considerados exemplares, o que só reafirma a necessidade do seu conhecimento. O que se defende não é um fundamentalismo ou uma aplicação seguida à risca, mas sim a imperatividade de ter os Princípios como uma referência na tomada de decisões, não as deixando apenas dependentes de um factor falível como é o bom senso. Sem dúvida que este é fundamental na aplicação dos Princípios mas nunca poderá ser a única base de determinação das Estratégias.

Findo o estudo e retiradas conclusões, pretende-se difundir e consciencializar os profissionais com responsabilidade sobre o património edificado corrente, acerca do benefício da aplicação dos Princípios enunciados nos documentos internacionais, desmistificando a sua hipotética rigidez. Decorrente dos argumentos apontados,

conclui-se que realmente os Princípios validam as Estratégias e são, assim, fundamentais para a sua concepção, garantindo o alcance, do que deve ser o objetivo primordial de qualquer intervenção, da salvaguarda do património.

A inversão da descaracterização da Casa Burguesa na cidade do Porto é inadiável, sendo as Estratégias, informadas pelos Princípios de intervenção, um contributo irrefutável para esta causa.

VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações Finais

O estudo desenvolvido nesta Dissertação representou uma tentativa de apontar uma resposta para um dos principais problemas que marca, na atualidade, as intervenções na Casa Burguesa do Porto: a regra instaurada de descaracterização e desmantelamento das características da sua tipologia funcional e construtiva, concretizadas através de intervenções pouco informadas e esclarecidas, acerca do que deve ser o objetivo final de qualquer intervenção sobre o património edificado, a sua salvaguarda.

Como complemento das conclusões obtidas na Discussão de Resultados, expõem-se aqui algumas Considerações Finais.

Entende-se pertinente reforçar a ideia de que com o estudo efetuado não se pretende afirmar como determinista a solução encontrada nem tão-pouco como única resposta.

Com a investigação executava e respetivos resultados obtidos, tenciona-se: i) alertar para a necessidade de inverter a realidade que tem pautado as intervenções na Casa Burguesa do Porto, ainda muito centrada em ações "fachadistas"; ii) contribuir para a discussão em torno da "ética de conservação" de que os intervenientes na ação sobre esta tipologia não se podem alienar; iii) despertar para a urgência de garantir a salvaguarda da herança patrimonial aqui estudada, de forma a que esta seja transmitida às gerações vindouras, com autenticidade; iv) difundir o conteúdo dos documentos internacionais, que apesar do seu contributo inquestionável, continuam a ser pouco reconhecidos; essencialmente vi) informar e esclarecer opções e decisões aquando da intervenção na Casa Burguesa do Porto; e vii) potenciar a repetição dos exemplos das "boas práticas", analisados nos Casos.

Importa referir que esta Dissertação apenas constituiu uma humilde tentativa de criar um contributo para a problemática que se propôs abordar, tendo sido feito somente um enfoque quanto ao esclarecimento de decisões.

Somente no decurso da investigação foi possível compreender a dimensão e causas que estão na origem da

descaracterização, desmantelamento e degradação do património, que em larga medida ultrapassam o âmbito desta Dissertação. Questões do foro político, social, económico, normativo e de mão-de-obra foram preteridos no conteúdo da pesquisa, em favor de um trabalho focalizado somente no relevo que as Estratégias informadas adquirem no processo de intervenção. É necessário referir que a sobrevivência do património edificado está totalmente dependente da sua utilização, ou seja, só ocupados os edifícios poderão manter-se. Neste sentido, as intervenções terão de se adequar às exigências atuais quer de hábitos, regulamentares ou até mesmo dos meios disponíveis, pelo que qualquer intervenção terá de compatibilizar estes factos com os valores existentes, que não só constituem um legado como o carácter do edificado. De certo que todos estes fatores se cruzam, de maneira influenciadora e condicionante, mas nem por isso pode ser permitida a desconsideração das Estratégias.

Encontra-se satisfeita uma das pretensões desta Dissertação, caso este estudo possa estimular incursões que relacionem todos os fatores não abordados, em investigações futuras, certamente mais capazes de apontar uma solução transversal. Estas contribuiriam para a possibilidade de aferição, concretamente, do impacto que as condicionantes expostas têm na aplicação dos Princípios e de que maneira poderá esse impacto ser atenuado.

No que se refere à análise efetuada, o recurso a Casos exemplares entendeu-se ser a opção mais viável para a finalidade de corroboração do enunciado teórico realizado no Capítulo IV, havendo a consciência de que não é uma amostra suficientemente ampla. O alargamento do campo de estudo à análise de Estratégias de intervenção representativas de "más práticas" e a sua confrontação com os enunciados dos Princípios, verificando como a sua consideração poderia ter evitado determinados resultados, constituirá, sem dúvida, um estudo pertinente.

Não pode ser tolerada a subsistência da postura negligente, que hoje se verifica no Porto, relativamente às intervenções no edificado corrente. Tem de existir uma atitude consciencializadora do valor que a herança patrimonial, que nos foi deixada, possui. É essencial continuar a compreender e apreender a origem dos problemas e propor soluções que os erradiquem, ou pelo menos que diminuam a sua prejudicialidade, de modo a garantir a salvaguarda da Casa Burguesa do Porto.

VII
glass verre glas
calei dosc ópio
© PEDRA LÍQUIDA
CASA DO CONTO – STORY 2
70
FRANÇOISE CHOAY
Reabilitação de Edifícios Antigos
Patologias e tecnologias de intervenção
Edições ORION
calei dosc ópio

REFERÊNCIAS

Fotografia da autoria de Luís Fernandes

calei
dosc
ópio

Bibliográficas

Aguiar, J. (2002). *Cor e cidade histórica. Estudos cromáticos e conservação do património.* Porto: Edições Faup.

Aguiar, J. (2011). Do oito para o oitenta. *Pedra & Cal.* 49, p.54

Amaral, B. (2012). *Reabilitação de edifício habitacional na Rua Pinheiro - Candidatura Prémio João de Almada 2012.*

APRUPP (2014). *Comunicado sobre o "Prémio Nacional de Reabilitação Urbana".* Retirado em Junho 20, 2014 de http://aprupp.org/2014/05/05/comunicado-sobre-o-premio-nacional-de-reabilitacao-urbana/

Bismarck, P. (2013). *Sru: da farsa à tragédia.* Retirado em Novembro 18, 2013 de http://www.revistapunkto.com/2013/04/sru-da-farsa-tragedia-pedro-bismarck.html

Casanovas (Org.). (2007). *Método Rehabimed. Arquitetura Tradicional Mediterrânea.* Retirado em Março 23, 2014, de http://www.rehabimed.net/Publicacions/Metode_Rehabimed/II.%20Rehabilitacio_Ledifici/ES/1a%20Parte.pdf

Conferência Internacional sobre Conservação (2000). *Carta de Cracóvia: Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído.* Retirado em Novembro 12, 2013 de http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf

Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, 2 (1964). *Carta de Veneza: Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e dos Sítios.* Retirado em Novembro 11, 2013 de http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf

Conselho da Europa - Congresso sobre o Património Arquitetónico Europeu (1975). *Carta de Amesterdão: Carta Europeia do Património Arquitetónico.* Retirado em Novembro 12, 2013 de http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITetoNICO.pdf

Convenção Mundial do Património (1994). *Carta de Nara: Documento de Nara sobre a Autenticidade.* Retirado em Novembro 12, 2013 de http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/documento-de-nara-sobre-a-autenticidade.pdf

Costa, A. (2012). Arquitetura como arte de transformar. *Prémio João de Almada 25 anos.* 8.

Domingues, A. (2013). *O Bestiário vai às Cardosas.* Retirado em Junho 20, 2014 de http://www.revistapunkto.com/2013/04/bestiario-vai-as-cardosas-alvaro.html

Domingues, J. (2002). *O Património e a imagem da cidade.* Prova final, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto.

Fernandes, F. (1999). *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade.* Porto: Edições Faup.

Fernandes, J. (2009). *Reabilitação urbana. Reabilitação do edificado no Centro do Porto e a sua viabilidade.* Prova final, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto.

Ferrão, B. (1985). *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadas 1758/1813.* Porto: Edições Faup.

Figueiredo, V. (2001). *Intervenção na cidade histórica. A experiência da área Ribeira-Barredo.* Prova final, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto.

Freitas, V. (Org.) (2012). *Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos*. Porto: Ordem dos Engenheiros da Região Norte.

Freitas, V., Sousa, H., Costa, A. & Quintela, M. (2012). Reabilitação de edifícios In Freitas, V. (Org.). *Manual de apoio ao projeto de reabilitação de edifícios antigos* (pp. 20 - 29). Porto: Ordem dos Engenheiros da Região Norte.

Grande, A. & Grande, N. (2012). *Casa do Conto - Candidatura Prémio João de Almada 2012.*

Grande, N. (2009). *Reabilitação da baixa do Porto: Faltam incentivos ao pequeno investidor*. Retirado em Maio 16, 2014 de http://jpn.c2com.up.pt/2009/07/21/reabilitacao_da_baixa_do_porto_faltam_incentivos_ao_pequeno_investidor.html

Grande, N. (2013). *A cidade , entre o efeito Barcelona e o efeito Bilbau. O exemplo do Porto.* Retirado em Novembro 19, 2013 de http://www.revistapunkto.com/2013/04/a-cidade-entre-o-efeito-barcelona-e-o.html

Henriques, F. & Jorge, V. (1996). *Carta de Veneza. Carta internacional sobre a conservação e o restauro dos monumentos e dos sítios 1964.* Retirado em Fevereiro 17, 2014 de http://icomos.fa.utl.pt/documentos/cartasdoutrina/sppc1.pdf

Icomos (2013). *Declaração do Porto.* Retirado em Janeiro 7, 2014 de http://www.revistapunkto.com/2013/11/declaracao-do-porto-icomos.html

Icomos (1987). *Carta para a Salvaguarda das Cidades históricas.* Retirado em Novembro, 10, 2013 de http://icomos.fa.utl.pt/documentos/cartasdoutrina/sppc1.pdf

Lopes, F. (1996). *Cartas e convenções internacionais. Património arquitetónico e arqueológico.* Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico.

Lopes, N. (2006). *Reabilitação de caixilharias de madeira em edifícios do século XIX e início do século XX. Do restauro à selecção exigencial de uma caixilharia: o estudo do caso da habitação corrente portuense.* Tese de mestrado, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto.

Loza, R. (Org.) (2000). *Porto Património Mundial III, CRUARB 25 anos de reabilitação urbana.* Porto: Câmara Municipal do Porto

Loza, R., Delgado, A. & Guimarães, M. (2010). *Plano de gestão. Centro Histórico do Porto Património Mundial.* Porto: Câmara Municipal do Porto

Loza, R. (2005). O papel que deverão assumir as Sru na revitalização das cidades portuguesas In Quinta, F. (Org.). *Sebenta SRU. Sociedades de reabilitação urbana.* (pp. 55-67). Lisboa: Dinalivro

Lnec (1987). *Cartas e convenções internacionais sobre o património arquitetónico europeu.* Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Meireles, H. (2006). *Identidade e metamorfose. Transformações da imagem da Casa Burguesa do Porto.* Prova final, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto.

Moura, J. & Frutuoso, P. (2010). *Reabilitação de edifício na Rua de São Miguel - Candidatura Prémio João de Almada 2010.*

Neto, M. (2002). Carta de Cracóvia 2000. Os princípios de restauro para uma nova Europa. *Património Estudos, 3,* 93-99.

Neto, M. (2006). A propósito da Carta de Veneza (1964-2004). Um olhar sobre o património arquitetónico nos últimos 50 anos. *Património Estudos, 9,* 91-99.

Neves, J. (Ed.) (2012). *Pedra Liquida. Casa do Conto – História 1 + História 2.* Lisboa: Uzina books.

Oliveira, E. & Galhano, F. (1992). Casa urbana. *In Arquitetura tradicional portuguesa* (pp. 309-360). Lisboa:

Publicações Dom Quixote.

Paiva, J., Aguiar, J. & Pinho, A. (2006). *Guia técnico de reabilitação habitacional.* Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Oliveira, E. & Galhano, F. (1992). Casa urbana. *In Arquitetura tradicional portuguesa* (pp. 309-360). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Paiva, J., Aguiar, J. & Pinho, A. (2006). *Guia técnico de reabilitação habitacional.* Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Pinho, A. (2009). *Conceitos e politicas europeias de reabilitação urbana. Análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais.* Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

Porto Vivo, Sru (s.d.). *Apresentação.* Retirado em Outubro 21, 2013, de http://www.portovivosru.pt/sub_menu_1_1.php

Quinta, F. (Org.) (2005). *Sebenta SRU. Sociedades de reabilitação urbana.* Lisboa: Dinalivro.

Reis, J. (2011). *Regulamentação versus Reabilitação. Aplicação à Casa Burguesa do Porto.* Tese de Mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto.

Rego, G. (2012). Introdução. *Prémio João de Almada 25 anos.* 6.

Roche, D. (1998). *História das coisas banais. Nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (séculos XVII – XVIII).* Lisboa: Editorial Teorema.

Silva, P. (2005). Sociedades de reabilitação urbana, um novo paradigma? In Quinta, F. (Org.). *Sebenta SRU. Sociedades de reabilitação urbana.* (pp. 5-9). Lisboa: Dinalivro

Távora, F. (Org.) (1969). *Estudo de renovação urbana do Barredo.* Porto: Câmara Municipal do Porto.

Teixeira, J. (2004). *Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal.* Provas de aptidão pedagógica e capacidade cientifica. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto.

Teixeira, J. (2014). *Salvaguarda e valorização do edificado habitacional da cidade histórica.* Metodologia de intervenção no sistema construtivo da Casa Burguesa do Porto. Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto.

Teixeira, J. & Póvoas, R. (2012). Caracterização da construção tradicional do Norte de Portugal In Freitas, V. (Org.). *Manual de apoio ao projeto de reabilitação de edifícios antigos* (pp. 33 – 61). Porto: Ordem dos Engenheiros da Região Norte. Engenheiros da Região Norte.

Unesco (1976). *Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a sua função de vida contemporânea.* Retirado em Novembro, 10, 2013 de http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001140/114038s.pdf

Fonte de Imagens

Figura 1 a 13 - Fernandes, F. - Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade.
Figura 14 - Teixeira, M. - Habitação Popular na cidadã oitocentista. As ilhas do Porto
Figura 15 a 22 - Fernandes, F. - Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade.
Figura 23 - https://www.flickr.com/photos/jccortina/
Figura 24 a 26 - Fotografias da autoria de João Moura
Figura 27 a 30 - Freitas, V. (Org.) - Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos.
Figura 31 - Fotografia da autoria de João Moura
Figura 32 - Freitas, V. (Org.) - Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos.
Figura 33 - http://cppm-arquitectura.com/
Figura 34 - Freitas, V. (Org.) - Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos.
Figura 35 e 36 - Fotografia da autoria de Attilio Fiumarella, gentilmente cedida por Bernardo Amaral
Figura 37 - Fotografia da autoria de João Moura
Figura 38 e 39 - Freitas, V. (Org.) - Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos.
Figura 40 - Fotografia da autoria de João Moura
Figura 41 - http://outra-face.blogspot.pt/
Figura 42 - Fotografia da autoria de João Moura
Figura 43 - Fotografia da autoria do Atelier Pedra Liquida
Figura 44 e 45 - Freitas, V. (Org.) - Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos.
Figura 46 - http://commons.wikimedia.org/wiki/
Figura 47 - http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/
Figura 48 - Friso cronológico do autor
Figura 49 - http://foiassimk.blogspot.pt/
Figura 50 - https://ssru.wordpress.com/2014/05/30/a-culpa-essa-vadia-por-ssru/vadia-015/
Figura 51 e 52 - http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/
Figura 53 e 54 - http://portoarc.blogspot.pt/
Figura 55 a 61 - Távora, F. (Org.) - Estudo de renovação urbana do Barredo. Porto: Câmara Municipal do Porto.
Figura 62 e 63 - http://foiassimk.blogspot.pt/
Figura 64 - http://portodocrime.blogspot.pt/
Figura 65 - http://fotos.afasoft.net/
Figura 66 - https://sites.google.com/site/migrationinterface/
Figura 67 - http://ssru.wordpress.com/
Figura 68 - http://www.portovivosru.pt/
Figura 69 e 70 - http://www.archdaily.com.br/
Figura 71 e 72 - http://www.revistapunkto.com/
Figura 73 - http://portojofotos.blogspot.pt/

Figura 74 a 76 - http://www.revistapunkto.com/
Figura 77 - http://www.publico.pt/
Figura 78 - http://www.portosombrio.blogspot.com/
Figura 79 - Organograma do autor adaptado de [Casanovas, 2008] e [Teixeira, 2014]
Figura 80 a 82 - Fotografias da autoria de Bernardo Amaral
Figura 83 - http://www.ncrep.pt/
Figura 84 e 85 - Fotografias da autoria de Bernardo Amaral
Figura 86 a 88 - http://www.ncrep.pt/
Figura 89 a 91 - Fotografias da autoria de Bernardo Amaral
Figura 92 - Fotografia do autor
Figura 93 e 94 - Fotografias da autoria de João Moura
Figura 95 - http://ssru.wordpress.com/
Figura 96 e 97 - http://portojofotos.blogspot.pt/
Figura 98 - http://www.revistapunkto.com/
Figura 99 e 100 - https://maps.google.pt/
Figura 101 a 108 - Fotografias da autoria de João Moura, (a - h) Caso de estudo Rua de S. Miguel.
Figura 109 a 116 - Desenhos da autoria de João Moura e Paulo Frutuoso, (i - q) Caso de estudo Rua de S. Miguel.
Figura 117 a 124 - Fotografias da autoria de Pedro Camelo, gentilmente cedida por João Moura, (a - h) Caso de estudo Rua de S. Miguel.
Figura 125 - https://maps.google.pt/
Figura 126 a 133 - Fotografias da autoria de Bernardo Amaral, (a - h) Caso de estudo Rua Pinheiro.
Figura 134 a 140 - Desenhos da autoria de Bernardo Amaral, (i - p) Caso de estudo Rua Pinheiro.
Figura 141 a 149 - Fotografias da autoria de Attilio Fiumarella, gentilmente cedida por Bernardo Amaral, (a - h) Caso de estudo Rua Pinheiro.
Figura 150 - https://maps.google.pt/
Figura 151 a 156 - Fotografias da autoria do Atelier Pedra Liquida, (a - f) Caso de estudo Casa do Conto.
Figura 157 a 164 - Desenhos da autoria do Atelier Pedra Liquida, (g - o) Caso de estudo Casa do Conto
Figura 165 a 170 - Fotografias da autoria do Atelier Pedra Liquida, (a - f) Caso de estudo Casa do Conto.
Figura 171 a 175 - Desenhos da autoria do Atelier Pedra Liquida, (j - o) Caso de estudo Casa do Conto
Figura 176 a 181 - Fotografias da autoria de Fernando Guerra, gentilmente cedida pelo Atelier Pedra Liquida, (a" – f") Caso de estudo Casa do Conto.
Figura 182 a 188 - Desenhos da autoria do Atelier Pedra Liquida, (g"- o") Caso de estudo Casa do Conto
Figura 189 - Quadro de Resultados do autor
Figura 190 a 192 - https://maps.google.pt/

VIII

ANEXOS

Fotografia da própria autoria

8.1 | ENTREVISTAS

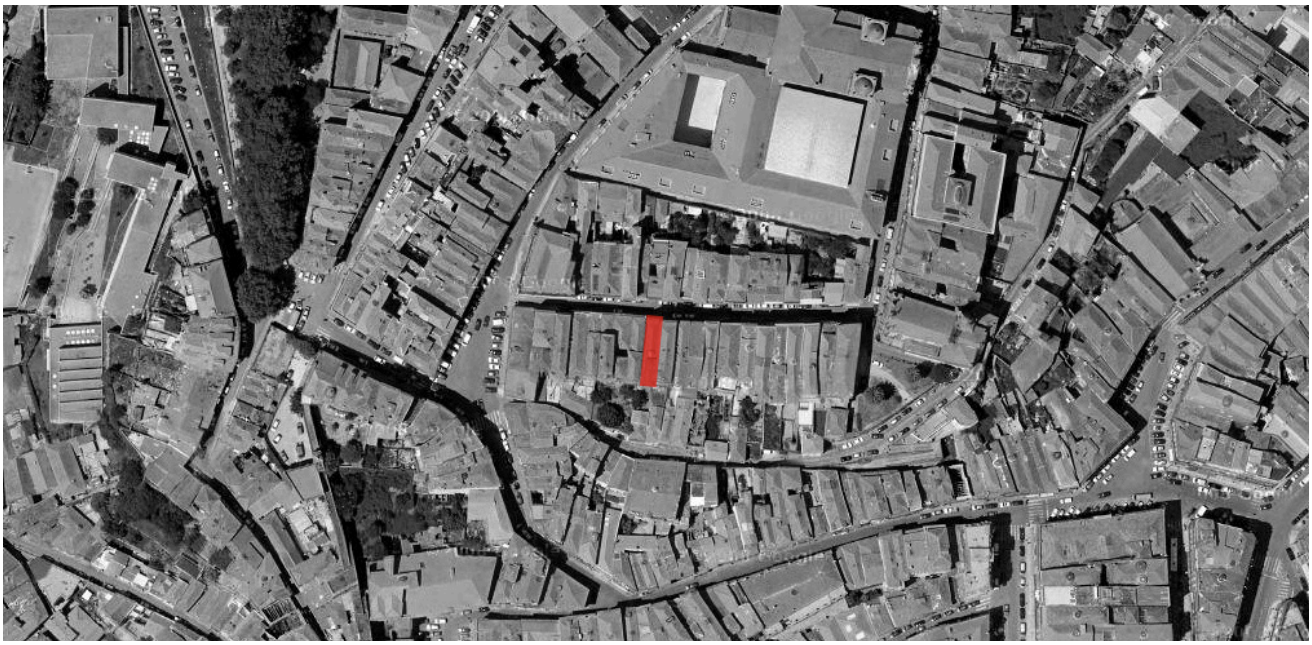


Figura 190 - Imagem satélite da localização do caso de estudo.

8.1.1 | Caso de Estudo _ Edifício na Rua de São Miguel

Entrevista _ Arquiteto João Moura

1 - A definição da Estratégia de intervenção foi precedida de levantamentos, inspecções ou diagnósticos da preexistência? No que consistiram? O conhecimento do existente foi determinante para a elaboração do diagnóstico? Resumidamente, em que estado se encontrava a preexistência?

Sim, mas fi-lo mesmo antes de comprar o edifício. O levantamento consistiu em visitas ao edifício, onde estivemos a ver as condições de, acima de tudo, carpintarias. Logo de início via-se que não havia problema qualquer com as paredes de pedra, não existiam problemas estruturais de maior. Aliás, é uma coisa rara de se ver nos vários edifícios que visitei. As nossas principais preocupações foram ao nível da estrutura e das carpintarias. A caixa de escadas estava em bom estado, haviam muitas carpintarias em bom estado, inclusive soalhos de riga, mas de resto pouca coisa foi aproveitada.

O levantamento das anomalias foi feito a olho e não com recurso a engenheiros. Uma pessoa vai ganhando experiência. Para comprarmos aquele edifício vimos muitos, muitos outros. Muitas vezes, há coisas que uma pessoa pensa que são recuperáveis e não são, e há outras que pensa que estão estragadas, e são recuperáveis. Só levantando o soalho é que conseguimos perceber. Havia soalhos de riga que eu pensava que, pelo aspeto superficial, estavam muito podres mas na realidade estavam óptimos.

Em termos de higiene, aquilo estava uma desgraça. Tinha muito lixo. Tinha coisas abandonadas, de pessoas que viveram lá. Em termos sanitários estava uma desgraça.

Havia dois fogos – originalmente antigos quartos ou salas – que tinham sido subdivididos, alguns deles em quatro espaços em que cada um teria menos de 10m^2. Cada fogo teria aproximadamente 35m^2. Havia ainda outro fogo no espaço de um corredor, onde agora é um espaço de armazenamento, com cerca de 6m^2, onde

antes vivia uma mãe e uma filha.

2 - Conhecida a forma como foi elaborado o conhecimento da preexistência, queria agora perceber alguns aspetos relativos à estratégia que guiou a intervenção neste edifício. A preservação da preexistência constituiu um mote da Estratégia de intervenção? Como se traduziu esse objectivo?

Sim, tentámos manter o máximo possível, desde que o estado do mesmo o justificasse. Mas, claro, que foi também por questões de custos. O fascínio pelo antigo foi o que me prendeu. É um trabalho que hoje em dia já não se faz.

Mantivemos o sistema construtivo mas depois houve uma adaptação espacial em cada apartamento. Só os apartamentos nas traseiras é que tinham casa de banho e eram aquelas casas de banho no exterior. Nós passámos todas as casas de banho para o interior. Fizemos uma adaptação dos vários apartamentos. Cada um ficou com uma casa de banho e uma kitchenet . É a tipologia básica que se pode ver nas plantas. Tínhamos intenção de manter o máximo de elementos possíveis. Conseguimos manter as caixas de escadas, as portas de entrada, todas essas estruturas e algumas divisórias interiores que usámos para definir as cozinhas e casas de banho.

3 - Em relação à preservação das alterações introduzidas no edifício. A preservação das alterações substanciais introduzidas no edifício, ao longo do tempo, constituiu um objectivo da estratégia? Houve algum critério? Como se traduziu na intervenção?

Não, foram retiradas. Não eram importantes e eram de fraca qualidade. Eram paredes de tabique muito mal feitos, do género estrutura de madeira com platex.

O critério na preservação foi manter o máximo possível do original, retirar os elementos bastardos e adaptar às necessidades contemporâneas.

4 - Em relação à adaptação ao existente. Foi preservado o uso original, ou houve uma adaptação do edifício a um novo uso? O que implicou essa alteração?

O uso original era de uma casa unifamiliar com os espaços para serventia. Já tinha há muito tempo passado a ser prédio de rendimento com vários apartamentos, apesar de não terem sido feitas obras para isso. Cada um adaptou como podia ou queria. O nosso trabalho consistiu na transformação do edifício em seis apartamentos, adaptando-o a essa realidade. Já o era, na realidade, mas não estava adaptado para isso.

Há um grande distanciamento, hoje em dia, entre o que prevê a lei, em relação à regras de higiene, salubridade e segurança, e o mundo real. Há prédios sem o mínimo de condições. Muitas vezes nem percebem que as pessoas não atualm nem fazem obras por existir essa burocracia toda.

As alterações principais da nossa obra foram dar condições ao edifício e colocar cozinhas e casas de banho em cada fogo.

5 - Em relação à integração com o existente. Houve a intenção de integrar os novos espaços na tipologia funcional preexistente? Como se traduziu essa opção?

Sim. Cada caso é um caso. Cada piso tinha divisórias interiores diferentes, não é um edifício novo em que a planta repete-se piso a piso. Mas tentámos sempre usar as divisórias originais para definir os vários espaços, nomeadamente as cozinhas e casas de banho.

6 - Em relação à melhoria das condições existentes. A melhoria das condições preexistentes, de modo a garantir condições para o uso atual, foi um dos objectivos da Estratégia de intervenção? Como se traduziu essa melhoria em termos funcionais, construtivos e arquitetónicos?

Sim, claro. Em termos construtivos, tentámos dotar o edifício de melhores condições de conforto térmico e acústico. A introdução de cozinha e casa de banho em cada fogo é, desde logo, um grande avanço.

A grande queixa que temos tido lá, e que se calhar podíamos ter dado maior atenção, é o isolamento acústico entre os vários pisos. Foi aplicado lã de rocha em duas camadas mas como não há massa entre os pisos, isso constitui uma certa dificuldade, em particular nos ruídos de percussão. Como o soalho é de 22mm isso também dificulta o isolamento.

7 - Em relação à reversibilidade da intervenção. A reversibilidade da intervenção foi tida em conta na estratégia? Ou seja, foram evitadas soluções que pela sua profundidade impossibilitem futuras intervenções ou o regresso à solução anterior? Como se traduziu esta preocupação?

A preexistência já o condicionou. Nós não podíamos ter feito muito diferente do que o que fizemos. Mas ao deixarmos espaços amplos abertos, os espaços poderão funcionar, num futuro, com outros usos, por exemplo, como escritório. Está pensado para ser adaptado ao que o mercado oferece mais hoje em dia. Não tenho esperanças de encontrar uma família rica que queira ir viver para a Rua de S. Miguel, nos dias de hoje. Por questões construtivas foi feito em tabique, porque não podemos pôr muito peso sobre o existente.

8 - Em relação à compatibilidade de materiais e técnicas construtivas. A compatibilidade entre os materiais e técnicas construtivas, preexistentes e novos, foi tida em conta na Estratégia de intervenção? Para isso promoveu-se o uso de materiais e técnicas tradicionais? Como se traduziu esta preocupação? O que impediu a aplicação das práticas tradicionais?

Não usámos muito as técnicas tradicionais. Os caixilhos de trás que tiveram de ser refeitos foram feitos em madeira, o soalho teve de ser em madeira. De resto, os revestimentos e as infraestruturas foram feitas com o recurso a técnicas recentes – nas caixilharias foi usado vidro duplo, foi aplicado isolamento térmico entre os pisos e na empena, e utilizado o pladur em algumas divisórias. Mas a estrutura continua a ser toda em madeira. Há uma adaptação às técnicas recentes mas não levado ao extremo do uso de cimento e tijolo nas paredes. Não faz sentido, a meu ver, em termos funcionais e não é permitido hoje em dia no Centro Histórico. Só se for um projecto SRU é que te deixam fazer em betão.

Por uma questão económica não foi possível a utilização de técnicas tradicionais. Isto era um programa RECRIA, portanto, íamos ter pessoas a morar lá, a pagar rendas controladas. É óbvio que isso não dá rentabilidade

para se estar a pagar a estucadores para se fazer tetos como haviam antigamente, ou carpinteiros para fazer portas como haviam antigamente. Tentámos ser pragmáticos.

9 - Em relação à visibilidade da intervenção. Houve a intenção de afirmar a intervenção em relação à preexistência? Como foi feito?

Houve um grande respeito, em particular na fachada principal. Mantivemos os caixilhos e a sua cor. Houve um respeito quase total. Estivemos à procura de azulejos iguais para colmatar. Nisso tenho que agradecer à Câmara e ao Depósito de Materiais – não eram exactamente iguais mas eram parecidos. Em relação à rua, a fachada era virada a Norte, portanto o sol não lhe batia e a madeira não apodrecia. Os caixilhos estavam num relativo bom estado. Sendo a custos controlados, mantivemos aqueles caixilhos mesmo com as perdas térmicas que isso significa. Quem mora lá agora queixa-se bastante disso. Mas é sempre um equilibro entre o respeito e a funcionalidade.

No interior fomos mais pragmáticos. Não nos passou pela cabeça embarcar numa aventura dessas, estar a refazer tabiques e estuques antigos. Percebe-se que são elementos novos. Qualquer olho treinado percebe que os tetos são de pladur porque têm aquelas alhetas que se vêm em qualquer casa de hoje em dia.

Estes respeitos que nós tivemos na recuperação não foi só opção nossa mas também uma condicionante da legislação devido à localização do edifício – está na área classificada. Ali não se pode mexer em fachadas nem na estrutura. Para tal é preciso uma autorização do IGESPAR e só é concedida a projectos de grande envergadura.

10 - Quais foram, em síntese, os critérios, princípios, ou conceitos que constituíram a Estratégia de intervenção no edifício?

Recuperar e adaptar com respeito. Usámos técnicas que se adaptassem aos métodos construtivos existentes.

A nível estrutural não existiam problemas de maior, ou seja, aqui a intervenção foi mínima. Tentámos fazer uma intervenção o mais económica e respeitosa possível. E aqui estes dois conceitos juntam-se para manter ao máximo os elementos existentes.•

Figura 191 - Imagem satélite da localização do caso de estudo.

8.1.2 | Caso de Estudo _ Edifício na Rua do Pinheiro

Entrevista _ Arquiteto Bernardo Amaral

1 - A definição da Estratégia de intervenção foi precedida de levantamentos, inspecções ou diagnósticos da preexistência? No que consistiram? O conhecimento do existente foi determinante para a elaboração do diagnóstico? Resumidamente, em que estado se encontrava a preexistência?

Sim, eu e um colega fizemos o levantamento. Tirámos todos os níveis, para além do levantamento planimétrico. Tivemos que tirar todos os níveis porque a casa estava bastante irregular, nomeadamente nos pisos. Tirámos os níveis com o sistema tradicional, com tubo com água. A nível de sondagens, não foi feita uma sondagem recorrendo a engenheiros. Fiz uma consultadoria com engenheiros conhecidos que foram verificar o estado dos barrotes, dos apoios, ou seja, das estruturas. Fotografei vários elementos de valor, mesmo os que foram depois retirados, como o painel de azulejos do século XVIII que estava na antiga cozinha. As carpintarias foram todas mantidas. Portanto, fiz um levantamento fotográfico do existente e de alguns pormenores.

O edifício estava abandonado há muito tempo, mas não estava assim em tão mau estado. Mantiveram-se as carpintarias e a caixa de escadas. O último andar estava bastante danificado devido à entrada de água através do telhado, aliás, o último andar e a mansarda estavam em ameaça de ruína. O rés-do-chão, o 1º e o 2º andar estavam relativamente em bom estado. Na Casa, tinham sido feitas algumas adições como divisões feitas à posteriori: no jardim foi feito um anexo que não existia originalmente, que era uma pequena cozinha; o próprio jardim estava dividido em dois; havia uma pequena escada de tiro no rés-do-chão para o 1º andar que não era original. As varandas da fachada tardoz foram transformadas em marquises. Estas adições feitas à posteriori foram feitas para adaptar a casa para vários inquilinos porque a casa originalmente era para uma família só. Mas acabei por retirar tudo o que foi adicionado à posteriori.

2 - Conhecida a forma como foi elaborado o conhecimento da preexistência, queria agora perceber alguns aspetos relativos à estratégia que guiou a intervenção neste edifício. A preservação da preexistência constituiu um mote da Estratégia de intervenção? Como se traduziu esse objectivo?

Sim, constituiu porque percebi que seria uma mais-valia a nível de linguagem arquitectónica, não só a ideia de manter a fachada mas todo o trabalho artesanal que faz parte do património do século XVIII e XIX. Eu tentei manter todos os pormenores existentes nas carpintarias e nas serralharias. Nalguns casos, por exemplo, até tive que fazer uma réplica para não entrar em conflitos de linguagem, tentando manter uma coerência. Na adaptação a novos usos, tentei manter uma lógica espacial semelhante respeitando as proporções. Por exemplo, os espaços das antecâmaras foram adaptados para as cozinhas e as casas de banho. Os salões recuperaram as suas proporções originais e as marquises foram eliminadas e voltaram a ser apenas varandas com as casas de banho de serviço originais.

Ao nível de sistema construtivo a estratégia foi perceber o que é a linguagem existente, como é que ela funciona e tendo que substituir ou reforçar estruturas, usar sempre estruturas semelhantes. Reforçaram-se alguns barrotes mas mantiveram-se quase todos. O telhado foi reabilitado, em estrutura de madeira. A mansarda foi refeita toda em estrutura de madeira, uma estrutura leve. Pôs-se isolamento térmico que antigamente não tinha, chapa ondulada à semelhança do que existia antigamente. Claro que não chegámos ao cúmulo de fazer um restauro integral. Por exemplo, nas divisórias não usámos a argamassa – aquela argamassa que era utilizada no interior - e pusemos pladur, que é uma solução muito mais económica e que não refletia uma alteração tão forte em termos materiais. Aí houve uma opção. Mas as paredes laterais todas, que eram em pedra, foram rebocadas à imagem das originais.

3 - Em relação à preservação das alterações introduzidas no edifício. A preservação das alterações substanciais introduzidas no edifício, ao longo do tempo, constituiu um objectivo da estratégia? Houve algum critério? Como se traduziu na intervenção?

As alterações que foram feitas à posteriori não foram aproveitadas. Havia pequenas divisórias que foram demolidas e as tais divisórias no rés-do-chão também foram todas demolidas. Neste caso, o espaço ganhava mais em recuperar um traçado original, do que em manter estes elementos sem qualquer critério.

4 - Em relação à adaptação ao existente. Foi preservado o uso original, ou houve uma adaptação do edifício a um novo uso? O que implicou essa alteração?

Sim, houve uma adaptação. O edifício, originalmente, não estava desenhado para ter quatro apartamentos. Era um edifício típico unifamiliar que tinha uma cozinha e as casas de banho nas varandas, da fachada tardoz. Foi depois alterado por alguns inquilinos mas não houve adição de novas casas de banho nem de novas cozinhas. A principal adaptação aqui foi fazer uma divisão do edifício em quatro apartamentos, cada um com a sua autonomia em termos de ter uma boa cozinha e uma casa de banho individual. Essa foi a grande alteração ao nível de funcionalidade. O rés-do-chão em vez de ser habitação, como era anteriormente, foi limpo e foram eliminadas as pequenas divisórias. Agora é um espaço amplo preparado para ter um espaço de escritório ou um espaço de serviço ou oficina.

5 - Em relação à integração com o existente. Houve a intenção de integrar os novos espaços na tipologia funcional preexistente? Como se traduziu essa opção?

Sim. O edifício foi dividido em esquerdo/direito em quatro apartamentos, três deles duplex. Com esta adaptação consegui uma nova tipologia adaptada aos padrões de conforto atualis. Na maior parte dos casos, onde não houve demolição, -ou seja, rés-do-chão, 1º, 2º e 3º andar – tentei manter as divisórias existentes que faziam parte da configuração original do edifício como matriz de referência para integrar os novos espaços a desenhar.

No caso do último andar, como houve uma grande remodelação por estar muito danificado, a maior parte dessas divisórias foram abaixo. Neste caso, não fui reproduzi-las e criei espaços que tinham uma configuração mais livre.

6 - Em relação à melhoria das condições existentes. A melhoria das condições preexistentes, de modo a garantir condições para o uso atual, foi um dos objectivos da Estratégia de intervenção? Como se traduziu essa melhoria em termos funcionais, construtivos e arquitetónicos?

Sim, foi com as suas limitações. É um edifício do Porto do século XIX, não é um prédio de apartamentos construído agora. Não tem elevador, e eu ainda tentei estudar a possibilidade de meter um elevador mas abandonei-o porque se tornava inviável. Não tem garagem e, naquela rua, tinha de destruir parte da fachada e não foi uma opção. Os pisos não são em betão armado, são feitos de madeira com barrotes por baixo. Embora tenha colocado isolamento lã de rocha, existe sempre alguma transmissão de som. Também há esta ideia de que é uma casa antiga e não vamos fazer de conta de que é um prédio feito agora. A casa antiga tem a ver com as suas proporções, com os seus pés-direitos, com os desenhos das carpintarias, não têm essas comodidades que hoje em dia são invocadas.

Tivemos o cuidado de melhorar as instalações sanitárias, a cozinha, de colocar isolamento acústico no telhado, instalámos um sistema de circulação de água quente ligadas aos painéis solares, que permite que haja sempre água quente sem haver falhas. Quanto ao saneamento, o jardim tinha uma fossa e nós refizemos toda a estrutura do saneamento e fizemos a ligação ao ramal de saneamento público, que não existia. Houve algumas obras infra-estruturais que não se vêm na intervenção mas também foram importantes. Os caixilhos na fachada tardoz são todos em vidro duplo com corte térmico o que permite uma melhor performance energética.

7 - Em relação à reversibilidade da intervenção. A reversibilidade da intervenção foi tida em conta na estratégia? Ou seja, foram evitadas soluções que pela sua profundidade impossibilitem futuras intervenções ou o regresso à solução anterior? Como se traduziu esta preocupação?

Nalguns aspetos tentou-se manter o sistema construtivo existente. Ao desenhar novas escadas - as escadas interiores dos duplex - aí também houve uma alteração significativa mas que é reversível porque a qualquer altura podemos retirá-las.

Cada apartamento é diferente e as opções foram feitas caso a caso. Mas eu tentei sempre usar as estruturasexistentes, por exemplo, a maior parte das escadas interiores estão feitas entre barrotes de forma a não interferir no sistema construtivo existente.

No edifício existem alterações que são reversíveis e outras nem tanto, mas sim, houve essa preocupação.

8 - Em relação à compatibilidade de materiais e técnicas construtivas. A compatibilidade entre os materiais e técnicas construtivas, preexistentes e novos, foi tida em conta na Estratégia de intervenção? Para isso promoveu-se o uso de materiais e técnicas tradicionais? Como se traduziu esta preocupação? O que impediu a aplicação das práticas tradicionais?

Sim, eu procurei ao máximo e fiz alguma investigação – não sou nenhum especialista técnicas tradicionais de construção, embora me interesse muito por elas. Tentei rodear-me de pessoas que soubessem mas também estou sempre limitado ao acordo que fiz com o empreiteiro e àquilo que ele diz que sabe e que depois afinal não sabe assim tanto. Há sempre um processo de compromisso e de negociação com quem vai realmente construir. Mas tentei utilizar argamassa à base de cal, betonilha afagada, uma série de materiais e técnicas que se utilizavam no século XIX e durante o século XX. O soalho em pinho foi colocado segundo a forma tradicional de colocação.

Há certos momentos onde a intervenção é moderna, onde se assume que há uma nova função no espaço e aí vou desenhar de uma forma mais moderna usando as técnicas construtivas atualis como é o caso dos armários onde se escondem as casas de banho e as cozinhas e uma das escadas de tiro, que é em ferro.

9 - Em relação à visibilidade da intervenção. Houve a intenção de afirmar a intervenção em relação à preexistência? Como foi feito?

A intenção foi mais de redescobrir a linguagem original do edifício Almadino, que é uma linguagem forte e erudita com bastantes pormenores interessantes, forçá-la, para depois destacar alguns momentos onde a nova intervenção surge com uma forma assumidamente contemporânea. É um jogo de harmonia entre o novo e o antigo, onde eu entendo que se deve reforçar – neste caso, o edifício estava em estado de o fazer – toda a lógica espacial e o sistema construtivo existente e depois, nas alturas onde realmente se vai intervir com um novo programa, criar uma linguagem nova, embora não tente criar um contraste muito forte.

Exemplo disso é a caixilharia posterior, da fachada de trás. As janelas existentes estavam podres e então no desenho que propus, em vez de, por exemplo, utilizar o alumínio, utilizei madeira. Não faz sentido também, quer na fachada como num espaço interior, de repente fazer uma coisa diferente – poderia fazer mas queria manter uma certa continuidade – então, repeti as proporções dos caixilhos que existiam, mantendo a bandeira, mantendo a ideia da porta-janela com uma almofada, sistema em tudo idêntico ao preexistente com umas linhas se calhar mais geometrizadas e mais estilizadas.

10 - Quais foram, em síntese, os critérios, princípios ou conceitos que constituíram a Estratégia de intervenção no edifício?

A minha intenção foi fazer uma reabilitação. Foi a minha reação à sensibilidade que tive em relação ao edifício. Isto por eu ter ficado bastante fascinado com a escadaria, com a clarabóia, com as dimensões e proporções do espaço que encontrei. O meu objectivo inicial foi de repor essas proporções originais, de manter os tetos em estuque quando pude, de reabilitar toda a escadaria e de os integrar na lógica de funcionamento de um edifício

que funciona tipo esquerdo/direito. Embora inicialmente me tenha passado pela cabeça fazer apartamentos com outro tipo de configuração, isso implicava alterar significativamente toda a lógica espacial do edifício Almadino e, por isso, abandonei essa ideia. Houve várias propostas na mesa, houve várias idas ao local até consolidar e cimentar uma solução, que é a que está lá hoje. Não ando a defender uma teoria do património mas tenho uma sensibilidade em que valorizo o detalhe e pormenor daqueles carpinteiros e serralheiros. Estar a destruir todo o trabalho que foi feito no edifício custa-me. Portanto, a ideia foi manter ao máximo o que podia, reforçando-o e tornando-o visível, intervindo num jogo com o contemporâneo, num jogo harmónico e não de contraste.

Tentei que fosse o menos intrusivo possível. Tendo em conta que é um programa habitacional, não é um monumento, quis fazer uma reabilitação e não um restauro integral.

Figura 192 - Imagem satélite da localização do caso de estudo.

8.1.3 | Caso de Estudo _ Casa do Conto

Entrevista _ Arquiteto Nuno Grande | Eng. Alexandra Grande | Arquiteto Luís Sobral

1 - A definição da Estratégia de intervenção foi precedida de levantamentos, inspecções ou diagnósticos da preexistência? No que consistiram? O conhecimento do existente foi determinante para a elaboração do diagnóstico? Resumidamente, em que estado se encontrava a preexistência?

Arq. Nuno Grande: A questão aqui a saber é o que é a preexistência. Nós tivemos dois projetos: no primeiro projecto, tratava-se essencialmente de um restauro do que existia, portanto, a preexistência era absolutamente determinante para todo o projeto. Do ponto de vista dessa preexistência, desapareceu tudo com o incêndio. Ficaram apenas as duas fachadas, mas a fachada de trás sofreu bastante. Então, teve que se tomar a decisão [após o incêndio]: ou se fazia tudo de novo, ou seja, reinventar esta tipologia da Casa Burguesa (lote estreito e profundo) ou então, mantê-la porque ela tinha ensinamentos. Como é que num lote estreito e profundo se consegue meter luz no centro? Na verdade, o Porto, ao longo do tempo deu a resposta a isso, não é? Criou a caixa de escadas, não apenas como elemento de acessibilidade às duas fachadas mas sobretudo para meter luz e ventilação no centro da Casa. Estas clarabóias permitem uma ventilação – não são completamente fechadas e permitem a saída do ar e fazer uma ventilação interior. Ou seja, na primeira intervenção foi um restauro, e na segunda, a opção era ou fazer tudo de novo ou respeitar a tipologia pré-existente da Casa Burguesa. Naturalmente, para que é que íamos inventar se ela está ancestralmente testada?

Arq. Luís Sobral: Já que mais não seja, porque antes houve um projeto que tinha um conhecimento muito fiel do que era a obra e a preexistência.

2 - Conhecida a forma como foi elaborado o conhecimento da preexistência, queria agora perceber alguns aspetos relativos à estratégia que guiou a intervenção neste edifício. A preservação da preexistência constituiu um mote da Estratégia de intervenção? Como se traduziu esse objectivo?

Arq. Nuno Grande: O que foi feito foi uma preservação de memórias da preexistência. Não é a preexistência em si. Portanto, é aquilo que se pode chamar um trabalho de evocação ou de reciclagem conceptual.

Arq. Luís Sobral: Claro. Há dois níveis de memória: há memória que tem a ver com o desastre em si, com o incêndio – as fachadas em pedra ficaram com restos desse incêndio, há pedra que ficou estragada e não há a tentativa de a compor, assumindo-se esse desastre -, e depois há as memórias da obra antiga, que são feitas/ reconstruídas com novo material. É uma ideia de uma arquitetura fossilizada – ideia de que eventualmente alguns dos elementos que constituíam a Casa, anteriormente, estão fossilizados, como uma espécie de impressão digital, sobretudo no betão.

3 - Em relação à preservação das alterações introduzidas no edifício. A preservação das alterações substanciais introduzidas no edifício, ao longo do tempo, constituiu um objectivo da estratégia? Houve algum critério? Como se traduziu na intervenção?

Arq. Nuno Grande: É sempre difícil perceber o que é original nestas casas do Porto. Elas são feitas muito por acrescentos. Ao longo do tempo, quanto aos pisos superiores, há sempre a dúvida se os pisos já existiam no projeto original ou não. Segundo me lembro, num dos projectos que fomos buscar à Câmara, estas coisas já eram assumidas como partes integrantes. O Porto é muito rico por isso. Não se sabe bem o que é o projeto original e o que é acrescentado. É muito interessante.

A ruína não deixou que fosse preservado grande coisa. Houve uma referenciação mas o incêndio não permitiu mais. Como o Luís dizia, quanto às paredes, as temperaturas chegaram a um grau tal que o granito rachou. Mesmo no ponto de vista da estabilidade das paredes, o material já era mais uma evocação, embora ele esteja lá a aguentar a fachada, só que já não é propriamente o granito no seu estado, digamos, robusto que tinha originalmente.

4 - Em relação à adaptação ao existente. Foi preservado o uso original, ou houve uma adaptação do edifício a um novo uso? O que implicou essa alteração?

Arq. Nuno Grande: Aquilo era uma habitação. Estas casas são muito versáteis. Nós temos vindo a fazer muitos projetos aqui no Atelier a pegar nessa tipologia de Casa Burguesa do Porto, e percebemos que elas, por trabalharem sempre com duas frentes com uma caixa de escadas central, permitem, por exemplo, que a família possa utilizar ambas as alas de maneiras distintas, que depois mais tarde pode levar a que uma das alas ou uma parte de uma ala possa ser arrendada a outros ou, eventualmente, numa reconversão na horizontal se possa transformar em apartamentos.

Portanto, a transformação disto num Hotel – que é o que é hoje – é muito fácil. Já era fácil no projeto original, e passou a ser ainda mais fácil, porque já foi possível colocar elementos típicos ou necessários a um Hotel – como um elevador e a zona de economato, portas de segurança, etc.

Arq. Luís Sobral: Ainda assim, sendo um Turismo de Habitação, e não um Hotel convencional, há sempre a

tentativa, pelo menos, que as pessoas sintam que estão numa Casa Burguesa do Porto. Portanto, o uso acaba por não ser assim tão estranho ao edifício.

Arq. Nuno Grande: A ideia é que as pessoas se sintam em casa e não num Hotel.

5 - Em relação à integração com o existente. Houve a intenção de integrar os novos espaços na tipologia funcional preexistente? Como se traduziu essa opção?

Arq. Nuno Grande: Aqui, todos os espaços são novos. Aqui, não se aplica porque era uma ruína, um vazio.

Arq. Luís Sobral: Sim, se bem que com um quarto para a frente e um quarto para trás, há aqui uma constante tipológica que se tem desde a Casa inicial até esta. Há aqueles dois espaços de serviços, que estão ao lado da escada, que são uma evocação das antigas alcovas e há depois os quartos – divisões amplas – que ficam para as duas frentes e evocam os antigos salões. Portanto, essa matriz mantém-se no projecto.

Arq. Nuno Grande: Claro, e além disso os quartos que o Hotel tem, do ponto de vista da sua cubicagem, não são muito distintos do que eram os salões.

6 - Em relação à melhoria das condições existentes. A melhoria das condições preexistentes, de modo a garantir condições para o uso atual, foi um dos objectivos da Estratégia de intervenção? Como se traduziu essa melhoria em termos funcionais, construtivos e arquitetónicos?

Arq. Nuno Grande: Nós partimos de uma ruína. Mas comparando com a casa original, , houve uma melhoria infraestrutural, no sentido em que se colocou casas-de-banho em todos os pisos.

Arq. Luís Sobral: A partir do momento em que isto passou a ser uma obra de reconstrução, deixou de ser reabilitação, os regulamentos têm logo todos aplicação. Tivemos de ter em atenção regulamentos de acústica, térmico, portanto, todos esses constrangimentos tiveram que ser revistos neste novo projeto. Para além disso, há o elevador que é uma grande alteração. Foi introduzida uma nova corete para podermos ter casa de banho no quarto e outra junto ao alçado de tardoz.

Mas a verdade é que, a possibilidade de reconstruir o edifício e de fazer tudo de novo, possibilitou a aplicação e o melhoramento de todos os aspetos do edifício. Desde a performance da caixilharia - levou uma caixilharia nova, embora seja referenciada na caixilharia antiga (caixilharia nova certificada, um bocadinho mais espessa, quer no alçado da frente quer no alçado de trás) -, às próprias lajes, sendo em betão, que têm características diferentes das lajes de madeira e permitiram colocar isolamento acústico. As próprias paredes que dividiam os quartos têm uma performance muito superior às paredes antigas de tabique. Portanto, deu para melhorar o edifício em quase todos os aspetos.

7 - Em relação à reversibilidade da intervenção. A reversibilidade da intervenção foi tida em conta na estratégia? Ou seja, foram evitadas soluções que pela sua profundidade impossibilitem futuras intervenções ou o regresso à solução anterior? Como se traduziu esta preocupação?

Arq. Nuno Grande: Aqui não se aplica. É impossível, porque há um novo sistema construtivo metido aqui, que é duro em relação à preexistência.

Arq. Luís Sobral: Sim, mas estamos a falar de uma reversibilidade material. A verdade é que, mantendo a tipologia original da casa, esta casa mantém a versatilidade que tinha inicialmente.

Arq. Nuno Grande: Sim, pode haver uma reversibilidade funcional. Isto pode voltar a ser uma casa.

Eng. Alexandra Grande: Casa ou apartamentos, porque foi também montado com possibilidade de serem estúdios, para poder ser um prédio horizontal.

8 - Em relação à compatibilidade de materiais e técnicas construtivas. A compatibilidade entre os materiais e técnicas construtivas, preexistentes e novos, foi tida em conta na Estratégia de intervenção? Para isso promoveu-se o uso de materiais e técnicas tradicionais? Como se traduziu esta preocupação? O que impediu a aplicação das práticas tradicionais?

Arq. Nuno Grande: Aqui mais, uma vez, não se aplica. Ou melhor, só se aplica na relação do betão com as paredes exteriores.

Eng. Alexandra Grande: Só houve esse cuidado porque as paredes meeiras para os edifícios contíguos mantiveram-se. Foram bastante danificadas com o fogo e com os rasgos de passagem de coretes e encastramento das vigas antigas de madeira, que já fragilizavam essas paredes. Portanto, houve logo um cuidado em perceber a situação preexistente [depois do incêndio] para não agravar a distribuição das cargas. Mas no fundo, foi só as lajes maciças que foram ligeiramente apoiadas, não descarregam propriamente carga lá, porque nós fizemos umas vigas de bordadura paralelas a essas paredes, que recebem a estrutura toda do edifício. Os corpos centrais funcionam quase como uns pilares, uns troncos que depois têm braços e recebem o peso das lajes. Estes elementos são estruturais. Portanto, a compatibilidade material foi muito residual, mas houve esse cuidado.

9 - Em relação à visibilidade da intervenção. Houve a intenção de afirmar a intervenção em relação à preexistência? Como foi feito?

Arq. Nuno Grande: A ideia foi que o betão, até por uma questão de custo, em vez de ser escondido, passasse a ser o material nobre da nova intervenção. Ao torná-lo o material nobre, naturalmente que se assumiu que ele seria o receptáculo de todas essas memórias anteriores. Serviria como elemento moldado por essas memórias antigas, por isso é que tem a parede de tabique, que faz os corpos das escadas, como molde; e a parede tardoz, também como molde da chapa ondulada; e a própria gravação das frases nos tetos, retoma a ideia dos tetos decorados das Casas Burguesas do Porto. No fundo, aquilo que podia ser um handicap - que era o material novo ser nocivo -, ou do ponto de vista da imagem, mudar extremamente a perceção que se tinha daquele espaço, acabou por funcionar ao contrário – ele tornou-se amável em relação a esse espaço.

Eng. Alexandra Grande: Também nos interessava, do ponto de vista de abordagem do projecto, que aquilo que era uma Casa tão rica, do ponto de vista decorativo - cheia de fingidos, muito ornamentada, quer nas madeiras, quer nos estuques - que agora nesta nova abordagem, fosse uma aproximação mais seca, mais bruta e afirmadamente contemporânea. A estrutura é a própria pele, já não há esses layers todos, ainda que denotasse que quisemos deixar essa memória impressa no material.

Arq. Luís Sobral: De um modo resumido: a nova intervenção é claro que é toda em betão, é um novo material que faz tudo isso. Os vãos mantêm o desenho original, mas são simplificados e desenhados para um novo material.

Resumindo, há uma tentativa de deixar a memória da preexistência mas nunca como mimetismo.

Arq. Nuno Grande: Sim, é uma evocação.

10 - Quais foram, em síntese, os critérios, princípios ou conceitos que constituíram a Estratégia de intervenção no edifício?

Arq. Nuno Grande: Há uma experiência longa no Porto de reabilitação de casas – umas que seguem, do ponto de vista fidedigno aquilo que as Cartas de Recomendação do Património sugerem; outras que acentuam muito a diferença do que existia em relação ao que se acrescentou.

Desse ponto de vista, [este projeto] poderá estar próximo do que a Carta de Veneza diz "não se deve esconder a diferença do contemporâneo e o anterior". Simplesmente aqui, ao contrário do que eu conheço, por exemplo em obras do Scarpa, ou de outros arquitetos italianos do pós-guerra, em que o betão está muito presente e em que procura marcar, até do ponto de vista do contato, a sua diferença em relação ao material existente, criando sempre uma espécie de alheta ou de elemento de separação entre alvenaria e pedra e o betão, criámos uma simbiose – a alvenaria está metida na parede de pedra e assume essa sua relação direta. Não há aqui alhetas, tentativas de distinção. A materialidade, pela sua própria natureza, é muito evidente.

Para nós o betão é uma pedra ainda. Aliás, leva pedra na sua composição, ou pelo menos, leva materiais rochosos e quanto a nós tem uma boa relação com o granito. Se calhar com outras pedras seria mais difícil, mas não com o granito, até do ponto de vista cromático e textural.

Eng. Alexandra Grande: Respeitamos, no fundo, as proporções, a distribuição. Tudo isso evoca e repete-se neste projeto. Respeitamos: sala à frente, sala atrás, escada a meio, circulações a meio, os pés direitos, os volumes. Isso não é uma cópia mas o espaço é o mesmo, ainda que não existisse nada. A materialidade alterou-se mas mantivemos diálogo com a memória da casa e todo o processo. Foi a recuperação da primeira casa – exaustiva e sofrida – e foi o próprio incêndio, que criou aqui um momento-chave. Digo isto muitas vezes: nunca faríamos este projecto, se nos deparássemos logo com este edifício em ruína ou vazio. Isto tem a ver com o facto de se ter vivido muito a primeira reabilitação, de se ter dialogado bastante com aquelas superfícies, com aquele processo e depois com a tragédia, o incêndio marcou bastante. Não quisemos esquecer todo este processo e deixámo-lo marcado no betão.

Arq. Luís Sobral: Há aqui um aspeto muito importante que pode parecer estranho neste tipo de intervenções. Há aqui, um reconhecimento funcional da parte decorativa – a casa inicial tinha uma carga que é difícil conseguir num projeto contemporâneo e esse conhecimento da importância dos tetos, que deixaram de existir, do reconhecimento do peso que a escada tinha, faz com que este projeto tenha uma abordagem um bocado diferente da reabilitação que foi feita anteriormente. Aqui, a decoração tinha uma função muito específica.

Arq. Nuno Grande: Se olharmos para o que a Escola do Porto tem feito do ponto de vista da Reabilitação – se pegarmos em três personagens como Távora, Siza e Souto Moura – é muito interessante perceber que, por exemplo, o Távora jamais faria um projeto destes porque o Távora não admitia que a ruína fosse o elemento importante da obra contemporânea. O Távora, por natureza, repunha de alguma forma, a condição preexistente. Depois temos o Siza, que de alguma maneira acaba por, se olharmos para o Chiado, seguir um pouco o ensinamento de Távora mas introduzindo elementos de contemporaneidade. Percebe-se que há um projeto contemporâneo, porque há um corrimão, há um puxador, há um remate de teto, que de alguma maneira nos remetem para

alguma contemporaneidade. Depois, temos o caso do Souto Moura, que assume muitas vezes a ruína como condição da própria obra contemporânea. Eu acho que nós andamos aqui a vacilar entre estas três personagens, provavelmente mais próximos de Souto Moura, na forma como a ruína foi assumida, não se esconde que houve o incêndio.

Eng. Alexandra Grande: Não se esconde, sim: o granito está partido, quebrado e não se revestiu.

Arq. Nuno Grande: Talvez mais Sizianos na maneira como depois alguns elementos lá dentro aparecem – a clarabóia, mesmo dentro das caixas, a maneira como se faz o teto e a tal questão da pormenorização muito cuidada, que tem muito a ver com essa tradição da Escola do Porto. Somos Távora, no sentido que visto da rua ou visto do jardim, para nós é essencial que aquela casa não destoe das casas vizinhas, ainda que, por exemplo, na varanda erguida não se quis repor o arco que suportava os pilares de ferro. Aí, fomos mais Souto Moura.

Eng. Alexandra Grande: Claro, também temos que pesar a questão de custos.

Arq. Nuno Grande: É engraçado porque nós não precisamos de ir às Cartas porque nós temos aqui três Mestres que nos ensinam a olhar para o Património.

11 - De modo a perceber a relação entre as duas intervenções, porquê que a Estratégias de intervenção no primeiro projecto é tão diferente do segundo?

Eng. Alexandra Grande: A primeira intervenção, foi diferente porque a casa já existia. Foi muito subtil. Foi, basicamente, adaptada para receber os quartos. Para isso, usámos o tema da caixa para receber as casas de banho. Estas caixas não tocavam no teto, exactamente para nunca se perder a proporção e a noção do espaço daqueles salões e a relação com a fachada.

A estratégia foi muito subtil: tentar danificar o mínimo possível, tentar recuperar o mais possível e adaptá-la para o programa que era exigido.

Arq. Luís Sobral: Aqui já é pertinente a questão que tinhas colocado antes. Os materiais são todos leves, para não agravar ou para não perecer.

Eng. Alexandra Grande: Sim, tínhamos usado o contraplacado e a madeira.

Arq. Luís Sobral: A intervenção também era reversível, porque todos os elementos estranhos à casa tinham um material novo, que era o contraplacado, que também podia ser retirado e ficava a casa como estava, originalmente.

Eng. Alexandra Grande: Os matérias no fundo eram justapostos. Nos pisos, mesmo o isolamento acústico, foi integrados nos sistemas pré-existentes. Também os espaços foram, aqui, todos mantidos. Houve uma tentativa de compatibilizar os materiais – esta separação dos novos em relação aos antigos, nomeadamente nas casas-de-banho. Nota-se. Parece que não toca. É assumido como um corpo estranho ao quarto e daí não tocar.

12 - O que quer dizer, quando diz que não conseguia fazer deste modo a segunda intervenção se não tivesse existido a primeira? Que importância teve essa questão?

Eng. Alexandra Grande: Tudo teve importância. Como o espaço é organizado, a importância que a escada antiga tinha – era uma escada muito trabalhada e muito torneada. Ela agora tem a mesma importância, no sentido que é um objeto que chama a atenção e que é fundamental naquele espaço – está toda balançada,

gravita e dá-nos esta ideia de percurso pela casa fora mas com uma materialidade nova.

Eu acho que os temas são os mesmos, a linguagem é outra, e por isso é que estamos muito amarrados ainda. A distribuição – porta à esquerda, porta à direita mantém-se, mas não temos rodapés, não temos nada do que sejam esses elementos decorativos.

Arq. Nuno Grande: Não temos nada que não seja essencial.

Eng. Alexandra Grande: Depois temos é planos que limitam os espaços.

Arq. Nuno Grande: Este projecto foi reabilitado para ser um Turismo de Habitação e uma casa para ser um turismo de habitação tem de ter umas características muito especificas: desde logo, as pessoas têm de sentir vontade de ficar cá. E porque é que sentiam? Porque era uma casa muito densa e estava num estado muito próximo do original. A partir do momento em que há um incêndio, essa densidade e esse estado perdem-se. Portanto, essa carga teve de ser novamente inventada.

Eng. Alexandra Grande: O nosso objectivo de fazer um Turismo de Habitação aqui era: que as pessoas que viessem de fora, conhecer o Porto, soubessem o que é estar numa Casa Burguesa do Porto, que é diferente de estar numa casa em Lisboa, Madrid ou no Algarve.

Essa preocupação manteve-se na segunda Casa. É uma materialidade completamente diferente mas nós sentimos o que é estar numa casa dessas do Porto, em que tem esses volumes grandes, esta ideia de percurso longitudinal na casa, o sentido vertical na circulação comum. Portanto, esses parâmetros repetiram-se sempre, mantiveram-se. O modo como vivemos na casa é o mesmo, ainda que tenha partido "quase do zero", tínhamos esta bagagem.

Arq. Nuno Grande: Também é verdade que não é preciso inventar muito nestas casas. Como eu dizia, para manter a profundidade e fazer chegar a luz ao interior e dividir os espaços, há mais de um século e meio de experiência feita, e muitas vezes o que nós vemos nestes edifícios é que por mais voltas que se dê, acabamos sempre por ir buscar a matriz original – um quarto para a frente, um quarto para trás, uma caixa de escadas ao meio – porque é aquilo que, na verdade, fez a história da cidade. Portanto, muitas vezes a intervenção contemporânea não tem que reinventar a pólvora, tem é que aproveitar essa pólvora e dar-lhe uma outra leitura, do nosso tempo, e é isso que a Casa do Conto procura fazer.

Eng. Alexandra Grande: Claro que fizemos melhoramentos. Temos essa consciência que é preciso melhorar. Por exemplo, na circulação, pusemos um elevador, que era fundamental, poder aproveitar a cobertura para fazer umas varandas, que era uma preocupação que não existia antes.

Arq. Nuno Grande: É uma adequação à vida contemporânea e percebemos que mesmo assim, esta tipologia adapta-se a isso. Acho que ela vai sobreviver pelo menos mais 150 anos.•

8.2 | CARTAS E RECOMENDAÇÕES

8.2.1 | Carta de Veneza[43]

Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e dos Sítios

Os monumentos de um povo, portadores de uma mensagem do passado, são um testemunho vivo das suas tradições seculares. A humanidade tem vindo progressivamente a tomar maior consciência da unidade dos valores humanos e a considerar os monumentos antigos como uma herança comum, assumindo coletivamente a responsabilidade da sua salvaguarda para as gerações futuras e aspirando a transmiti-los com toda a sua riqueza e autenticidade.

É essencial que os Princípios orientadores da conservação e do restauro de edifícios antigos sejam elaborados e acordados a nível internacional, ficando cada país responsável pela sua aplicação no âmbito específico do seu contexto cultural e das suas tradições.

A Carta de Atenas, de 1931, ao expressar pela primeira vez aqueles Princípios, contribuiu para o desenvolvimento de um amplo movimento internacional, traduzido na elaboração de vários documentos nacionais, na actividade do ICOM e da UNESCO e na criação, por esta última entidade, de um Centro Internacional para o Estudo da Preservação e do Restauro do Património Cultural. O desenvolvimento dos conhecimentos e o espírito crítico têm trazido a atenção sobre problemas novos e mais complexos; é, portanto, chegada a altura de reexaminar aquela Carta para, através de um estudo mais aprofundado dos seus Princípios, se proceder ao alargamento do seu âmbito traduzido na elaboração de um novo documento.

Em consequência, o 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, reunido em Veneza de 25 a 31 de Maio de 1964, aprovou o seguinte texto:

Definições

Art.1 - O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitectónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo.

Art.2 - A conservação e o restauro dos monumentos devem recorrer à colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a proteção do património monumental.

Art.3 - A conservação e o restauro dos monumentos têm como objectivo salvaguardar tanto a obra de arte como as respectivas evidências históricas.

Conservação

Art.4 - Para a conservação dos monumentos é essencial que estes sejam sujeitos a operações regulares de manutenção.

Art.5 - A conservação dos monumentos é sempre facilitada pela sua utilização para fins sociais úteis. Esta utilização, embora desejável, não deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É apenas dentro destes limites que as modificações que seja necessário efectuar poderão ser admitidas.

Art.6 - A conservação de um monumento implica a manutenção de um espaço envolvente devidamente proporcionado. Sempre que o espaço envolvente tradicional subsista, deve ser conservado, não devendo ser permitidas quaisquer novas construções, demolições ou modificações que possam alterar as relações volumétricas e cromáticas.

Art.7 - Um monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que está inserido. A remoção do todo ou de parte do monumento não deve ser permitida, exceto quando tal seja exigido para a conservação desse monumento ou por razões de grande interesse nacional ou internacional.

Art.8 - Os elementos de escultura, pintura ou decoração que façam parte integrante de um monumento apenas poderão ser removidos se essa for a única forma de garantir a sua preservação .

Restauro

Art.9 - O restauro é um tipo de operação altamente especializado. O seu objectivo é a preservação dos valores estéticos e históricos do monumento, devendo ser baseado no respeito pelos materiais originais e pela documentação autêntica. Qualquer operação desse tipo deve terminar no ponto em que as conjecturas comecem; qualquer trabalho adicional que seja necessário efectuar deverá ser distinto da composição arquitectónica original e apresentar marcas que o reportem claramente ao tempo presente. O restauro deve ser sempre precedido e acompanhado por um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Art.10 - Quando as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação de um monumento pode ser efectuada através do recurso a outras técnicas modernas de conservação ou de construção, cuja eficácia tenha sido demonstrada cientificamente e garantida através da experiência de uso.

Art.11 - As contribuições válidas de todas as épocas para a construção de um monumento devem ser respeitadas, dado que a unidade de estilo não é o objectivo que se pretende alcançar nos trabalhos de restauro. Quando um edifício apresente uma sobreposição de trabalhos realizados em épocas diferentes, a eliminação de algum desses trabalhos posteriores apenas poderá ser justificada em circunstâncias excepcionais, quando o que for removido seja de pouco interesse e aquilo que se pretenda pôr a descoberto tenha grande valor histórico, arqueológico ou estético e o seu estado de conservação seja suficientemente bom para justificar uma ação desse tipo. A avaliação da importância dos elementos envolvidos e a decisão sobre o que pode ser destruído não podem depender apenas do coordenador dos trabalhos.

Art.12 - Os elementos destinados a substituírem as partes que faltem devem integrar-se harmoniosamente no conjunto e, simultaneamente, serem distinguíveis do original por forma a que o restauro não falsifique o

documento artístico ou histórico.

Art.13 - Não é permitida a realização de acrescentos que não respeitem todas as partes importantes do edifício, o equilíbrio da sua composição e a sua relação com o ambiente circundante.

Sítios Históricos

Art.14 - Os sítios dos monumentos devem ser objeto de um cuidado especial, por forma a assegurar que sejam tratados e apresentados de uma forma correta. Os trabalhos de conservação e restauro a efectuar nesses locais devem inspirar-se nos princípios enunciados nos artigos precedentes.

Escavações

Art.15 - Os trabalhos de escavação devem ser efectuados de acordo com as normas científicas e com a "Recomendação definidora dos princípios internacionais a aplicar em matéria de escavações arqueológicas " , adotadas pela UNESCO em 1956. Deve ser assegurada a manutenção das ruínas e tomadas as medidas necessárias para garantir a conservação e a proteção dos elementos arquitetónicos e dos objetos descobertos. Para além disso, devem tomar-se todas as medidas que permitam facilitar a compreensão do monumento, sem distorcer o seu significado.

Todos os trabalhos de reconstrução devem ser rejeitados a priori. Só a anastylosis, isto é, a remontagem das peças soltas que existam num estado de desagregação, pode ser permitida. Os materiais utilizados para reintegração deverão ser sempre reconhecíveis e o seu uso restringido ao mínimo necessário para assegurar as condições de conservação do monumento e restabelecer a continuidade das suas formas.

Publicação

Art.16 - Os trabalhos de conservação, restauro ou escavação devem ser sempre acompanhados por um registo preciso, sob a forma de relatórios analíticos ou críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de reparação, consolidação, recomposição e reintegração, assim como os elementos técnicos e formais identificados ao longo dos trabalhos devem ser incluídos. Este registo deverá ser guardado nos arquivos de um organismo público e posto à disposição dos investigadores. Recomenda-se, também, que seja publicado.

Comité de Redação: Piero Gazzola, Presidente (Itália), Raymond Lemaire, Relator (Bélgica), José Bassegoda-Nonell (Espanha), Luís Benavente (Portugal), Djurdje Boskovic (Jugoslávia), Hisroshi Daifuku (UNESCO), P. De Vrieze (Holanda), Harald Langberg (Dinamarca), Mario Matteucci (Itália), Jean Merlet (França), Carlos Flores Marini (México), Roberto Pane (Itália), S. Pavel (Checoslováquia), Paul Philippot (ICCROM), Victor Pimentel (Peru), Harold Plenderleith (ICCROM), Deoclecio Redig de Campos (Vaticano), Jean Sonnier (França), François Sorlin (França), Eustathios Stikas (Grécia), Gertrude Tripp (Áustria), Jan Zachwatowicz (Polónia), Mustafa S. Zbiss (Tunísia).

43 - Transcrição da versão em língua portuguesa, publicada em (Henriques & Jorge, 1996, pp. 1 - 4).

8.2.2 | Carta de Cracóvia[44]

Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído

Reconhecendo o contributo dos indivíduos e das instituições que, ao longo de três anos, participaram na preparação da Conferência Internacional sobre Conservação "Cracóvia 2000" e na sua Sessão Plenária com o título "o património cultural como fundamento do desenvolvimento da civilização", os signatários, participantes na Conferência Internacional sobre Conservação "Cracóvia 2000", conscientes dos profundos significados associados ao património cultural, submetem aos responsáveis pelo património os seguintes princípios como orientação dos seus esforços na salvaguarda desses bens culturais.

Preâmbulo

Atualndo no espírito da Carta de Veneza [1964], tendo em conta as recomendações internacionais e motivados pelo processo da unificação europeia, na entrada do novo milénio, os signatários da presente Carta estão conscientes de viver um tempo no qual as identidades, num contexto cada vez mais amplo, se tomam mais distintas e singulares. A Europa atual caracteriza-se pela diversidade cultural e, assim, pela pluralidade de valores fundamentais associados ao património móvel, imóvel e intelectual, o que implica diferentes significados que originam conflitos de interesse. Esta situação requer de todos os responsáveis pela salvaguarda do património cultural uma maior atenção aos problemas e às decisões a serem tomadas na prossecução dos seus objectivos.

Cada comunidade, tendo em conta a sua memória coletiva e consciente do seu passado, é responsável, quer pela identificação, quer pela gestão do seu património.

Os monumentos, considerados como elementos individuais desse património, possuem valores que se alteram com o tempo. Esta alteração de valores, que podemos identificar em cada monumento é, afinal, uma das características do património, ao longo da História. Através deste processo de mudança de valores, cada comunidade desenvolve uma consciência e um conhecimento da necessidade de preservar os bens culturais construídos, pois eles são portadores dos seus próprios valores patrimoniais comuns. Este processo não pode ser objeto de uma definição redutora. Apenas se pode indicar o modo segundo o qual pode ser identificado.

Os instrumentos e os métodos utilizados para uma correta preservação do património devem adaptar-se às situações concretas, que são evolutivas, sujeitas a um processo de contínua mudança.

O contexto particular de escolha destes valores requer a elaboração de um projecto de conservação e a tomada de uma série de decisões que constituem o projecto de restauro, de acordo com critérios técnicos e organizativos apropriados.

Conscientes dos profundos valores da Carta de Veneza, e trabalhando para os mesmos objectivos, propõem os seguintes princípios para a conservação e restauro do património construído.

Objectivos e Métodos

1 - O património arquitetónico, urbano ou paisagístico, assim como os elementos que o compõem resultam de uma dialéctica entre os diferentes momentos históricos e os respectivos contextos sócio-culturais. A conservação

deste património é o objectivo desta Carta. A conservação pode ser realizada mediante diferentes tipos de intervenções, tais como o controlo do meio ambiental, a manutenção, a reparação, o restauro, a renovação e a reabilitação. Qualquer intervenção implica decisões, escolhas e responsabilidades relacionadas com o património, entendido no seu conjunto, incluindo os elementos que embora hoje possam não ter um significado específico, poderão, contudo, tê-lo no futuro.

2 - A manutenção e a reparação constituem uma parte fundamental do processo de conservação do património. Estas acções exigem diversos procedimentos, nomeadamente investigações prévias, testes, inspecções, controlos, acompanhamento dos trabalhos e do seu comportamento pós-realização. Os riscos de degradação do património devem ser previstos em relatórios apropriados para permitir a adoção de medidas preventivas.

3 - A conservação do património construído é executada de acordo com o projecto de restauro, que se inscreve numa estratégia para a sua conservação a longo prazo. O "projecto de restauro" deverá basear-se num conjunto de opções técnicas apropriadas e ser elaborado segundo um processo cognitivo que integra a recolha de informações e a compreensão do edifício ou do sítio. Este processo pode incluir o estudo dos materiais tradicionais, ou novos, o estudo estrutural, análises gráficas e dimensionais e a identificação dos significados histórico, artístico e sócio-cultural. No projecto de restauro devem participar todas as disciplinas pertinentes e a coordenação deve ser levada a cabo por uma pessoa qualificada na área da conservação e restauro.

4 - Devem ser evitadas reconstruções de partes significativas de um edifício, baseadas no que os responsáveis julgam ser o seu "verdadeiro estilo". A reconstrução de partes muito limitadas, com um significado arquitetónico pode ser excecionalmente aceite, na condição de se fundamentar, em documentação precisa e irrefutável. Se for necessário para o uso adequado do edifício, podem-se incorporar elementos espaciais e funcionais, mas estes devem exprimir a linguagem da arquitetura atual. A reconstrução total de um edifício, que tenha sido destruído por um conflito armado ou por uma catástrofe natural, só é aceitável se existirem motivos sociais ou culturais excepcionais, que estejam relacionados com a própria identidade da comunidade local.

Diferentes Tipos de Património Construído

5 - Qualquer intervenção que afecte o património arqueológico, devido à sua vulnerabilidade, deve estar estritamente relacionada com a sua envolvente: o território e a paisagem. Os aspetos destrutivos das escavações devem reduzir-se tanto quanto seja possível. Cada escavação deve ser acompanhada de documentação completa sobre os trabalhos arqueológicos.

Tal como em qualquer intervenção patrimonial, os trabalhos de conservação de achados arqueológicos devem basear-se no princípio da intervenção mínima. Os trabalhos arqueológicos só podem ser realizados por profissionais e a metodologia e técnicas usadas devem ser estritamente controladas. Para a proteção e apresentação pública de sítios arqueológicos deve encorajar-se: o recurso a técnicas modernas; a criação de bancos de dados; a utilização de sistemas de informação e a utilização de técnicas de apresentação virtual dos sítios.

6 - O objectivo da conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade e integridade, incluindo os espaços interiores, o mobiliário e a decoração, de acordo com o seu aspeto original. Tal conservação requer um "projecto de restauro" apropriado, que defina os métodos e os objectivos. Em muitos casos, requer-se ainda um uso apropriado para os monumentos e edifícios com valor histórico, compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial. As obras em edifícios com valor histórico devem analisar e respeitar todas as fases construtivas pertencentes a períodos históricos distintos.

7 - A decoração arquitectónica, as esculturas e os elementos artísticos, que fazem parte integrante do património construído, devem ser preservados mediante um projecto específico vinculado ao projecto geral de restauro.

Esta metodologia pressupõe que o especialista em restauro do património construído possua os conhecimentos e a formação adequadas, para além da capacidade cultural, técnica e prática, para interpretar os diferentes ensaios e análises nas áreas artísticas específicas. O "projecto de restauro" deve garantir uma relação correta com o conjunto envolvente, incluindo o ambiente, a decoração e a escultura e respeitando as técnicas tradicionais da construção e a sua necessária integração como uma parte substancial do património construído.

8 - As cidades e as aldeias históricas, no seu contexto territorial, representam uma parte essencial do nosso património universal. Cada um destes conjuntos patrimoniais deve ser considerado como um todo, com as suas estruturas, os seus espaços e as características sócio-económicas, em processo de contínua evolução e mudança. Qualquer intervenção deve envolver todos os setores da população e requer um processo de planeamento integrado, cobrindo uma ampla gama de actividades. Em meio urbano, a conservação tem por objeto, quer os conjuntos edificados, quer os espaços livres. A sua área de intervenção tanto pode restringir-se a uma parcela de um grande aglomerado urbano, como englobar a totalidade de uma pequena Cidade ou mesmo uma aldeia, integrando sempre os respectivos valores imateriais, ou intangíveis. Neste contexto, a intervenção na Cidade histórica deve ter presente a morfologia, as funções e as estruturas urbanas, na sua interligação com o território e a paisagem envolventes. Os edifícios que constituem as zonas históricas podendo não se destacar pelo seu valor arquitetónico especial, devem ser salvaguardados como elementos de continuidade urbana, devido às suas características dimensionais, técnicas, espaciais, decorativas e cromáticas, elementos de união insubstituíveis para a unidade orgânica da Cidade. O "projecto de restauro" das cidades ou aldeias históricas deve, não só verificar a sustentabilidade das opções estratégicas que assume, como prever o processo de gestão de futuras alterações, ligando as questões da conservação do património aos aspetos económicos e sociais. Para além do conhecimento das estruturas físicas, devem ser estudadas as influências que futuras alterações poderão provocar, bem como os necessários instrumentos para gerir essas alterações. O "projecto de restauro" de cidades e aldeias históricas deve considerar que os imóveis do tecido urbano desempenham uma dupla função:

a) são elementos definidores da forma urbana, mas também;
b) possuem uma espacialidade interna, que constitui um dos seus valores essenciais.

9 - As paisagens reconhecidas como património cultural são o resultado e o reflexo da interação prolongada

nas diferentes sociedades entre o homem, a natureza e o meio ambiente físico. São testemunhos da relação evolutiva das comunidades e dos indivíduos com o seu meio ambiente. Neste contexto, a sua conservação, preservação e desenvolvimento centram-se nos aspetos humanos e naturais, integrando valores materiais e intangíveis. É importante compreender e respeitar o caráter das paisagens e aplicar leis e normas adequadas que harmonizem os usos mais importantes do território com valores paisagísticos essenciais. Em muitas sociedades, as paisagens possuem uma relação histórica com o território e com as cidades. A integração da conservação da paisagem cultural com o desenvolvimento sustentado de regiões e localidades com actividades ecológicas, assim como com o meio ambiente natural requerem uma consciencialização e uma compreensão das suas relações ao longo do tempo, o que implica o estabelecimento de relações com o meio ambiente construído, de regiões metropolitanas, cidades e núcleos históricos.

A conservação integrada de paisagens arqueológicas ou com interesse paleontológico, bem como o desenvolvimento de paisagens que apresentam alterações muito significativas, envolvem a consideração de valores sociais, culturais e estéticos.

10 - As técnicas de conservação devem estar intimamente ligadas à investigação pluridisciplinar sobre materiais e tecnologias usadas na construção, reparação e no restauro do património edificado. A intervenção escolhida deve respeitar a função original e assegurar a compatibilidade com os materiais, as estruturas e os valores arquitetónicos existentes. Quaisquer novos materiais ou tecnologias devem ser rigorosamente testados, comparados e experimentados antes da respectiva aplicação. Embora a aplicação *in situ* de novas tecnologias possa justificar-se para uma boa conservação dos materiais originais, estas devem ser constantemente controladas tendo em conta os resultados obtidos, o seu comportamento ao longo do tempo e a possibilidade da sua eventual reversibilidade. Deve estimular-se o conhecimento dos materiais e técnicas tradicionais de construção, bem como a sua apropriada manutenção no contexto da sociedade contemporânea, considerando-as como componentes importantes do património cultural.

Gestão

11 - A gestão das cidades históricas e do património cultural em geral, tendo em conta os contínuos processos de mudança, transformação e desenvolvimento, consiste na adoção de regulamentos apropriados, na tomada de decisões, que implicam necessariamente escolhas, e no controlo dos resultados. Um aspeto essencial deste processo, é a necessidade de identificar os riscos, de antecipar os sistemas de prevenção apropriados e de criar planos de atualção de emergência. O turismo cultural, apesar dos seus aspetos positivos para a economia local, deve ser considerado como um risco. Deve prestar-se uma particular atenção à optimização dos custos envolvidos. A conservação do património cultural deve constituir uma parte integrante dos processos de planeamento económico e gestão das comunidades, pois pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, qualitativo, económico e social dessas comunidades.

12 - A pluralidade de valores do património e a diversidade de interesses requerem uma estrutura de comunicação que permita uma participação efetiva dos cidadãos no processo, para além dos especialistas e gestores culturais. Caberá às comunidades adotar os métodos e as formas apropriadas para assegurar uma

verdadeira participação dos cidadãos e das instituições nos processos de decisão.

Formação e Educação

13 - A formação e a educação em património cultural exige a participação da sociedade e a integração da temática nos sistemas nacionais de educação a todos os níveis. A complexidade dos projectos de restauro, ou de quaisquer outras intervenções de conservação, por envolverem aspetos históricos, técnicos, culturais e económicos, requerem a nomeação de responsáveis bem formados e competentes.

A formação dos especialistas em conservação deve ser interdisciplinar e incluir o estudo da história da arquitetura, da teoria e das técnicas da conservação. Esta formação deve assegurar uma qualificação adequada, necessária à resolução de problemas de investigação, bem como para resolver corretamente as intervenções de conservação e restauro de uma forma profissional e responsável.

A formação de profissionais e técnicos nas disciplinas da conservação deve considerar a evolução das metodologias e do conhecimento técnico e participar no debate atual sobre as teorias e as políticas de conservação. A qualidade da mão-de-obra e o trabalho técnico durante os projectos de restauro devem também ser valorizados com uma melhor formação profissional.

Medidas Legais

14 - A proteção e conservação do património construído podem ser melhoradas através da adoção de medidas legais e administrativas. Estas medidas devem assegurar que os trabalhos de conservação sejam realizados por especialistas em conservação ou sob sua supervisão.

As disposições legais também podem prever um período de estágios práticos, no contexto de programas estruturados. Deve conceder-se uma atenção especial aos recém-formados especialistas em conservação do património cultural, nomeadamente no momento da graduação como profissionais independentes. Este grau deveria ser adquirido sob supervisão de especialistas em conservação.

Definições

O Comité de Redação da Carta de Cracóvia 2000 usou os seguintes conceitos e terminologia:

a) Património: é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a seleção de valores.

b) Monumento: é uma entidade identificada como portadora de valor e que constitui um suporte da memória. Nele, a memória reconhece aspetos relevantes relacionados com actos e pensamentos humanos, associados ao curso da história e, todavia, acessíveis a todos.

c) Autenticidade: é o somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação atual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo.

d) Identidade: entende-se como a referência coletiva englobando, quer os valores atualis que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado.

e) Conservação: é o conjunto das atitudes de uma comunidade que contribuem para perpetuar o património e os seus monumentos. A conservação do património construído é realizada, quer no respeito pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados.

f) Restauro: é uma intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objectivo é a conservação, da sua autenticidade e a sua posterior apropriação pela comunidade.

g) Projecto de restauro: o projecto, resultante das opções de conservação, é o processo específico através do qual a conservação do património construído e da paisagem são realizados com sucesso.património cultural, nomeadamente no momento da graduação como profissionais independentes. Este grau deveria ser adquirido sob supervisão de especialistas em conservação.

Comité de Redação: Alessandra Melucco (Itália), André De Naeyer (Bélgica), Andrzej Kadluczka (Polónia), Andrzej Michalowski (Polónia), Giuseppe Cristinelli (Itália), Herb Stovel (Canadá), Jacek Purchla (Bélgica), Jan Schubert (Alemanha), Javier Rivera Blanco (Espanha), Jean Louis Luxen (Bélgica), Joseph Cannataci (Malta), Jukka Jokilehto (Finlândia -Itália), Krzystof Pawlowski (Polónia), Ingval Maxwell (Escócia), Ireneusz Pluska (Polónia) , Manfred Wehdorn (Áustria), Marek Konokpa (Polónia); Mário Docci (Itália), Michael Petzet (Alemanha), Mihály Zádor (Hungria), Ray Bondin (Malta), Robert de Jong (Países Baixos), Salvador Pérez Arroyo (Espanha), Sherban Cantacuzino (Inglaterra), Tamas Fejerdy (Hungria), Tatiana Kirova (Itália) e Zbigniew Kobilinski (Polónia).

44 - Transcrição da versão em língua portuguesa, publicada em (Neto, 2002, pp. 95 - 99).